

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de (coord) et al. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. 2 ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV;CPDOC, 2001.

ABREU, Jayme. **Educação, sociedade e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: MEC/INEP/CBPE, 1968.

ABREU, Jayme. Anísio Teixeira e a educação na Bahia. In: LIMA, Hermes. **Anísio Teixeira: pensamento e ação**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, p. 1-68, 1960.

ABREU, Jayme. **Entrevista concedida sobre os projetos de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Jornal da Bahia, 25 de fevereiro de 1959.

ALVARENGA, Lídia. **A institucionalização da pesquisa educacional no Brasil. Estudo bibliométrico dos artigos publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1974)**. Tese de Doutorado, Departamento de Educação, UFMG, 1996.

ANHEMBI., São Paulo, ano X, nº 112, vol. XXXVIII, março, 1960.

ANHEMBI., São Paulo, ano XI, nº 124, vol. XLII, março, 1961.

ARQUIVO FERNANDO DE AZEVEDO. Reforma da Instrução Pública no Distrito Federal (RJ) 1927-1930. São Paulo: IEB/USP, cd-rom, 2000.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Brasília: Ed. UNB, 1996.

AZEVEDO, Fernando de. **Figuras do meu convívio – retratos de família e de mestres e educadores**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

AZEVEDO, Fernando de. **História de minha vida**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

BARROS, Roque Spencer Maciel de (org.). **Diretrizes e bases da educação nacional**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1960.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Kubitschek – desenvolvimento econômico e estabilidade política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, Rio de Janeiro: CBPE/INEP/MEC, vol. 6, nº 2, abril/junho, 1955.

BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, Rio de Janeiro: INEP/MEC, vol. 3, nº 3, junho/setembro, 1955.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

BOLETIM MENSAL DO CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS, Rio de Janeiro: CBPE/INEP/MEC, nº 1 ao nº 81, 1952-1964.

BOMENY, Helena. **Os intelectuais da educação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BOMENY, Helena. **Darcy Ribeiro: a sociologia de um indisciplinado**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

BONAMINO, Alicia. **O INEP nos anos 90: notas para a análise de suas transformações**. PUC-Rio (mimeo.), 2001.

BRANDÃO, Zaia. **Pesquisa em educação: conversas com pós-graduandos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2002.

BRANDÃO, Zaia. **Comentários feitos na defesa da dissertação**: Um percurso com os boletins da CAPES: a contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da pós-graduação no Brasil. Dissertação de Mestrado, Departamento de Educação, PUC-Rio, 2001. Data das anotações: 21 de junho de 2001.

BRANDÃO, Zaia (org.). **A crise dos paradigmas e a história da educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

BRANDÃO, Zaia. **A “intelligentsia” educacional: um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e histórias da escola nova no Brasil**. Tese de Doutorado, Departamento de Educação, PUC-Rio, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Memória viva da educação brasileira**. Entrevista com Florestan Fernandes. Brasília: INEP/MEC, 1991.

BRASIL. **Decreto nº 75.754, de 23 de maio de 1975**. Extingue os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais do Nordeste, do Sudeste e do Sul, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 71.407, de 20 de novembro de 1972**. Dispõe sobre o do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Acordos, Contratos, Convênios**. Brasília: MEC/INEP, 1967.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Trinta anos de organização e situação atual – documento de trabalho nº 6**. Brasília: MEC, 1968.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Conferências Interamericanas de educação – recomendações (1943-1963)**. Brasília: MEC/INEP, 1965.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Conferências Internacionais de educação – recomendações (1934-1963)**. Brasília: MEC/INEP, 1965.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **As atividades do INEP e dos Centros de Pesquisas Educacionais (1958)**. Rio de Janeiro: MEC/INEP, 1959.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Catálogo da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – do nº 1 ao nº 70**. Rio de Janeiro: MEC/INEP/CBPE, 1959.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **O INEP E OS ÓRGÃOS EXECUTORES DE PLANOS ESPECIAIS: REALIZAÇÕES EM 1956 E NOVOS PLANOS DE TRABALHO**. Rio de Janeiro: MEC/INEP, 1957.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria nº 7, de 15 de janeiro de 1957**. Atribui ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos a execução do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar. Publicada no D.O.U. em 21 de janeiro de 1957.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **PLANO DE ORGANIZAÇÃO DO CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS E DOS CENTROS REGIONAIS**. Rio de Janeiro: MEC/INEP, 1956.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 1.161 de 28 DE DEZEMBRO DE 1955**. Dispõe sobre a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais no âmbito do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação e Cultura.

BRASIL. **DECRETO Nº 38.460 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1955**. Institui o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e Centros Regionais no âmbito do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação e Cultura.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **FINS E OBJETIVOS DO CENTRO NACIONAL E SUA ORGANIZAÇÃO**. Rio de Janeiro: MEC/INEP, 1954.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura.. **Portaria nº 32, de 11 de novembro de 1953**. Dispõe sobre a organização do Centro de Documentação Pedagógica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação e Cultura.

BRITO, Jader de Medeiros. Verbetes: Jayme Abreu. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque e BRITO, Jader de Medeiros (orgs.). **Dicionário de Educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ e MEC/INEP, p. 264-269, 1999.

BUFFA, Ester. **Ideologias em conflito: escola pública e escola privada**. São Paulo: Cortez&Moraes, 1979.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento:** de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BURKE, Peter. **História e teoria social.** São Paulo: UNESP, 2002.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1992.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de; MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ZAIA, Iomar Barbosa. Centro de Memória da Educação (FEUSP): pesquisas e fontes documentais em história da educação. **Horizontes**, vol. 23, nº 2, p. 101-112, julho/dezembro, 2005.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República e outros ensaios.** Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura. In: VIDAL, Diana Gonçalves e HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (orgs.). **Brasil 500 anos: Tópicos em história da educação.** São Paulo: EDUSP, p. 137- 168, 2001.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A escola nova e o impresso: um estudo sobre estratégias editoriais de difusão do escolanovismo no Brasil. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **Modos de ler/formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, p. 65-86, 2001.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. **São Paulo em perspectiva**, nº 14, 2000.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A Configuração da Historiografia Educacional Brasileira. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva.** São Paulo: Contexto, p. 329-353, 1997.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Estratégias textuais e editoriais de difusão do escolanovismo no Brasil: uma perspectiva. In: GVIRTZ, Silvina (org.). **Escuela nueva em Argentina y Brasil – visiones comparadas.** Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 1996.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Uso do impresso nas estratégias católicas de conformação do campo doutrinário da pedagogia (1931-1935). **Cadernos ANPED.** Belo Horizonte, v. 7, p. 41-60, 1994.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A Escola e a República.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. O Novo, O Velho, O Perigoso: Relendo A Cultura Brasileira. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas), v. 71, n. 8, p. 29-35, 1989.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de e VIDAL, Diana Gonçalves (orgs.). **Biblioteca e formação docente: percursos de leitura (1902-1935)**. Belo Horizonte/São Paulo: Autêntica Editora/ Centro de Memória da Educação- FEUSP, FINEP, 2000.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de e BICCAS, Maurilane Souza. Reforma escolar e práticas de leitura de professores: a Revista do Ensino. In: CARVALHO, Marta Maria Chagas de e VIDAL, Diana Gonçalves (orgs.). **Biblioteca e formação docente: percursos de leitura (1902-1935)**. Belo Horizonte/São Paulo: Autêntica Editora/ Centro de Memória da Educação- FEUSP, FINEP, 2000.

CASTRO, Almir Godofredo Rangel e. **Entrevista concedida ao projeto História da Ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: FINEP/CPDOC, 1977.

CASTRO, Almir Godofredo Rangel e. **Entrevista concedida ao Jornal Última Hora sobre o substitutivo Lacerda de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 20 de março de 1959.

CATANI, Afrânio e NOGUEIRA, Maria Alice. 5. ed. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

CATANI, Denice Bárbara. **Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CATANI, Denice Bárbara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia da educação divulgadas no GT História da Educação da ANPEd (1985-2000). **Revista Brasileira de Educação**, nº 19, p. 113-128, 2002.

CATANI, Denice Bárbara e BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. a arte do fazer. 10. ed. rev. Petrópolis: Vozes, 2004.

CHARTIER, Roger. **Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação**. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. Desenvolvimentismo e Pragmatismo: o ideário do MEC nos anos 1950. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas), v. 36, p. 705-725, 2006.

CIÊNCIA E TRÓPICO, Gilberto Freyre: ano 80, vol. 8, nº 1, janeiro-junho, 1980.

CONSORTE, Josildeth Gomes. Culturalismo e educação nos anos 50: o desafio da diversidade. **Cadernos CEDES**, vol. 18, nº 43, dezembro, 1997.

COUNTS, Georges S. **Educação para uma sociedade de homens livres**. Rio de Janeiro: MEC/INEP/CBPE, 1958.

COUTINHO, Amélia. Verbete: Hermes Lima. In: ABREU, Alzira Alves de (coord) et al. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. 2 ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, p. 3.150-3.154, 2001.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 331-364, 2003.

CUNHA, Marcos Vinícius da. A educação no período Kubitschek: os centros de pesquisas do INEP. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, vol. 72, nº 171, p. 175-196, 1991.

DANTAS, Andréa Maria Lopes. **A urdidura da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos nos bastidores do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: a gestão Lourenço Filho (1938-1946)**. Tese de Doutorado, Departamento de Educação PUC-SP, 2001.

DARCY RIBEIRO: O GUERREIRO SONHADOR. Produção: FBL, Rio de Janeiro, DVD.

DARNTON, Robert. **Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII**. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DOCUMENTA. **Publicação oficial do Conselho Federal de Educação**. N.º 6, P. 76-77, 1962.

DOSSE, François. **A história**. São Paulo: EDUSC, 2003.

DOSSE, François. **O império do sentido: a humanização das Ciências Humanas**. São Paulo: EDUSC, 2003.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos Annales à Nova História**. São Paulo: EDUSC, 2003.

DOSSE, François. **A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: UNESP, 2001.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DUBY, Georges. **A história continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. ; Ed. UFRJ, 1993.

ECO, Humberto. **Interpretação e superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS, Rio de Janeiro: CBPE/INEP/MEC, nº 1 ao nº 21, 1956-1962.

ELIAS, Norbert. **Mozart, sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, 2v.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **Pensadores sociais e história da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **Modos de ler/formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes**. Belo Horizonte: HG Edições, 1999.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque e BRITO, Jader de Medeiros (orgs.). **Dicionário de Educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ e MEC/INEP, 1999.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. **A “santa causa da instrução” e o “progredimento” da humanidade**. *Revistas pedagógicas e construção do conhecimento pedagógico no Brasil e em Portugal no final do século XIX*. Tese de Doutorado, Departamento de Educação, PUC-Rio, 2004.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

FERNANDES, Florestan. **A condição de sociólogo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.

FERNANDES, Florestan. **O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros**. Minas Gerais: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1958.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Márcia dos Santos. **O Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (1956/1961)**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, USP, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. Trabalhando em saúde pública pelo interior do Brasil: lembranças de uma geração de sanitaristas (1930-1970). **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 5, nº 2, Rio de Janeiro, 2000.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e VEIGA, Cynthia Greive. **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – CPDOC. **Arquivo Lourenço Filho**, LF n.087. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Atividades do ano de 1944: relatório apresentado ao Sr. Ministro da Educação. Fevereiro, 1945.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – CPDOC. **Arquivo Anísio Teixeira**. Carta de Péricles Madureira de Pinho a Anísio Teixeira. ATc 49.00.00, junho, 1960.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – CPDOC. **Arquivo Anísio Teixeira**. ATc 54.12.00, 1954.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – CPDOC. **Arquivo Anísio Teixeira**. ATt 05.06.52, 1952.

FUNDAÇÃO GILBERTO FREYRE. **Ação Política**. Disponível em: www.bvgf.fgf.org.br. Acesso em 30 de janeiro de 2008.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Memória intelectual da educação brasileira**. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

FREITAS, Marcos Cezar de. A pesquisa educacional como questão intelectual na história da educação brasileira. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Memória intelectual da educação brasileira**. Bragança Paulista: EDUSF, p. 65-84, 1999.

FREYRE, Gilberto. Anísio Teixeira: um depoimento. In: LIMA, Hermes. **Anísio Teixeira: pensamento e ação**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, p. 118-125, 1960.

FREYRE, Gilberto. Discurso de posse como Diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife. **Boletim Mensal do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais**, nº 5, dezembro, 1957.

GATTI JÚNIOR, Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas: Autores Associados, Uberlândia: EDUFU, 2005.

GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: MEC/INPE/CBPE, 1963.

GERIBELLO, Wanda Pompeu. **Anísio Teixeira: análise e sistematização de sua obra**. São Paulo: Atlas, 1977.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

GOUVÊA, Fernando César Ferreira. Entre redes e rendas: a tessitura do INEP como lugar de memória (1952-1964). **Revista Contemporânea**, nº 1, setembro, 2006.

GOUVÊA, Fernando César Ferreira. **Um percurso com os boletins da CAPES: a contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da pós-graduação no Brasil**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Educação, PUC-Rio, 2001.

GOUVÊA, Fernando César Ferreira e MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. A contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da pós-graduação no Brasil: Um percurso com os boletins da CAPES. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 111-132, 2006.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. A História Política no Campo da História Cultural. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p. 25-36, 1998.

GOUVEIA NETO, Hermano. **Anísio Teixeira: educador singular**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1973.

HISTÓRIA ORAL DO INEP. Produção: CIBEC/INEP/MEC, Brasília, DVD, dezembro, 2006.

HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

HUTCHINSON, Bertram. **Mobilidade e trabalho – um estudo na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: MEC/INEP/CBPE, 1960.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil**. 2. ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.

INEP. **A educação nas mensagens presidenciais**. Brasília: MEC/INEP, 1987.

KORNIS, Mônica e MONTALVÃO, Sérgio. Verbetes: Conferência Nacional dos bispos do Brasil. In: ABREU, Alzira Alves de (coord) et al. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. 2 ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV;CPDOC, p. 1.525- 1534, 2001.

KRAMER, Paulo. Verbetes: Operação Pan-Americana. In: ABREU, Alzira Alves de (coord) et al. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. 2 ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV;CPDOC, p. 4.183- 4.184, 2001.

LE GOFF, Jaques. **A história nova**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LE GOFF, Jaques e NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LE GOFF, Jaques e NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976 a..

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 141-184, 2003.

LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, Hermes. **Travessia: memórias**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

LIMA, Hermes. **Anísio Teixeira: pensamento e ação**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1960.

LOBO, Yolanda Lima. **A construção e definição de políticas de pós-graduação em educação no Brasil: a contribuição de Anísio Teixeira e Newton Sucupira**. Tese de Doutorado, Departamento de Educação, PUC-Rio, 1991.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LOPES, Sonia de Castro. A estrutura curricular da Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro: representações acerca de uma nova cultura pedagógica. In: **VII Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación**, p. 1-15, 2005, Quito.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos em sete anos de atividades. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. VI, nº 16, p. 95-135, 1945.

LOVISOLO, Hugo. **Vizinhos distantes: universidade e ciência na Argentina e no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000.

LUCA, Tânia Regina de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: UNESP, 1999.

LUGLI, Rosário S. Genta. **O trabalho docente no Brasil: o discurso dos Centros Regionais de Pesquisa Educacional e das entidades representativas do magistério (1950-1971)**. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, USP, 2002.

MAGALDI, Ana Maria e GONDRA, José G. (orgs.). **A reorganização do campo educacional no Brasil: manifestações, manifestos e manifestantes**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

MARIANI, Maria Clara. Educação e Ciências Sociais: o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Universidade e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982.

MAYER, Jorge Miguel e XAVIER, Libânia Nacif. Verbete sobre Jânio Quadros. In: ABREU, Alzira Alves de (coord) et al. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. 2 ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV;CPDOC, p. 4.819-4.829, 2001.

MELO, Hildete Pereira; BASTOS, Carlos Pinkusfeld e ARAÚJO, Victor Leonardo de . A política macroeconômica e o reformismo social: impasses de um governo sitiado. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, p. 79-106, 2006.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos (coord.). A formação dos mestres: a contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da pós-graduação no Brasil. **Relatório de Pesquisa**. Departamento de Educação, PUC-Rio, 2002.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos (coord.). **A formação dos mestres: a contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da pós-graduação no Brasil**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, cd-rom, 2002.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. Do pensamento pedagógico brasileiro à história das idéias e instituições educacionais. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, nº 34, dezembro, 2001.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. Anísio Teixeira: um criador de instituições. In: TEIXEIRA, Anísio. **Apresentação do livro Educação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. Pragmatismo e desenvolvimentismo no pensamento educacional brasileiro (1950-60). **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, p. 96-113, 2006.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. A história da educação face à crise dos paradigmas. In: BRANDÃO, Zaia (org.). **A crise dos paradigmas e a história da educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. **Universidade e formação de professores: uma perspectiva integradora. A “Universidade de Educação” de Anísio Teixeira**. Tese de Doutorado, Departamento de Educação, PUC-Rio, 1993.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos e BRANDÃO, Zaia (orgs.). **Por que não lemos Anísio Teixeira?** Rio de Janeiro: Ravil, 1997.

MENEZES, Djacir. **O Brasil no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: MEC/INEP/CBPE, 1957.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONARCHA, Carlos (org.). **Anísio Teixeira: a obra de uma vida**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MONARCHA, Carlos (org.). **História da educação brasileira: formação do campo**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999.

MONARCHA, Carlos e LOURENÇO FILHO, Ruy (orgs.). **Por Lourenço Filho: uma bibliografia**. Brasília: INEP/MEC, 2001.

MOREIRA, Carlos Otávio Fiúza. **Entre o indivíduo e a sociedade: um estudo da filosofia da educação de John Dewey**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

MOREIRA, Carlos Otávio Fiúza. **Anísio Teixeira: ciência, progresso e educação**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Educação, PUC-Rio, 1995.

MOREIRA, Maria Luiza Penna. **Educação e transformação em Fernando de Azevedo**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Educação, PUC-Rio, 1981.

MOTTA, Marly Silva da. **Entre o individual e o coletivo: carisma, memória e cultura política**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001.

MOTTA, Marly Silva da. O relato biográfico como fonte para a história. **Vidya**, Santa Maria, nº 34, p. 101-122, julho/dezembro, 2000.

MOTTA, Marly Silva da. **Histórias de vida e história institucional: a produção de uma fonte histórica**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1995.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira: a poesia da ação**. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

NUNES, Clarice e CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. **Cadernos ANPED**. Porto Alegre: Anped, nº 5, setembro, 1993.

OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira. Crítica à razão dualista. **Seleções CEBRAP**, p. 5-58, 1977.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; FERREIRA, Marieta de Moraes; CASTRO, Celso. **Conversando com...** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**. Rio de Janeiro: Ática, 1994.

PAGNI, Pedro Paulo. **Do Manifesto de 1932 à construção de uma saber pedagógico: ensaiando um diálogo entre Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

PAULILO, André Luiz. **A estratégia como invenção: as políticas públicas de educação na cidade do Rio de Janeiro entre 1922 e 1935**. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, USP, 2007.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. Rio de Janeiro: Ática, 1990.

PESQUISA E PLANEJAMENTO, publicação oficial do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, nº 10, dezembro, 1966.

PINHO, Péricles Madureira de. **São assim os baianos**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1960.

PINHO, Péricles Madureira de. Anísio Teixeira, episódios de sua vida e de sua luta. In: LIMA, Hermes. **Anísio Teixeira: pensamento e ação**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, p. 167-190, 1960 a.

PINTO, Diana Couto; LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Marília A. de Lima (ogs.). **Trajetórias de liberais e radicais pela educação pública**. São Paulo: Loyola, 2000.

PÔRTO JR., Gilson (org.). **Anísio Teixeira e o ensino superior**. Brasília: Bárbara Bela, 2001.

REMARQUE, Erich Maria. **Nada de novo no front**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, Rio de Janeiro: CBPE/INEP/MEC, nº 46 ao nº 93, 1952-1964.

REVISTA INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES, volumen 2 – numero especial, publicação da União Panaamericana, Secretaria General, Organización de los Estados Americanos, Washington, D.C., 1963.

RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIBEIRO, Darcy. **Testemunho**. São Paulo: Siciliano, 1990.

RIBEIRO, Darcy. **Sobre o óbvio**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

RIBEIRO, Darcy. **Universidade para quê?** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986a.

SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. **História e história da educação**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SANTOS, Pablo Bispo dos e LEITE FILHO, Aristeo. Os documentos institucionais do INEP/CBPE no arquivo pessoal Anísio Teixeira – FGV-CPDOC. In: **Anais do VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação**. Uberlândia, MG, 2006.

SCHAEFFER, Maria Lúcia Pallares. **Anísio Teixeira: formação e primeiras realizações**. São Paulo: Faculdade de Educação, USP, 1988.

SILVA, Graziela Moraes Dias da. **Sociologia da Sociologia da Educação: caminhos e desafios de uma *policy science* no Brasil (1920-1979)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

SILVA, Maurício Rocha e. Dez anos pelo progresso da ciência. **Ciência e cultura**, vol. 10, nº 4, 1958.

SIMONETTI, Flora. **Anísio Teixeira il pedagogo del Brasile**. Rio de Janeiro: Ed. Ágora da Ilha, 2000.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 231-270, 2003.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante e MENEZES, Maria Cristina (orgs.). **Anísio Teixeira, 1900-2000. Provocações em educação**. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 5 a 8 de novembro, Goiânia, 2006.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação, 6 a 9 de novembro, Rio de Janeiro, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. Rio de Janeiro: MEC/INEP/CBPE, 1960.

TEIXEIRA, Anísio. Sombras e ameaças. **Folha de São Paulo**, p. 4, 1º caderno, sábado, 14 de dezembro de 1968.

TEIXEIRA, Anísio. O processo civilizatório. **Folha de São Paulo**, p. 4, 1º caderno, sábado, 23 de novembro de 1968.

TEIXEIRA, Anísio. União intelectual das três Américas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. XXXV, n. 82, p.180-183, 1961.

TEIXEIRA, Anísio; RAMOS, Jairo e CARDOSO, Fernando Henrique. Universidade de Brasília. **Anhembi**. Vol. 11, nº 128, julho, p. 259-267, 1961a.

TEIXEIRA, Anísio. A administração pública brasileira e a educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. XXVIII, n. 67, p.3-29, 1956.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)**. Tese de Doutorado, Departamento de Educação PUC-SP, 2001.

UNESCO. **Actas del Seminario La urbanización en América Latina – Santiago de Chile**, del 6 al 18 de julio de 1959. Paris: Secretaria da UNESCO, 1959.

UNESCO. **Repertório Internacional de Revistas Pedagógicas**. Paris: Secretaria da UNESCO, 1957.

UNESCO. **Reunião do Comitê Consultivo Intergovernamental do Projeto Maior nº 1 em Havana**. Paris: Secretaria da UNESCO, 1957.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **História da Universidade de Brasília**. Brasília: CEDOC. Disponível em: http://www.unb.br/cedoc/pq_projetos.htm#cd Acesso em 30 de janeiro de 2008.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

VIANNA FILHO, Luís. **Anísio Teixeira: a polêmica da educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Na batalha da educação: correspondência entre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo (1929-1971)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

VIDAL, Diana Gonçalves e FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs.). **As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves e HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (orgs.). **Brasil 500 anos: Tópicos em história da educação**. São Paulo: EDUSP, 2001.

VILLALOBOS, João Eduardo. **Diretrizes e bases da educação: ensino e liberdade**. São Paulo: Livraria Editora Pioneira, 1969.

XAVIER, Libânia Nacif e MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. O INEP e a modernização do Ensino. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2006.

XAVIER, Libânia Nacif. Particularidades de um acampo disciplinar em consolidação: balanço do I Congresso Brasileiro de História da Educação (RJ – 2000). In: Sociedade Brasileira de História da Educação (organizadora). **Educação no Brasil: história e historiografia**. Campinas: Autores Associados, 2001.

XAVIER, Libânia Nacif. **O Brasil como laboratório: educação e ciências sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais CBPE/INEP/MEC (1950-1960)**. Tese de Doutorado, Departamento de Educação, PUC-Rio, 1999.

XAVIER, Libânia Nacif. A pesquisa do CBPE em revista. In: MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos e BRANDÃO, Zaia (orgs.). **Por que não lemos Anísio Teixeira?** Rio de Janeiro: Ravil, p. 83-140, 1997.

XAVIER, Libânia Nacif. **Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Educação, PUC-Rio, 1993.

LISTA DE ANEXOS:

- 01. DISCURSO DE POSSE DE ANÍSIO TEIXEIRA NO INEP. – PÁGINA 238.**
- 02. PORTARIA Nº 32, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1953, QUE ORGANIZA O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA DO INEP. - PÁGINA 249.**
- 03. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 1.161 — EM 28 DE DEZEMBRO DE 1955. - PÁGINA 252.**
- 04. DECRETO Nº 38.460 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1955. – PÁGINA 254.**
- 05. DADOS BÁSICOS DOS TREZE MINISTROS. – PÁGINA 256.**
- 06. BOLETIM MENSAL DO CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS Nº 1, AGOSTO, 1957. – PÁGINA 268.**
- 07. BOLETIM MENSAL DO CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS Nº 42, JANEIRO, 1961. PRIMEIRO BOLETIM DA SEGUNDA FASE DE ESTUDOS – PÁGINA 290.**
- 08. BOLETIM MENSAL DO CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS Nº 81, ABRIL, 1964. ÚLTIMO BOLETIM DA GESTÃO DE ANÍSIO TEIXEIRA. – PÁGINA 313.**

ANEXO 01

DISCURSO DE POSSE DE ANÍSIO TEIXEIRA NO INEP

DATA: 04 de julho de 1952

Com a presença de altas autoridades, de destacadas figuras dos meios educacionais do país, professores e parlamentares, realizou-se, em 04 de julho, a solenidade de posse do professor Anísio Spínola Teixeira no cargo de Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, em substituição ao Dr. Murilo Braga de Carvalho que pereceu em trágico acidente aéreo. O professor Anísio Teixeira pronunciou então significativo discurso, que “REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS” tem a oportunidade de publicar a seguir.

“Cumpre-me reconhecer, antes de mais nada, Senhor Ministro, a honra que me fizeram o Senhor Presidente da República e Vossa Excelência confiando-me a responsabilidade do Instituto Nacional dos Estados Pedagógicos, quando êste perde o seu jovem e diligente diretor, o Dr. Murilo Braga, vitimado em lamentável catástrofe aérea, no cumprimento de missão do seu cargo.

Devo declarar, entretanto, que aceito o encargo, acima de tudo, como uma imposição do dever. Sou dos que pensam que estamos vivendo uma hora de aguda premência e de grandes exigências da vida nacional, em que nenhum de nós pode e deve recusar a investidura para que o convoquem as circunstâncias, de vez que se

nos reconheçam (ou presumam) condições de especialização e experiência para o seu desempenho. E aqui estou, convocado pela amizade com que me distingue Vossa Excelência, pela confiança com que se dignou de honrar-me Sua Excelência o Senhor Presidente da República e pelos longos anos de preocupação que tenho dedicado aos problemas de educação - no Brasil.

Épocas, como a nossa, já têm marcado a humanidade, nas suas transformações históricas; mas, não creio que, em nenhuma delas, como na atual, tenha havido uma consciência tão viva de transição e perigo.

Esta consciência de perigo está ameaçando imobilizar-nos numa posição de apatia, ante a vastidão e complexidade das mudanças em curso e é contra isto que se ergue a nossa própria noção de dever, para obrigar-nos a aceitar o pôsto – seja qual fôr – na batalha sem fim pelo desenvolvimento, vale dizer, pela integração e recuperação, nos seus novos aspectos, dos valores morais e espirituais de nossa civilização.

Estamos, com efeito, a fazer, agora, a nossa revolução industrial, melhor, diríamos, tecnológica, com o seu rói de conseqüências em nosso modo prático de viver, na divisão do trabalho, no surgimento da produção em massa, no enriquecimento nacional e na crescente urbanização da vida brasileira.

Entre as mudanças da ordem tradicional ocorridas, como efeitos de tal causa, em nações avançadas no caminho dessa ampla e intensiva industrialização, nem tudo, convém notar, foi e esta sendo progresso moral, progresso social, em proporção dos progressos materiais realizados e do aumento de poder alcançado.

Certos inconvenientes são manifestos e não devem ser desprezados, numa observação imparcial, para que os evitemos, se possível, ou, ao menos, os atenuemos: a perda de senso de comunidade, a exaltação dos propósitos individuais ou de grupos, a indiferença ou descaso pelos códigos morais, o gosto pela excitação vazia, senão prejudicial – em detrimento dos valores mais finos e altos da civilização.

Mas, enquanto, alguns dêsses povos avançados, começando mais cedo, ainda nos vagares do século dezenove, que, a rigor, se estendem até 1914, puderam realizar a imensa tarefa da educação popular pela escola, deparando-se, agora, com o problema da revisão, redireção e refinamento dessa instituição, não chegamos nós a criar um sistema comum e sólido de educação popular, e já as contingências de crescimento nos estão a pedir medidas e instituições como as das leis do trabalho urbano e rural – que deviam assentar em um robusto e consistente sistema de educação pública. Temos, assim, de realizar, simultaneamente, as "reformas de base", inclusive a reforma agrária, e o sistema universal de educação que não chegamos a construir até hoje, já no meado do século vinte.

Uma das conseqüências dessa evolução, unilateralmente acelerada, da vida nacional vem sendo a incorporação, sem o devido preparo, das massas do campo e das pequenas cidades ao operariado dos centros industriais e o crescimento vertiginoso das grandes cidades, com os resultados já conhecidos da urbanização intensiva, agravada pela heterogeneidade e ausência de formação dos novos elementos transplantados.

Se êsse fenômeno, em nações de sólida estabilidade, tem-se revelado causa de profundos desequilíbrios, que não poderá verificar-se aqui, com essa súbita concentração da população ineducada nas cidades em crescimento e a onda de mobilidade a percorrer todo o país, desperto, pelos novos meios de comunicação material e mental, para uma nova e indisfarçável inquietação?

Todos estamos a ver ou sentir o estado de confusão e de crise em que estamos imersos, que não é só o da crise geral de todo o mundo, mas esta mesma crise, já de si séria, tornada mais grave pela tenuidade de nossas instituições e pela impaciência insofrida com que as estamos expandindo, sem cuidar da reconstrução do existente nem de dar, ao novo, as condições de eficiência ou eficácia que os novos tempos estão a exigir.

Tudo isso vem resultar na imposição ao sistema de educação nacional de novos deveres, novos zelos, novas condições e novos métodos. Com efeito, não podemos olhar para a escola, hoje, como se fôsse ela apenas aquela pacífica e quieta instituição, que crescia, paralelamente à civilização, nas mais das vêzes com um retardamento nem sempre prejudicial sôbre as suas mudanças, mas, sempre, cheia de vigor e rigor moral e até, não raro, excessiva em sua preocupação de formar e disciplinar o futuro homem. Hoje, no atropelado do crescimento brasileiro e no despreparo com que fomos colhidos pelas mudanças, a própria escola constitui um mau exemplo e se faz um dos centros de nossa instabilidade e confusão.

O tumulto de fôrças, deflagradas pelas nossas transformações sociais, fêz, com efeito, do campo educacional o campo preferido para a projeção de sua ação

desordenada e contraditória, com a exacerbação de certos defeitos crônicos do ensino nacional, a supressão dos freios e resistências, que antes nos impediam improvisações demasiado perigosas, e o envolvimento de tudo em certa simulação técnico-científica, muito característica do período confuso em que vivemos – simulação que, no fundo e na realidade, não passa de uma rígida e pouco inteligente burocratização.

Examinemos, com efeito, embora rapidamente, o panorama de nosso ensino.

O ensino brasileiro, por isto mesmo que era um ensino quase que só para a camada mais abastada da sociedade, sempre tendeu a ser ornamental e livresco. Não era um ensino para o trabalho, mas um ensino para o lazer.

Cultivava-se o homem, no melhor dos casos, para que se ilustrasse nas artes de falar e escrever. Não havia nisto grande êrro, pois a sociedade achava-se dividida entre os que trabalhavam e não precisavam educar-se e os que, se trabalhavam, era nos leves e finos trabalhos sociais e públicos, para o que apenas requeria aquela educação.

Quando a educação, com a democracia a desenvolver-se, passou a ser não apenas um instrumento de ilustração, mas um processo de preparação real para as diversas modalidades de vida da sociedade moderna, deparamo-nos sem precedentes nem tradições para a implantação dos novos tipos de escola. Cumpria criar algo em oposição a tendências viscerais de uma sociedade semi-feudal e aristocrática, e para tal sempre nos revelamos pouco felizes, exatamente por um

apêgo a falsas tradições, pois não creio que se possa falar de "tradições" coloniais escravocratas, feudais num país que se fêz livre e democrático.

De qualquer modo, a nossa resistência aos métodos ativos e de trabalho sempre foi visível na escola primária, que, ou se fazia escola apenas de ler, escrever e contar, ou descambava para um ensino de letras, com os seus miúdos sucessos de crianças letradas. No ensino chamado profissional, entretanto, é que mais se revelava a nossa incapacidade para o ensino prático, real e efetivo. Êste ensino, porque não podia confiar-se ao livresco e verbalístico, não vingava e constituía um espetáculo penoso de instituições murchas e pêcas. Só o ensino secundário prosperava, porque aí as tendências nacionais julgavam poder expandir-se, sem a consciência penosa de uma frustração. O ensino superior, embora todo êle de objetivos profissionais, mascarava o seu real academicismo com umas fantasias experimentais menos concretas do que aparatosas.

Todo o ensino sofria, assim, dessa diatese de ensino ornamental: no melhor dos casos, de ilustração e, nos piores, de verbalismo ôco e inútil.

A luta contra êsse tipo de ensino sempre foi, entretanto, vigorosa, mesmo ainda no tempo da monarquia, recrudescendo vivamente na república. Uma parte culta e mais lúcida do país tinha perfeita consciência do fenômeno e, nos centros que mais se adiantavam, como em São Paulo e no Rio, o esforço por uma verdadeira escola primária, por escolas profissionais autênticas e por escolas superiores eficientes e aparelhadas, chegou a alguns resultados apreciáveis. Não

esqueço nunca a saudável impressão que me causou, em São Paulo, ver ginásios decadentes e escolas profissionais vivas e prósperas.

Nos fins da década de 20 a 30, parecia, assim, que estávamos preparados para a reconstrução de nossas escolas. A consciência dos erros se fazia cada vez mais palpitante e o ambiente de preparação revolucionária era propício à reorganização. O país iniciou a jornada de 30 com um verdadeiro programa de reforma educacional. Nas revoluções, como nas guerras, sabe-se, porém, como elas começam mas não se sabe como acabam.

A primeira fase daquela jornada caracterizou-se por ímpeto construtivo e por um esforço singular nela recuperação da escola, sem perda da prudência, que uma longa consciência de nossa pobreza em recursos humanos nos haviam inculcado. Menos do que expansão quantitativa, lutamos por melhorar a qualidade de nossas escolas. Todo o movimento era pela reforma de métodos e pela implantação de novos tipos de educação. Surgiu a universidade. Ensaaiou-se um ensino médio flexível, com a integração do ensino geral com o técnico no Distrito Federal. A escola primária recuperou prestígio e deu-se início à reforma dos seus objetivos e processos de ensino. A vinda de professores estrangeiros para as novas escolas superiores, em São Paulo e no Rio, era uma nota corajosa e promissora.

Em meio a tudo, o país crescia, aumentando as exigências em matéria de educação e tornando mais difícil a resistência às tendências improvisadoras, que se avolumavam em face da própria expansão nacional.

Numa segunda fase, a reação e um confuso tradicionalismo infiltraram-se, com pertinácia e não sem êxito, trazendo para a educação resultados paradoxais. O estado de espírito defensivo, que se apoderou da sociedade brasileira, interrompeu aquele ímpeto renovador. Afrouxaram-se as suas resistências ao que, embora aparentemente tradicional, já se mostrava à melhor consciência do país prejudicial à sua formação e ao seu progresso. Houve uma espécie de livre passe indiscriminado para tudo que fôsse ou se rotulasse de tradicional e uma vigorosa hostilidade a tudo que fôsse ou parecesse ser novo. E a educação – que fôra sempre o setor mais sensível para a luta entre o novo e o velho – constituiu-se o grande campo para a derrota do que já havia de melhor no país em resistência e espírito de reconstrução. Entramos em uma fase de condescendência para com os defeitos nacionais, que raiou pela inconsciência. Confundimos dissolução com expansão.

Na escola primária – que era a melhor escola brasileira, apesar de todos os pesares – a redução dos horários e a volta aos métodos tradicionais transformaram-na em má escola de ler e escrever, com perda sensível de prestígio social, eficiência e alcance, decorrente de não se haver articulado com o ensino médio e superior e de não mais satisfazer às necessidades mínimas de preparo para a vida.

A escola secundária multiplicou-se, quase diríamos ao infinito. Como escola de passar de uma classe social para outra, fêz-se a "escola" brasileira. Aí é que a exacerbação de uma falsa filosofia de educação e todos os velhos defeitos de nossa pedagogia passaram a reinar discricionariamente. Como a primária, organizou-se

em turnos, reduzindo o período escolar a meio dia e, à noite, a um têtço de dia. Improvisou professôres. Sem sequer possuir a modesta pedagogia da escola primária, não a inquietou nenhuma agulhada de consciência na prática dos métodos mais obsoletos de memorização, da simples imposição de conhecimentos inertes e do formalismo das notas e dos exames. Fêz crescer uma indústria de livros didáticos fáceis e fragmentados, "de acôrdo com o programa" e reentronizou o passar no exame como finalidade suprema e única da tortura, meio jocosa meio trágica, que é o nosso atual ensino secundário. Num país em que a iniciativa privada foi sempre reticente ou apática, para tudo que custa esforços e não renumera amplamente, fêz-se do ensino secundário um dos campos prediletos dessa iniciativa.

Mas, não fica aí a conseqüência da nossa perda de resistência aos imediatismos de povo sem verdadeiras e firmes tradições educacionais. Passamos agora a "facilitar" o ensino superior, estamos dissolvendo-o, que a tanto importa a multiplicação numérica e irresponsável de escolas dêsse nível. Temos mais de 200 escolas superiores, mais de vinte faculdades de "filosofia", ciências e letras" e outras tantas faculdades de "ciências econômicas", isto para sòmente citar escolas de que não possuíamos nenhuma experiência até uns quinze anos passados. E os processos de "concessão" continuam, tudo levando a crer que o episódio do ensino secundário se vai repetir, no campo mais alto do ensino superior. O espírito é o mesmo que deu em resultado a inflação do ensino secundário: o espírito da educação para o exame e o diploma, do ensino oral, expositivo, com o material único dos apontamentos, nosso ridículo sucedâneo das sebtas coimbrãs.

Está claro que tal educação não instrui, não prepara, não habilita, não educa. Por que, então, triunfa e prospera? Porque lhe restam ainda duas saídas, sem esquecer a singular versatilidade brasileira, que nos torna capazes de passar por cima de deficiências educacionais as mais espantosas.

As duas saídas têm sido e são ainda: a alargada porta da função pública e as oportunidades também ampliadas da produção brasileira, uma e outras sem maiores exigências ou padrões de eficiência. Com êsse aumento quantitativo das chances de emprego, público e particular, e o baixo índice de produtividade do brasileiro, em qualquer dos dois campos, pagamos a nossa ineficiência, senão simulação educacional. É por aquele preço – parasitismo do emprego público e baixa produtividade, isto é, alto custo da vida – que conseguimos fechar o ciclo e impedir, dêste modo, a rutura do equilíbrio. Enquanto o nosso crescimento quantitativo se fizer com a aceleração presente e a aceitação de elementos de qualquer ordem para o preenchimento das nossas necessidades impedir a exigência de melhores requisitos, os serviços educacionais brasileiros continuarão a ser o que são, ajudados pela válvula de segurança do emprego fácil para os seus produtos de segunda ordem.

Há, entretanto, sinais de que estamos chegando a um momento crítico. O número de pseudo-educados já está transbordando das possibilidades de absorção. Isto já se evidencia, claramente, nos exames vestibulares das escolas superiores e nos concursos para cargos públicos e privados. Por outro lado, a produção, o comércio e as atividades técnicas superiores começam a dar mostras de

inquietação. Há sintomas de uma mudança de atitude, que se revela, pelo menos, por três aspectos, a se refletirem na própria educação. No ensino secundário, pelo aperfeiçoamento voluntário e espontâneo de instituições que, escapando ao tipo corrente de competição, conseguem alunos e recursos suficientes para oferecer um dique ao desejo de educação fácil e formal. Tal não seria possível se também os pais não estivessem a sentir que já há vantagem numa educação de melhor qualidade. No ensino superior, por iniciativas sérias, tanto no ensino oficial quanto no particular, para a instauração de regimes novos, como em São Paulo e São José dos Campos, de tempo integral para professores e alunos, e o início de um verdadeiro ensino universitário. Nada disto seria possível, nos moldes da atual burocratização do ensino, se as necessidades nacionais não se estivessem fazendo a tal ponto gritantes que só cumprir as exigências de uma fiscalização burocrática não basta, impondo-se tentames que em muito já as superam.

Do ponto de vista da indústria, assistimos a fenômenos dos mais impressionantes e esclarecedores. Está ela tomando a si o problema de formar o trabalhador qualificado e especializado, com um sistema de ensino paralelo ao oficial e isento dos seus defeitos maiores.

Mas não nos iludamos. Todo êsse mundo de candidatos reprovados nos vestibulares das escolas superiores e nos concursos de cargos públicos e de organismos paraestatais e privados constitui um mundo ludibriado pelas nossas escolas, que injeta na sociedade o veneno de suas decepções ou dos seus

desajustamentos. São os frutos amargos do imenso sistema de frustração em que o ensino oficial e oficializado se vem constituindo.

Teremos, pois, de dar início a um movimento de reverificação e reavaliação de nossos esforços em educação. E é com êste espírito, Senhor Ministro, que aceito a investidura com que me honra o Govêrno da República.

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos tem de tentar uma tomada de consciência na marcha da expansão educacional brasileira, examinar o que foi feito e como foi feito, proceder a inquéritos esclarecedores e experimentar medir a eficiência ou ineficiência de nosso ensino.

Não podemos continuar a crescer do modo por que vamos crescendo, porque isto não é crescer, mas dissolver-nos. Precisamos voltar à idéia de que há passos e etapas, cronològicamente inevitáveis, para qualquer processo. Assim é que não podemos fazer escolas sem professôres, seja lá qual fôr o nível das mesmas, e, muito menos, ante a falta de professôres, improvisar, sem recorrer a elementos de um outro meio, escolas para o preparo de tais professôres. Depois, não podemos fazer escolas sem livros. E tudo isto estamos fazendo, invertendo, de modo singular, a marcha natural das coisas. Como não temos escolas secundárias por nos faltarem professôres, multiplicamos as faculdades de filosofia, para as quais, como é evidente, ainda será mais frisante a falta de professôres capazes. Se não podemos fazer o menos, como havemos de tentar o mais? Para restabelecer o domínio dêste elementar bom-senso, em momento como o atual, em que a complexidade das mudanças impede e perturba a visão, são necessários estudos cuidadosos e

impessoais, de que o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos deverá encarregar-se com o seu corpo de técnicos e analistas educacionais, mobilizando ou convocando também, se preciso e como fôr possível, outros valores humanos, onde quer que se os encontre.

Está já em curso no Congresso a lei complementar à Constituição, que traçará as diretrizes e bases da educação nacional. Essa lei básica não poderá deixar, dentro dos princípios constitucionais, de proceder a uma ampla e indispensável descentralização administrativa da educação, graças à qual este Ministério poderá retomar as suas altas e difíceis funções de liderança estimuladora e criadora da educação ao invés da atuação restritiva e rígida com que cerceia e dificulta, hoje, o desenvolvimento e a expansão das iniciativas e experiências novas, e limita e empobrece a força vivificadora da autonomia e do senso de responsabilidade. No novo regime, a ser implantado, de descentralização e liberdade com responsabilidade, dentro do quadro das bases e diretrizes da educação nacional, os instrumentos de controle e coordenação passam a ser os delicados instrumentos das verificações objetivas, dos inquéritos reveladores, da troca de informações e esclarecimentos, entre os educadores, nas conferências educacionais. Será um regime de sanções mais de opinião pública e de consciência educacional, a se criar no país, do que de atos de autoridade .

As funções do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos deverão ganhar, em a nova fase, amplitude ainda maior, buscando tornar-se, tanto quanto possível, o centro de inspirações do magistério nacional para a formação daquela consciência

educacional comum que, mais do que qualquer outra força, deverá dirigir e orientar a escola brasileira, ajudada pelos planos de assistência técnica e financeira com que êste Ministério irá promover e encorajar todos os esforços úteis e tôdas as iniciativas saudáveis, que as energias insuspeitadas da liberdade e da autonomia irão fazer surgir em todo o Brasil.

Os estudos do INEP deverão ajudar a eclosão dêsse movimento de consciência nacional indispensável à reconstrução escolar.

A educação nacional está sendo, todos os dias, por leigos e profissionais, apreciada e julgada. Os métodos para êstes julgamentos resumem-se, entretanto, nos da opinião pessoal de cada um. Naturalmente, os julgamentos hão de discordar, mesmo entre pessoas de tirocínio comprovado. Temos que nos esforçar por fugir a tais rotinas de simples opinião pessoal, onde ou sempre que desejarmos alcançar ação comum e articulada. Sempre que pudermos proceder a inquéritos objetivos, estabelecendo os fatos com a maior segurança possível, teremos facilitado as operações de medida e julgamentos válidos. Até o momento, não temos passado, de modo geral, do simples censo estatístico da educação. É necessário levar o inquérito às práticas educacionais. Procurar medir a educação, não sòmente em seus aspectos externos, mas em seus processos, métodos, práticas, conteúdos e resultados reais obtidos. Tomados os objetivos da educação, em forma analítica, verificar, por meio de amostras bem planejadas, como e até que ponto vem a educação conseguindo atingi-los.

Cumprir-nos-á, assim e para tanto, medir o sistema educacional em suas dimensões mais íntimas, revelando ao país não apenas a quantidade das escolas, mas a sua qualidade, o tipo de ensino que ministram, os resultados a que chegam no nível primário, no secundário e mesmo no superior. Nenhum progresso principalmente qualitativo se poderá conseguir e assegurar, sem, primeiro, saber-se o que estamos fazendo.

Tais inquéritos devem estender-se aos diferentes ramos e níveis de ensino e medir ou procurar medir as aquisições dos escolares nas técnicas, conhecimentos e atitudes, considerados necessários ou visados pela escola.

Enquanto assim não procedermos, não poderemos progredir nem fazer recomendações para qualquer progresso, que não sejam de valor puramente individual ou opinativo. Êste trabalho, pois, não será nenhum trabalho remoto e distante, mas parte integrante e preliminar do programa de reconstrução de nossas escolas e revisão dos seus métodos. Não será por leis, mas por tais estudos, que daremos início à reforma do ensino, que todos anseiam mas temem, com fundado receio de que se transforme em mais uma experiência frustra de alteração de nomes ou de posição dos elementos no complexo da situação educacional.

Se conseguirmos, porém, os estudos objetivos que aqui sugerimos, e sôbre êles fundarmos diagnósticos válidos e aceitos, não será difícil a elaboração dos métodos de tratamento e a indicação dos prognósticos. Os métodos de tratamento surgirão nos guias e manuais de ensino para os professôres e diretores de escolas, os quais constituirão livros experimentais de sugestões e recomendações, para a

condução do trabalho escolar. Em complemento, deveremos chegar até o livro didático, compreendendo o livro de texto e o livro de fontes, buscando integrar nestes instrumentos de trabalho o espírito e as conclusões dos inquéritos procedidos.

Com tal planejamento, estaremos prosseguindo ao estudo objetivo da educação e lançando as bases de nossa ciência da educação. Uso esta palavra – ciência – com extremo cuidado, porque, entre nós, dela se vem abusando, como não menos, da palavra técnica.

Esforçar-nos-emos por aplicar métodos objetivos e, quando possível, experimentais, mas tudo conduziremos com o sedimento profundo do caráter provisório do conhecimento, mesmo quando ou, talvez, sobretudo, quando científico. A ciência não nos vai fornecer receitas para as soluções dos nossos problemas, mas o itinerário de um caminho penoso e difícil, com idas e voltas, ensaios e verificações e revisões, em constante reconstrução, a que não faltará, contudo, a unidade de essência, de fins e objetivos, que estará contida não só na lei de bases e diretrizes, como na consciência profissional, que pouco a pouco se irá formando entre os educadores. Será por êste modo que o Instituto pensa se deixar conduzir pelo método e espírito científico.

Temos um imenso campo de estudos, mas o terreno de há muito vem sendo amanhado. Além dos levantamentos estatísticos e das descrições externas das unidades escolares, há procedentes de investigações mais sérias e o começo de elaboração de certas medidas. O primeiro período do INEP foi o de uma instituição

de pesquisas sob a experimentada orientação de um dos nossos maiores profissionais de educação, o Dr. Lourenço Filho.

A maior parte, contudo, das práticas educacionais brasileiras está a reclamar maiores estudos. Quase todos os instrumentos de medida estão por ser elaborados.

A tarefa é grande. Mas, para tarefas dessa ordem, os ingredientes são a humildade e a fé. E isto creio que teremos todos os que já trabalham e os que vamos trabalhar no Instituto, pois a humildade advem-nos da precariedade de nosso conhecimento real das coisas do ensino no Brasil e a fé, de nosso amor por êle.

ANEXO 02

PORTARIA Nº 32, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1953, QUE ORGANIZA O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA DO INEP

I – A Seção de Documentação e Intercâmbio (S.D.I.), a Seção de Inquéritos e Pesquisas (SIP), a Seção de Organização Escolar (S.O.E.), a Seção de Orientação Educacional e Profissional (SOEP), a Biblioteca Pedagógica Murilo Braga (B.P.), a “Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos” (R.B.E.P.) e a Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (C.I.L.E.M.E.), dêste Instituto, passarão a cooperar estreitamente, dentro de suas atribuições gerais, constituindo-se num Centro de Documentação Pedagógica.

II- As funções de coordenação e planejamento das atividades dos órgãos integrantes do Centro de Documentação Pedagógica poderão ser delegados por Diretor e auxiliares de sua escolha.

III- As atividades do Centro de Documentação Pedagógica se distribuem pelos seguintes setores:

- a) Documentação, Informações e Intercâmbio;
- b) Biblioteca Pedagógica Murilo Braga;
- c) Museu Pedagógico;
- d) Publicações;
- e) Estudos Especiais, abrangendo:
 - 1) Orientação Educacional e Profissional;
 - 2) Organização Escolar;
 - 3) Inquéritos e Pesquisas
- f) Programas da C.I.L.E.M.E.

IV – Caberão, inicialmente, aos setores desenvolver o seguinte programa de trabalho:

- a) Setor de Documentação, Informações e Intercâmbio:
 - 1) coleta, triagem e classificação do material de arquivo a ser guardado na Biblioteca Pedagógica;
 - 2) reprodução e indexação de documentos existentes no arquivo da B.P. ou em outros arquivos pedagógicos, para atender solicitações específicas;
 - 3) serviço de bibliografia educacional, compreendendo bibliografia corrente e bibliografias retrospectivas;

- 4) serviços auxiliares, compreendendo recortes de jornais e serviços diversos ligados à documentação pedagógica;
- 5) preparo de respostas a pedidos de informações ou consultas formuladas ao I.N.E.P.
- 6) doação de pequenas bibliotecas pedagógicas a escolas ou núcleos educacionais;
- 7) organização e sistematização de informações sobre legislação e assuntos correlatos;
- 8) intercâmbio cultural com instituições nacionais e estrangeiras.

b) Biblioteca Pedagógica Murilo Braga:

- 1) aquisição e registro de livros, periódicos e outros documentos, compreendendo também eventualmente mapas, discos, filmes, etc;
- 2) classificação e catalogação de material da biblioteca;
- 3) guarda e conservação dos documentos incorporados à biblioteca;
- 4) serviços gerais (referência, orientação dos consultantes, circulação de livros, etc).

c) Museu Pedagógico:

(O Museu Pedagógico será organizado oportunamente e deverá ter em vista o aspecto histórico da educação, especialmente no Brasil, bem como a demonstração de instalações técnicas e outros assuntos escolares, por meio de exposições permanentes, exposições especiais e de outros meios adequados).

d) Publicações:

- 1) Elaboração da “Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos”;
- 2) Publicação e distribuição da R.B.E.P., bem como de publicações avulsas elaboradas por outros órgãos do I.N.E.P.;
- 3) Divulgação de matéria informativa e noticiosa sobre assuntos educacionais.

d) Estudos Especiais:

- 1) Orientação educacional e profissional, compreendendo o levantamento dos processos e técnicas de orientação educacional e profissional em uso entre nós, para posterior estudo de seu aperfeiçoamento e divulgação;
- 2) Organização escolar, compreendendo estudos sobre a organização e funcionamento da rede escolar e de sua adequação às necessidades sociais das várias regiões do país;

3) Inquéritos e pesquisas, compreendendo os interesses educacionais não especificamente enquadrados nos setores acima.

f) Programa da C.I.L.E.M.E.:

Compreendendo inquéritos e levantamentos relativos ao ensino de grau médio e elementar que, exigindo uma parte importante de trabalhos de campo, não possam ser convenientemente executados pelos órgãos acima com os recursos orçamentários normais.

V – A atual Campanha de Construções e Equipamentos Escolares será desenvolvida por um Serviço de Assistência Financeira.

VI – As atividades da Campanha de Aperfeiçoamento do Magistério Primário e Normal, bem como a coordenação e supervisão dos Centros Regionais do I.N.E.P. nos Estados, ficam atribuídas à Coordenação de Cursos do I.N.E.P.

ANEXO 03

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 1.161 — EM 28 DE DEZEMBRO DE 1955.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

1. Dentro da estrutura do Ministério da Educação e Cultura, compete ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: o estudo da educação em seus métodos e conteúdos, seus diversos ramos e níveis, nas diferentes regiões do país.
2. Além dessa função precípua de estudo e pesquisa, veio, pela Lei n. 580, de 30-7-938, a ser-lhe atribuído um programa de assistência técnica e de aperfeiçoamento do magistério dos Estados.
3. Para dar cumprimento a essa dupla tarefa de estudo e assistência técnica, esse Instituto vem, desde 1953, ampliando as suas atividades, buscando realizar, pela C.I.L.E.M.E. (Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar) e pela CALDEME (Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino), estudos e pesquisas sobre o ensino em cada um dos Estados da Federação, sobre programas escolares, sobre as matérias do curso médio, e elaborar para uso do magistério manuais de ensino destinados a consolidar conquistas pedagógicas ou renovar-lhe os métodos.
4. Procurado, em face desse programa de pesquisa educacional em todo o país e de assistência pedagógica aos Estados, pelos órgãos de cooperação internacional, pôde o Instituto articular com a UNESCO uma colaboração, pela qual receberia o auxílio de especialistas estrangeiros para o melhor desenvolvimento do seu programa.
5. Já se acham trabalhando em nosso país os professores Bertram Hutchinson e Andrew Pearse e, no próximo ano, deverão vir os professores Havinghurst, Jacques Lambert e Otto Klineberg. Além disto, o professor Charles Wagley, da Colúmbia University, já por duas vezes, esteve conosco, em períodos de três meses, prestando sua alta colaboração no campo da antropologia.
6. No ano que ora se encerra, deram-se vários passos na concretização desse plano de trabalho, que deve estender-se a todo o país, com a instalação de um centro brasileiro de pesquisas educacionais aqui no Rio e cinco centros regionais, localizados no Recife, na Bahia, em Belo Horizonte, em São Paulo e em Porto Alegre.
7. Tais centros, que deverão absorver as atividades de estudo e documentação do I.N.E.P, e das suas respectivas campanhas (CALDEME e C.I.L.E.M.E.) e ainda as de assistência técnica correspondente ao seu programa de aperfeiçoamento do magistério, deverão completar a sua instalação e entrar em pleno funcionamento em 1956.
8. A título de experiência, vêm sendo instalados e estão funcionando, mediante convênio, o centro brasileiro e os centros regionais da Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, em sedes próprias ou alugadas.

9. Parece, assim, chegada a oportunidade de consolidar o plano, mediante decreto que institua definitivamente os diversos centros, lhes defina os objetivos e lhes dê organização apropriada ao desenvolvimento dos seus trabalhos tão altamente especializados.

10. O projeto de decreto que acompanha esta exposição visa satisfazer a esse propósito, instituindo os centros subordinados ao I.N.E.P., mas com organização em que se estabeleçam as condições de independência e flexibilidade existentes para as campanhas extraordinárias de educação e o regime de financiamento especial também previsto em nosso sistema de orçamento, a fim de que as atividades ora em vista de concretização possam ter a necessária eficiência e a segurança do seu desenvolvimento.

11. É da maior importância lançar em relevo que *não há criação de cargos* e todos os serviços são prestados nos precisos termos da Verba 3 (Serviços e Encargos). Não pode, pois, ser levantada a objeção de que é necessária lei para a instituição dos serviços ora propostos.

12. Será mais um grande serviço que a educação nacional ficará a dever a Vossa Excelência, cujo governo, apesar da sua curta duração, se vem assinalando por tantas e tão altas iniciativas. Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência as expressões do meu profundo respeito.

ABGAR RENAULT
Ministro da Educação e Cultura

ANEXO 04

DECRETO Nº 38.460 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1955

Institui o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e centros regionais.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição e considerando o que expôs o Ministro de Estado da Educação e Cultura sobre a necessidade de dotar o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos de meios adequados à pesquisa educacional em toda a extensão do território brasileiro, para o melhor cumprimento de seus objetivos fundamentais de estudo e aperfeiçoamento do magistério brasileiro, primário e normal, nos termos dos Decretos-leis n.º 580, de 30 de julho de 1938; n.º 4.958, de 14 de novembro de 1942, e Lei n.º 59, de 11 de agosto de 1947, decreta:

Art. 1.º Ficam instituídos o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (C.B.P.E.) e Centros Regionais de Pesquisas Educacionais, o primeiro com sede no Rio de Janeiro e os demais nas cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre e posteriormente onde vierem a ser julgados necessários, todos subordinados ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 2.º Os Centros de Pesquisas a que alude o artigo anterior têm os seguintes objetivos:

I — pesquisa das condições culturais e escolares e das tendências de desenvolvimento de cada região e da sociedade brasileira como um todo, para o efeito de conseguir-se a elaboração gradual de uma política educacional para o país; .

II — elaboração de planos, recomendações e sugestões para a revisão e a reconstrução educacional do país — em cada região — nos níveis primário, médio e superior e no setor de educação de adultos;

III — elaboração de livros de fontes e de textos, preparo de material de ensino, estudos especiais sobre administração escolar, currículos, psicologia educacional, filosofia da educação, medidas escolares, formação de mestres e sobre quaisquer outros temas que concorram para o aperfeiçoamento do magistério nacional;

IV — treinamento e aperfeiçoamento de administradores escolares, orientadores educacionais, especialistas de educação e professores de escolas normais e primárias.

Art. 3.º O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e os Centros Regionais compreenderão sempre uma biblioteca de educação, um serviço de documentação e informação pedagógica, um museu pedagógico, e os serviços de pesquisa e inquérito, de cursos, estágios e aperfeiçoamento do magistério

e, quando possível, dentre outros, serviços de educação áudio-visual, de distribuição de livros e material didático e outros que se fizerem necessários ao cumprimento de suas finalidades.

Art. 4.º Os Centros serão organizados segundo planos elaborados pelo I.N.E.P, e aprovados pelo ministro de Estado, sob regime de financiamento especial e gozando de todas as condições de flexibilidade e independência das campanhas nacionais de educação. Parágrafo único. Os Centros Regionais poderão funcionar em regime de convênios com os governos ou entidades públicas ou privadas ou ser diretamente mantidos e administrados pelo I.N.E.P.

Art. 5.º todas as repartições federais, autárquicas e parastatais deverão prestar aos centros de pesquisas educacionais a cooperação que lhes fôr solicitada para facilidade de cumprimento de suas atribuições.

Art. 6.º este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Abgar Renault.

(Publicado no D. O. de 24-1-956).

ANEXO 05

DADOS BÁSICOS DOS TREZE MINISTROS

01. ERNESTO SIMÕES DA SILVA FREITAS FILHO

PERÍODO: 31/01/1951 A 22/05/1953
(TEMPO: 2 ANOS, TRÊS MESES E 22 DIAS)

01. NATURAL: BAHIA (1886-1957)

02. FORMAÇÃO: DIREITO - BA

03. ATIVIDADES PRINCIPAIS: JORNALISTA

04. CARREIRA PRIVADA: REDATOR JORNAL “GAZETA DO POVO” AO LADO DE OTÁVIO MANGABEIRA / FUNDADOR DO JORNAL “A TARDE” (AMBOS NA BA)

05. CARREIRA PÚBLICA: 1923- DEP. EST / 1924-1930 – DEP. FED. – PELA CONCENTRAÇÃO REPUBLICANA DA BAHIA (CRB) E PELO PARTIDO REPUBLICANO DA BAHIA (PRB)

06. POSICIONAMENTOS POLÍTICOS: 1907 – CISÃO DO PARTIDO REPUBLICANO DA BAHIA (PRB) / EM 1908 APOIO À CANDIDATURA DE JOSÉ M. DE SOUZA AO GOVERNO DA BAHIA/ 1910- OPOSIÇÃO AO GOVERNO FEDERAL / COM J.J. SEABRA FUNDA O PARTIDO REPUBLICANO DEMOCRATA (PRD) / 1912- ROMPIMENTO COM J.J. SEABRA / ACOMPANHA LUIS VIANNA NA FUNDAÇÃO DO PARTIDO REPUBLICANO CONSERVADOR (PRC) / EM 1923 FUNDA A CONCENTRAÇÃO REPUBLICANA DA BA (CRB) / EM 1924 APOIO A GOIS CALMON AO GOVERNO DA BAHIA / PERDE MANDATO FEDERAL COM A REVOLUÇÃO DE 1930 / EM 1945 APOIO A EDUARDO GOMES (UDN) PARA A PRESIDÊNCIA / ATRAVÉS DE OTÁVIO MANGABEIRA APOIA DUTRA / EM 1950 APOIO A LUIS REGIS PACHECO (PRB/PSD/PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) AO GOVERNO DA BAHIA / APOIO AO SEU SUBSTITUTO NO MINISTÉRIO ANTONIO BALBINO AO GOVERNO DA BAHIA / EM 1957 SE AFASTA DE BALBINO

07. GESTÃO NO MINISTÉRIO: PREOCUPAÇÃO COM A TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LDBEN E, JUNTAMENTE, COM ANÍSIO E EQUIPE IMPLANTA A CAPES, A CILEME E A CALDEME

08. POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES DIRETAS OU INDIRETAS COM ANÍSIO TEIXEIRA: • JUNTO COM O PAI DE ANÍSIO EM 1908, APOIO À CANDIDATURA DE JOSÉ M. DE SOUZA AO GOVERNO DA BAHIA

- JUNTO COM O PAI DE ANÍSIO EM 1912 ROMPIMENTO COM J.J. SEABRA

- AINDA EM COMPANHIA DO PAI DE ANÍSIO EM 1924 APOIO A GOIS CALMON AO GOVERNO DA BAHIA

- ESTREITO CONVÍVIO POLÍTICO COM LUIS VIANNA E OTÁVIO MANGABEIRA

09. LOCAL DO ARQUIVO PESSOAL: -

10. FONTE(S) DAS INFORMAÇÕES: DHBB – P. 5671 – AUTORA DO VERBETE: AMÉLIA COUTINHO

11. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: SÁIDA DO M.E.S. POR MUDANÇA GERAL DO MINISTÉRIO GETÚLIO VARGAS / ASSUME INTERINAMENTE PÉRICLES MADUREIRA DE PINHO (BAIANO) / PRÓXIMO MINISTRO: ANTÔNIO BALBINO DE CARVALHO FILHO (baiano)

02. ANTÔNIO BALBINO DE CARVALHO FILHO

PERÍODO: 25/06/1953 A 02/07/1954
(TEMPO: 1 ANO E OITO DIAS)

01. NATURAL: BAHIA (1912-1992)

02. FORMAÇÃO: DIREITO – INÍCIO NA BAHIA E TÉRMINO NO RJ / ESPECIALIZAÇÃO EM ECONOMIA EM SORBONNE (1933-1934)

03. ATIVIDADES PRINCIPAIS: JORNALISTA / ADVOGADO / PROFESSOR

04. CARREIRA PRIVADA: REDATOR DO JORNAL “A NOITE” (RJ) / JORNAL “O IMPARCIAL” (BA) / DIRETOR DO “DIÁRIO DE NOTÍCIAS” (1939-1942)

05. CARREIRA PÚBLICA: 1934- DEP. EST. – BA – LEGENDA OTÁVIO MANGABEIRA / 1939-1942- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA BA / 1947 – DEP. EST. PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) / 1951-1952- DEP. FED. / 1953-1954- MEC / 1954-1955- DEP. FED. / 1955-1959- GOV. DA BA / 1961-1962-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA / 1962 – MEMBRO DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (CFE) / 1963- MINISTRO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO / 1963-1971- SENADOR PSD/MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB)

06. POSICIONAMENTOS POLÍTICOS: EM 1946 IDA PARA O PSD E APOIO A MANGABEIRA / EM 1954 TEM APOIO DE VARGAS PARA GOV. DA BAHIA / EM 1956 INDICA O ALMIRANTE LÚCIO MEIRA PARA VIAÇÃO E OBRAS

PÚBLICAS DO GOV. JK / NO MOMENTO DA RENÚNCIA DE JQ É PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA / EM 1962 RECUSA O CONVITE DE HERMES LIMA PARA A PASTA DA FAZENDA, INDICA OUTRO BAIANO: MIGUEL CALMON / EM 1961 APOIO AO ADIANTAMENTO DO PLEBISCITO SOBRE PARLAMENTARISMO, COMANDA A CAMPANHA NO NORTE E NORDESTE, TRABALHOU COM HUGO DE FARIA (MEMBRO DO GABINETE CIVIL DE JANGO) NA CAMPANHA / SEMPRE APOIADO PELO PTB COMO CANDIDATO AO GOV DA BA E SENADO / EM 1963 AFASTA-SE DE GOULART E DO PTB POR ATAQUES RADICAIS / PÓS-1964 INGRESSA NO MDB / ENCERRA AS CAMPANHAS POLÍTICAS EM 1971

07. GESTÃO NO MINISTÉRIO: CRIAÇÃO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA (CDP) / CONTINUIDADE DOS TRABALHOS DO MINISTRO ANTERIOR / SAI DO MINISTÉRIO PARA CONCORRER AO GOVERNO DA BAHIA

08. POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES DIRETAS OU INDIRETAS COM ANÍSIO TEIXEIRA: • EM 1947 NA CONSTITUINTE BAIANA ATUA NA COMISSÃO CONSTITUCIONAL, COMO VICE-PRESIDENTE DA CASA É TITULAR DAS SEGUINTE COMISSÕES: EDUCAÇÃO-CULTURA-ARTE, CONSTITUIÇÃO-JUSTIÇA, FINANÇAS-ORÇAMENTOS-CONTA, REDAÇÃO DE LEIS-RESOLUÇÕES,

• LÍDER DO PSD NA CONSTITUINTE EM QUE ANÍSIO ERA SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO GOV. OTÁVIO MANGABEIRA\

• NO PERÍODO DE 1955-1959 – COMO GOVERNADOR DA BA – NO CAMPO DA EDUCAÇÃO REALIZA O QUE ANÍSIO PRECONIZARA NA CONSTITUIÇÃO BAIANA DE 1950 – NOTADAMENTE AS ESCOLAS NORMAIS REGIONAIS

• EM 1961-1962 POSSÍVEL SUSTENTAÇÃO A ANÍSIO NO PAPEL DE PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA E COMPANHEIRO NO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, LOGO APÓS, EM 1963, MINISTRO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

• O SEU PRESTÍGIO JUNTO A GOULART PODE TER – DURANTE O PERÍODO DE 1961 A 1963 – POUPADO ANÍSIO DAS CRÍTICAS SEVERAS DA ALA RADICAL DO PTB. O PTB BAIANO SEMPRE APOIOU BALBINO

09. LOCAL DO ARQUIVO PESSOAL: -

10. FONTE(S) DAS INFORMAÇÕES: DHBB – P. 456 – AUTORA DO VERBETE: AMÉLIA COUTINHO E GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

11. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: PRÓXIMO MINISTRO: EDGAR REGO SANTOS (baiano)

03. EDGAR REGO SANTOS

**PERÍODO: 06/07/1954 A 02/09/1954
(TEMPO: 57 DIAS)**

01. NATURAL: BAHIA (1894-1962)

02. FORMAÇÃO: MEDICINA BA – TÉRMINO EM 1917 / ESPECIALIZAÇÃO EM CIRURGIA EM PARIS E BERLIM - 1918

03. ATIVIDADES PRINCIPAIS: MÉDICO / PROFESSOR

04. CARREIRA PRIVADA: ASSISTENTE DE CIRURGIA EM SP DE 1918 ATÉ 1922 / MEMBRO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL) A PARTIR DE 1958

05. CARREIRA PÚBLICA: 1934 – PROF. DA FAC. DE MEDICINA DA BA / 1936 - DIRETOR DA FAC. DE MEDICINA DA BA / 1946-1952 – REITOR DA UNIV. DA BAHIA / 1954 – MEC / 1961-1962- PRESIDENTE DO CFE

06. POSICIONAMENTOS POLÍTICOS: -

07. GESTÃO NO MINISTÉRIO: PERÍODO CONFLITUOSO ENTRE VARGAS E OS MILITARES / CASO TONELEIROS / SUICÍDIO DE VARGAS / INTENSAS MOVIMENTAÇÕES PARA A CRIAÇÃO DO CBPE

08. POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES DIRETAS OU INDIRETAS COM ANÍSIO TEIXEIRA: • NO PERÍODO DE 1946 ATÉ 1952 REITOR DA UNIV. DA BA E ANÍSIO SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DA BA DE 1947 A 1950, PROVÁVEL DIÁLOGO NA CONSTITUINTE ESTADUAL

09. LOCAL DO ARQUIVO PESSOAL: -

10. FONTE(S) DAS INFORMAÇÕES: DHBB – P. 5.260 / “ACTOS SOLENES” DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (1958)

11. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: INDICADO PARA PRESIDENTE DO CFE POR JG – GABINETE TANCREDO NEVES – MINISTRO DA EDUCAÇÃO ANTONIO BALBINO – TAMBÉM BAIANO. PRÓXIMO MINISTRO: CÂNDIDO MOTA FILHO (PAULISTA)

04. CÂNDIDO MOTA FILHO

**PERÍODO: 02/08/1954 A 17/11/1955
(TEMPO: 1 ANO E 99 DIAS)**

01. NATURAL: SÃO PAULO (1897-1977)

02. FORMAÇÃO: DIREITO EM SP – TÉRMINO EM 1919

03. ATIVIDADES PRINCIPAIS: JORNALISTA E CRÍTICO LITERÁRIO

04. CARREIRA PRIVADA: 1917 – “CORREIO PAULISTANO” / EM 1929 “REDATOR-CHEFE DO “SÃO PAULO JORNAL” / EM 1930 “FOLHA DA MANHÃ” / EM 1932 FUNDA A “REVISTA DA POLÍTICA” / EM 1933 REDATOR DOS “DIÁRIOS ASSOCIADOS” / EM 1960 ELEITO PARA A ABL

05. CARREIRA PÚBLICA: 1916-1920- OFICIAL DE GABINETE DE SP- MEMBRO DO PARTIDO REPUBLICANO PAULISTA (PRP) / 1933- OFICIAL DE GABINETE DA PREFEITURA DE SP / 1934-1947- DEP. EST SP PELO PARTIDO CONSTITUCIONALISTA (PC) / 1947-1951- CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DO TRABALHO / 1938- CHEFE DA SEÇÃO PAULISTA DO DIP / 1954-1955 – MEC / 1956- MINISTRO DO STF

06. POSICIONAMENTOS POLÍTICOS: 1916 – MEMBRO DO PARTIDO REPUBLICANO (PR) DE SP / EM 1930 CRIA A AÇÃO NACIONAL DO PR (PROXIMIDADE COM IDÉIAS FASCISTAS) / EM 1932 – JUNTO COM PLÍNIO SALGADO FUNDA A SOCIEDADE DE ESTUDOS POLÍTICOS (SEP) / EM 1932 OPÔS-SE À TRANSFORMAÇÃO DO SEP NO PARTIDO DA “AÇÃO INTEGRALISTA NACIONAL” / 1932 OPOSIÇÃO RADICAL A GV / 1938 PRISÃO DOMICILIAR / 1954 VICE-PRESIDENTE DO PR DE SP / 1955 PRESIDENTE DO PR

07. GESTÃO NO MINISTÉRIO: INTENSO PROCESSO DE GESTAÇÃO DO CBPE

08. POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES DIRETAS OU INDIRETAS COM ANÍSIO TEIXEIRA: -

09. LOCAL DO ARQUIVO PESSOAL: -

10. FONTE(S) DAS INFORMAÇÕES: DHBB- P. 3.938 (AUTOR DO VERBETE: JORGE MIGUEL MAYER) / ANUÁRIOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

11. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: SÁIDA DO MEC POR DEMISSÃO CONJUNTA DO MINISTÉRIO CARLOS LUZ / PRÓXIMO MINISTRO: ABGAR RENAULT (mineiro)

05. ABGAR DE CASTRO ARAÚJO RENAULT

**PERÍODO: 24/11/1955 A 31/01/1956
(TEMPO: 3 MESES E SETE DIAS)**

01. NATURAL: MINAS GERAIS (1901-1995)

02. FORMAÇÃO: DIREITO EM MG – TÉRMINO: 1924 / ESTUDOU LÍNGUA E LITERATURA INGLÊSAS

03. ATIVIDADES PRINCIPAIS: PROFESSOR

04. CARREIRA PRIVADA: 1924 – PROFESSOR DE COLÉGIOS PRIVADOS EM MG / 1932 A 1934 – PROFESSOR PARTICULAR / 1950- PROFESSOR DA PUC-RIO E DA UNIV. SANTA ÚRSULA

05. CARREIRA PÚBLICA: 1926 – PROF. DO GINÁSIO DE MG / 1927- DEP. ESTADUAL – PARTIDO REPUBLICANO MINEIRO (PRM) / 1930- REELEITO DEP. ESTADUAL / 1930- PROF. DA ESCOLA NORMAL MODELO DE BH / 1931-1932- SEC. DO INTERIOR E JUSTIÇA DE MG (GOV. OLEGÁRIO MACIEL) / 1935-1937- ASSESSOR TÉCNICO DO DEP. DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DF (RIO DE JANEIRO) / 1939 – REDATOR DO CÓDIGO PENAL E DO CÓDIGO CIVIL / 1940-1945- DIRETOR DO DEP. NACIONAL DE EDUCAÇÃO / 1948-1950- SEC. DE EDUC DE MG (GOV. MILTON CAMPOS) / 1948- PARTICIPA DA CRIAÇÃO DA UNESCO / 1955-1956-MEC-NOMEADO POR NEREU RAMOS / 1956-1959- SEC. DE EDUC. DE MG (GOV. BIAS FORTES) / DE 1960 A 1964 - DIRETOR DO CRPE DE MG / 1962- MEMBRO DO CF DE EDUCAÇÃO / 1967-1973- MINISTRO DO TCU

06. POSICIONAMENTOS POLÍTICOS: PARTICIPA DO MOVIMENTO MODERNISTA DE MINAS / EM 1945 PARTICIPA DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE ESCRITORES (SP) NUMA TOMADA DE POSIÇÃO CONTRA O ESTADO NOVO

07. GESTÃO NO MINISTÉRIO: NO SEU PERÍODO SAI A PUBLICAÇÃO DO DECRETO 38.460, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1955, QUE INSTITUI O CBPE E OS CRPEs

08. POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES DIRETAS OU INDIRETAS COM ANÍSIO TEIXEIRA: • EXERCE O CARGO DE ASSISTENTE TÉCNICO DE EDUCAÇÃO NO DF NA GESTÃO DE ANÍSIO EM 1935

• PARTICIPAÇÃO NO PROJETO DE CRIAÇÃO DA UNESCO E PARTICIPAÇÃO NAS ASSEMBLÉIAS – A UNESCO FINANCIOU O PROJETO DO CBPE

09. LOCAL DO ARQUIVO PESSOAL:-

10. FONTE(S) DAS INFORMAÇÕES: DHBB- P. 4.964 / DICIONÁRIO DE EDUCADORES NO BRASIL – ED. UFRJ – P. 21 (AUTORA DO VERBETE: ANA MARIA CASASANTA PEIXOTO) – ORG. DE MARIA DE LOURDES DE ALBUQUERQUE FÁVERO E JAIDER DE MEDEIROS BRITO / ACERVO DE ESCRITORES MINEIROS - UFMG

11. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: UM DOS SIGNATÁRIOS DO MANIFESTO “MAIS UMA VEZ CONVOCADOS” DE 1959 / COMO SECRETÁRIO DE EDUC. EM MG - 1956-1959 – IMPLANTOU O PABAE (PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA BRASILEIRO-AMERICANA AO ENSINO ELEMENTAR / DEMISSÃO CONJUNTA DO MINISTÉRIO NEREU RAMOS / PRÓXIMO MINISTRO: CLÓVIS SALGADO DA GAMA (mineiro)

06. CLÓVIS SALGADO DA GAMA

PERÍODO: 31/01/1956 A 01/01/1961
(TEMPO: 4 ANOS, ONZE MESES E UM DIA)

01. NATURAL: MINAS GERAIS (1906-1978)

02. FORMAÇÃO: MEDICINA NO RJ (DF) – TÉRMINO: 1929

03. ATIVIDADES PRINCIPAIS: MÉDICO / PROFESSOR

04. CARREIRA PRIVADA: EM 1930, REDATOR DO JORNAL “NOVA FASE”

05. CARREIRA PÚBLICA: 1937- PROFESSOR DA FACULDADE NACIONAL DE MEDICINA (DF) / 1937 – PROF. DA UNIV. DE MG / 1951 – VICE-GOV. DE MG PELO PR (GOVERNADOR JK PELO PSD) / 1955-1956- GOV. DE MG (ASSUME A VAGA DE JK) / 1956-1960- MEC / 1961- VICE-GOV. DE MG PELO PR EM COLIGAÇÃO COM O PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA (PST) / 1964-1968- CFE

06. POSICIONAMENTOS POLÍTICOS: EM 1930 FUNDA A ALIANÇA NACIONAL / ENGAJAMENTO NA REVOLUÇÃO DE 1930 PARA DEPOR W. LUIZ / FAVORÁVEL A ARTHUR BERNARDES DO PR MINEIRO E CONTRA O REGIME DE INTERVENÇÃO DE OLEGÁRIO MACIEL / SOLIDÁRIO AO MOV. CONSTITUCIONALISTA DE 1932 EM SP / EM 1945 FUNDADOR DO PR MINEIRO / EM 1955 APOIO A JK (PSD) À PRESIDÊNCIA E A BIAS FORTES AO GOV. DE MG (PSD-PR) / CONTRA A CANDIDATURA DE JQ / APOIO AO REGIME DE 1964

07. GESTÃO NO MINISTÉRIO: ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO “EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO” COM 12 PROPOSIÇÕES DE REFORMA DO ENSINO SECUNDÁRIO E ENS. SUPERIOR/ ÊNFASE AO ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONALIZANTE / CRIA A CASA DO ESTUDANTE BRASILEIRO EM PARIS E EM MADRI (AJUDA AOS BOLSISTAS BRASILEIROS NO EXTERIOR – INCLUSIVE OS DA CAPES)/ PERÍODO DE SEDIMENTAÇÃO DO CBPE / ELABORA OS PRINCÍPIOS DA UNB

08. POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES DIRETAS OU INDIRETAS COM ANÍSIO TEIXEIRA: • AS POSIÇÕES DESENVOLVIMENTISTAS E AS PREOCUPAÇÕES COM AS REFORMAS EDUCACIONAIS O APROXIMAM DAS IDÉIAS DE ANÍSIO E ESTÃO LATENTES EM SEU APOIO À CAPES E AO CBPE

09. LOCAL DO ARQUIVO PESSOAL:-

10. FONTE(S) DAS INFORMAÇÕES: DHBB – P. 5.193

11. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: SAI DO MEC PARA A DISPUTA DO GOV. DE MG EM 1960 / VITORIOSO RETORNA AO MEC PARA ACABAR O MANDATO EM JANEIRO DE 1961 / TEVE TRÊS INTERINOS: CELSO TEIXEIRA BRANT (MINEIRO); NEREU DE OLIVEIRA RAMOS (PR DE SC); JOSÉ PEDRO FERREIRA DA COSTA (MINEIRO)/ TEVE COMO SUBSTITUTO OFICIAL O MINISTRO PEDRO PAULO PENIDO (mineiro)

07. PEDRO PAULO PENIDO

**PERÍODO: 1º/07/1960 A 17/10/1960
(TEMPO: TRÊS MESES E 16 DIAS)**

01. NATURAL: MINAS GERAIS (1904-1967)

02. FORMAÇÃO: ODONTOLOGIA - TÉRMINO: 1924

03. ATIVIDADES PRINCIPAIS: ODONTOLOGIA / PROFESSOR

04. CARREIRA PRIVADA: 1940-1947- PRESIDENTE DA SOC. DE ODONTOLOGIA DE BH E DA FEDERAÇÃO ODONTOLÓGICA BRASILEIRA

05. CARREIRA PÚBLICA: 1924- SETOR DE SAÚDE DA SEGURANÇA PÚBLICA DE MG / 1944- PROF. DA FAC. DE ODONTOLOGIA E FARMÁCIA DE MG / 1952-1955- REITOR DA UFMG / 1958-1960- RECONDUZIDO AO CARGO DE REITOR DA UFMG / 1960 – MEC (NOMEADO MINISTRO NO LUGAR DE CLÓVIS SALGADO) / 1960-1961- SUPERINTENDENTE DO BNDE

06. POSICIONAMENTOS POLÍTICOS:-

07. GESTÃO NO MINISTÉRIO: CURTA GESTÃO

08. POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES DIRETAS OU INDIRETAS COM ANÍSIO TEIXEIRA: -

09. LOCAL DO ARQUIVO PESSOAL:-

10. FONTE(S) DAS INFORMAÇÕES: DHBB- P. 4.531

11. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: SAI DO MEC PARA A VOLTA DE CLÓVIS SALGADO QUE COMPLETA O GOV. JK E PASSA A PASTA AO MINISTRO BRÍGIDO FERNANDES TINOCO (mineiro)

08. BRÍGIDO FERNANDES TINOCO

**PERÍODO: 31/01/1961 A 25/08/1961
(TEMPO: SEIS MESES E 25 DIAS)**

01. NATURAL: RIO DE JANEIRO (NITERÓI) (1910-1982)

02. FORMAÇÃO: CIÊNCIAS E LETRAS - TÉRMINO: 1930 / DIREITO – TÉRMINO: 1933

03. ATIVIDADES PRINCIPAIS: PROFESSOR

04. CARREIRA PRIVADA: COLABORADOR DO “DIÁRIO CARIOCA, “CORREIO DA MANHÃ” E REVISTA FON-FON / PROF. DA FAC. FLUMINENSE DE COMÉRCIO

05. CARREIRA PÚBLICA: 1936-1937- VEREADOR EM NITERÓI / 1937-1938- DELEGADO GERAL DA POLÍCIA MUNICIPAL DE NITERÓI / 1938-1940- SEC. DA PREFEITURA DE SÃO GONÇALO / 1941- PROCURADOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM SP / 1942-1945- OFICIAL DE GABINETE DO MINISTRO DO TRABALHO / 1945- SEC. DE GOV. DE NITERÓI / 1945-NOMEADO PREFEITO DE NITERÓI POR AMARAL PEIXOTO / 1946- DEP. FED. PELO PSD (RJ) / 1950 – DEP. FED. PELO PSD / 1955-1958 – CONSELHO EST. DE EDUCAÇÃO – RJ / 1958 – DEP. FED. COLIGAÇÃO PSB-PTB-PDC-PR / 1961- MEC / 1966- PROC. GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

06. POSICIONAMENTOS POLÍTICOS: EM 1948 CONTRA A CASSAÇÃO DOS COMUNISTAS / MEMBRO DO CENTRO DE ESTUDOS E DEFESA DO PETRÓLEO E DA ECONOMIA NACIONAL (CEDPEN) / EM 1953 ROMPIMENTO COM AMARAL PEIXOTO / EM 1954 INGRESSA NO PSB / VICE-LÍDER DO PSB NA CÂMARA EM 1960 / LÍDER DA DISSIDÊNCIA DO PSB NO RJ A FAVOR DA

CAMPANHA DE JQ À PRESIDÊNCIA / EM 1963 RETORNO AO PSD / EM 1966 FILIAÇÃO AO MDB

07. GESTÃO NO MINISTÉRIO: CRIAÇÃO DA REDE DE ESCOLAS LIGADAS À INDÚSTRIA E AO ARTESANATO / PLANO DE MOBILIZAÇÃO NACIONAL CONTRA O ANALFABETISMO

08. POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES DIRETAS OU INDIRETAS COM ANÍSIO TEIXEIRA: -

09. LOCAL DO ARQUIVO PESSOAL: -

10. FONTE(S) DAS INFORMAÇÕES: DHBB – P. 5.748

11. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: SAI DO MEC DEVIDO À RENÚNCIA DE JQ. / PRÓXIMO MINISTRO: ANTÔNIO FERREIRA DE OLIVEIRA BRITO (baiano)

09. ANTÔNIO FERREIRA DE OLIVEIRA BRITO

**PERÍODO: 08/09/1961 A 11/07/1962
(TEMPO: 10 MESES E TRÊS DIAS)**

01. NATURAL: BAHIA (1908-1997)

02. FORMAÇÃO: DIREITO – BA TÉRMINO: 1933

03. ATIVIDADES PRINCIPAIS: POLÍTICO

04. CARREIRA PRIVADA: -

05. CARREIRA PÚBLICA: 1947- DEP EST CONSTITUINTE NA BA – PSD / 1947-1951- SEC. DE SEGURANÇA PÚBLICA DO GOV. MANGABEIRA / 1951-1955- DEP. FED. PELA LEGENDA PSD-PRP-PST / 1955-1958- DEP. FED. PELA LEGENDA PSD- PRP-PL / 1959-1961- DEP. FED. PELA LEGENDA PSD- PRP / 1961- MEC / 1962- DEP. FED. PELA LEGENDA PSD-PDC-PTN-PSP-PSB / 1963 – MINISTRO DE MINAS E ENERGIA / 1968- SEC. DE ESTADO DO GOV. LUIS VIANNA NA BA

06. POSICIONAMENTOS POLÍTICOS: 1961 VICE-LÍDER DA MAIORIA (PSD) NA CÂMARA NO GOV. JQ / 1961 RELATOR DA COMISSÃO QUE ANALISA IMPEDIMENTO DE JG, APROVA A POSSE, PORÉM APÓIA O PARLAMENTARISMO / EM 1963 LÍDER DA MAIORIA NO CONGRESSO NO GOV JG / EM 1965 INGRESSA NO MDB / 1966 - INGRESSA NA ARENA / EM 1969 CASSADO PELO AI-5

07. GESTÃO NO MINISTÉRIO: NOMEADO PELO GABINETE TANCREDO NEVES / SAI DO MEC COM A SAÍDA DE TANCREDO

08. POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES DIRETAS OU INDIRETAS COM ANÍSIO TEIXEIRA: • CONSTITUINTE EM 1947 NA BAHIA QUANDO ANÍSIO APRESENTA A PROPOSTA DE REFORMA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

• EM 1948, PASSA A INTEGRAR COM ANÍSIO O SECRETARIADO DE MANGABEIRA

09. LOCAL DO ARQUIVO PESSOAL: -

10. FONTE(S) DAS INFORMAÇÕES: DHBB- P. 829

11. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: SAI DO MINISTÉRIO NA RENÚNCIA DO GAB. TANCREDO NEVES / PRÓXIMO MINISTRO: ROBERTO TAVARES LIRA (pernambucano)

10. ROBERTO TAVARES LIRA

PERÍODO: 12/07/1962 A 14/09/1962
(TEMPO: 2 MESES E DOIS DIAS)

01. NATURAL: PERNAMBUCO (1902-1982)

02. FORMAÇÃO: DIREITO NO DF **TÉRMINO:** 1920

03. ATIVIDADES PRINCIPAIS: JORNALISTA / PROFESSOR / ESCRITOR

04. CARREIRA PRIVADA: COLABORADOR DO JORNAL CARIOCA “A NOITE”

05. CARREIRA PÚBLICA: 1924- ADJUNTO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO DF / 1933- PROF. DA FAC. DE DIREITO DA UNIV. DO RIO DE JANEIRO / 1962-MEC

06. POSICIONAMENTOS POLÍTICOS: CONTRA O ESTADO NOVO / OPOSIÇÃO AO REGIME MILITAR

07. GESTÃO NO MINISTÉRIO: NOMEADO PELO GABINETE BROCHADO DA ROCHA (CURTA DURAÇÃO)

08. POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES DIRETAS OU INDIRETAS COM ANÍSIO TEIXEIRA: -

09. LOCAL DO ARQUIVO PESSOAL: -

10. FONTE(S) DAS INFORMAÇÕES: DHBB- P. 3.242

11. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: SAI DO MEC POR RENÚNCIA COLETIVA DO GABINETE / PRÓXIMO MINISTRO DARCI RIBEIRO (mineiro)

11. DARCY RIBEIRO

**PERÍODO: 18/09/1962 A 23/01/1963
(TEMPO: 4 MESES E CINCO DIAS)**

01. NATURAL: MINAS GERAIS (1922-1997)

02. FORMAÇÃO: SOCIOLOGIA – SP TÉRMINO: 1946

03. ATIVIDADES PRINCIPAIS: ANTROPÓLOGO

04. CARREIRA PRIVADA: 1953- PROF. DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

05. CARREIRA PÚBLICA: 1947- SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO / 1953- DIRETOR DO MUSEU DO ÍNDIO / 1955- COORDENADOR DO 1º CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA CULTURAL NO BRASIL / 1955- MEMBRO DA COMISSÃO ESPECIAL DESIGNADA POR JK PARA ACOMPANHAR A ELABORAÇÃO DA LDBEN / 1955- PROF. DA UNIV. DO BRASIL / 1957 – DESIGNADO POR ANÍSIO PARA DIRETOR DA DIV. DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIAIS DO CBPE / 1959- NOMEADO POR JK PARA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA UNB –CONVIDA CIENTISTAS E EDUCADORES PARA A EQUIPE – MUITOS ORIUNDOS DA SBPC / 1961- 1º REITOR DA UNB / 1962- MEC / 1963- CHEFE DO GABINETE CIVIL DE GOULART

06. POSICIONAMENTOS POLÍTICOS: CONTRA O REGIME MILITAR

07. GESTÃO NO MINISTÉRIO: NOMEADO PELO GABINETE HERMES LIMA / CRIA O FUNDO NACIONAL DE ENSINO / OBRIGA A UNIÃO A APLICAR 12% DA RECEITA EM EDUCAÇÃO

08. POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES DIRETAS OU INDIRETAS COM ANÍSIO TEIXEIRA: • VER ITEM 2.1 DESTE CAPÍTULO

09. LOCAL DO ARQUIVO PESSOAL: FUNDAR

10. FONTE(S) DAS INFORMAÇÕES: DHBB – P. 5.033 (AUTORA DO VERBETE: CLÁUDIA GALVÃO)

11. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: SAI DO MEC COM O FIM DO PARLAMENTARISMO / PRÓXIMO MINISTRO: TEOTÔNIO MONTEIRO DE BARROS FILHO (paulista)

12. THEOTÔNIO MAURÍCIO MONTEIRO DE BARROS FILHO

PERÍODO: 23/01/1963 A 18/06/1963
(TEMPO: 4 MESES E 18 DIAS)

- 01. NATURAL: SÃO PAULO (1901- 1974)**
- 02. FORMAÇÃO: DIREITO – SP TÉRMINO: 1923**
- 03. ATIVIDADES PRINCIPAIS: ADVOGADO**
- 04. CARREIRA PRIVADA: -**
- 05. CARREIRA PÚBLICA: 1933- DEP. CONTITUINTE – PRP- PARTIDO DEMOCRÁTICO (PD) / 1935- DEP. FED PELO PARTIDO CONSTITUCIONALISTA (PC) / 1938- PROF. DA FAC. DE DIREITO DE SP / 1941- SEC. DE SERVIÇO SOCIAL DE SP / 1942- SEC. DE EDUC. E SAÚDE DE SP / 1954- DEP. FED PELO PARTIDO SOCIAL PROGRESSITA (PSP)**
- 06. POSICIONAMENTOS POLÍTICOS: 1919- LIGA NACIONALISTA / 1932 MEMBRO DA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE SP / 1932 MEMBRO DA FEDERAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS DE SP / 1934 FUNDADOR DO PC DE SP**
- 07. GESTÃO NO MINISTÉRIO: NOMEADO POR GOULART – CURTA GESTÃO**
- 08. POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES DIRETAS OU INDIRETAS COM ANÍSIO TEIXEIRA: -**
- 09. LOCAL DO ARQUIVO PESSOAL: -**
- 10. FONTE(S) DAS INFORMAÇÕES: DHBB- P. 569 (AUTOR: ROBERT PECHMAN)**
- 11. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: SE EXONERA DO MEC POR CAUSA DO ROMPIMENTO ENTRE JG E ADEMAR DE BARROS / PRÓXIMO MINISTRO: PAULO DE TARSO SANTOS (mineiro)**

13. PAULO DE TARSO SANTOS

PERÍODO: 18/06/1963 A 21/10/1963
(TEMPO: 4 MESS E TRÊS DIAS)

- 01. NATURAL: MINAS GERAIS (1926 - ...)**

02. FORMAÇÃO: DIREITO EM SP

TÉRMINO: 1949

03. ATIVIDADES PRINCIPAIS: ADVOGADO

04. CARREIRA PRIVADA: 1948 – ADVOGADO DO BRADESCO

05. CARREIRA PÚBLICA: 1955- VEREADOR EM SP – PDC / 1959- DEP. FED. SP – PDC / 1961- PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL NOMEADO POR JQ / 1963- DEP. FEDERAL SP – PDC-UDN-PST / 1963- MEC

06. POSICIONAMENTOS POLÍTICOS: 1948 FUNDA O PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) / EM 1954 APOIO A JQ AO GOV. DE SP / ADVERSÁRIO DE ADEMAR DE BARROS / APOIO À REFORMA AGRÁRIA / EM 1960 APOIO A JQ À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA / EM 1961 APOIO AO PARLAMENTARISMO / MEMBRO DA FRENTE PARLAMENTAR NACIONALISTA / MEMBRO DA FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR PARA AS REFORMAS DE BASE / APOIO A JG / CASSADO PELO AI-1 / EM 1979 INGRESSA NO MDB

07. GESTÃO NO MINISTÉRIO: ASSUME O MEC NUMA RESPOSTA DE JG A ADEMAR DE BARROS PELO ROMPIMENTO POLÍTICO

08. POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES DIRETAS OU INDIRETAS COM ANÍSIO TEIXEIRA: -

09. LOCAL DO ARQUIVO PESSOAL: -

10. FONTE(S) DAS INFORMAÇÕES: DHBB- P. 5.653

11. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: SE EXONERA DO MEC POR DISCORDAR DOS RUMOS DO GOV. JG

ANEXO 06

M E C - I N E P



CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

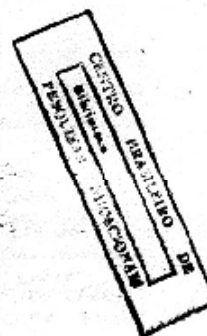
BOLETIM MENSAL

NÚMERO 1

MÊS AGOSTO
1957

SUMÁRIO

CRPE DE SÃO PAULO	4
CRPE DO RIO GRANDE DO SUL	6
COMISSÃO CONSULTIVA	7
PESQUISADORES DA UNESCO	8
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE	9
D E P E	11
PROF. GEORGE S. COUNTS	15
DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO PEDAGÓGICA	16
DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO	20



RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 107 • RIO DE JANEIRO • BRASIL

A Comissão Consultiva do CBPE na sua primeira reunião em julho último, entre as resoluções adotadas, incumbiu a Divisão de Documentação e Informação Pedagógica de:

"Coordenar os dados e as informações provenientes dos Centros Regionais e concernentes aos vários setores a fim de publicar em Boletim Mensal informativo de distribuição interna".

Ao iniciar a publicação do Boletim esta Divisão solicita aos CR que enviem tais dados e informações de modo que tenha o Boletim, nos termos da aludida deliberação,

"caráter informativo constituindo veículo de comunicações entre os Centros Regionais dos diversos Estados, e entre esses e o CBPE sem, todavia, constituir-se órgão de controle".

2.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

Diretor: Anísio S. Teixeira

Centro Regional de Pesquisas Educacionais de
São Paulo

Diretor: Fernando de Azevedo

Centro Regional de Pesquisas Educacionais do
Rio Grande do Sul

Diretor: Eloch Ribeiro Kunz

Centro Regional de Pesquisas Educacionais de
Minas Gerais

Diretor: Mário Casasanta

Centro Regional de Pesquisas Educacionais da
Bahia

Diretor: Carmen Espínola Teixeira

3.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS
Rua Voluntários da Pátria, 107

Pericles Madureira de Pinho	-	Diretor Executivo
Robert Haviḡhurét (UNESCO)	-	Co-Diretor
João Roberto Moreira	-	Diretor de Planejamento

Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais

Jayme Abreu	-	Coordenador
Guy de Holanda	-	Pesquisador
Paulo Campos	-	Pesquisador Assistente
Eny Caldeira	-	Assistente de Ensino Normal e Elementar

Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais

Darcy Ribeiro	-	Coordenador
Josildeth Gomes	-	Pesquisador
Waldemiro Bazzanella	-	Pesquisador Assistente
Aparecida Joly Gouveia	-	Pesquisador Auxiliar

Divisão de Documentação e Informação Pedagógica

Pericles Madureira de Pinho	-	Coordenador
Elza Nascimento	-	Chefe da Biblioteca
Elza Rodrigues	-	Diretor do Setor de Documentação e Intercâmbio.
Joaquim Moreira de Souza	-	Chefe da Seção de Publicações
Letícia Maria Santos Paria	-	Chefe do Serviço de Audio-Visuais
Dinah Souza Campos	-	Chefe do Registro de Estudos e Pesquisas Educacionais
Regina Tavares	-	Chefe do Serviço de Bibliografia
Afranio Coutinho	-	Colaborador
Roberto Leobona	-	Encarregado da Rev. Brasil. Estudos Pedagógicos

Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério

Lucia Marques Pinheiro	-	Coordenador
Diva de Moura Diniz Costa	-	Diretora Escola Guatemala

4.

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS
DE SÃO PAULO

Relação do Pessoal Técnico

Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais

Prof. Joel Martins	Diretor da D.E.P.E.
Silvia Tatiana Maurer	Assistente de Pesquisas
José Mario Pires Azanha	Assistente de Pesquisas
Frederico de Barros Brotero	Auxiliar de Pesquisas
Isaias Pessotti	Auxiliar de Pesquisas
Maria da Glória Camargo	Auxiliar de Pesquisas
Maria do Carmo Guedes	Auxiliar de Pesquisas
Maria Aparecida Costa Reis	Estagiária
Octávio Manso Bastos	Estagiário
Lydia de Matos Bruno	Estagiária

Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais

Prof. Renato Jardim Moreira	Diretor da D.E.P.S.
Alvaro Marchi	Estatístico
Hebe Guimarães Leme	Assistente de Pesquisas
Perseu Abramo	Assistente de Pesquisas
Joana Mader Elazari	Auxiliar de Pesquisas
Celso Beisigell	Estagiário
Haydée Roveratti	Estagiária
Walnice Galvão Ferreira	Estagiária
Gabriel Bolaffi	Estagiário
Ophelina Rabello	Estagiária
José Fábio Barbosa da Silva	Estagiário

5.

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS
DE SÃO PAULO

(continuação)

Pr.T.-6/56 A aculturação dos descendentes nipônicos
em face do sistema educacional brasileiro

Rosa Rosenberg

Pesquisador responsável

Pr.T.-4/56 Levantamento de alguns aspectos da
situação do ensino em nosso Estado

Prof. Maria José Garcia Werebe
Samuel Werebe
Maria Aparecida Bortoletto
Maria Aparecida Rodrigues Cintra
Mitthes Fonseca Pinto

Pesquisador responsável
Coordenador
Assistente de Pesquisas
Assistente de Pesquisas
Auxiliar de Pesquisas

Pr.T.-5/56 O papel das associações juvenis na
aculturação dos japoneses

Ruth Corrêa Leite Cardoso
Yukio Kitahara
Lucia Wollet de Melo

Pesquisador responsável
Auxiliar de Pesquisas
Auxiliar de Pesquisas

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

6.

RIO GRANDE DO SUL

1. Eleuthéria Biehl
(Auxiliar de pesquisas) Diplomada pela Escola Normal e licenciada em História e Geografia pela Faculdade de Filosofia da URS.
2. Ada Brügg de Freitas
(Bibliotecária) Diplomada por Escola Normal. Conclui, no corrente ano, o Curso de Biblioteconomia mantido pela URS. Curso de Administradores Escolares.
3. Selma Brodt Ribeiro
(Assistente de Direção) Diplomada pelo Instituto de Educação e técnico em educação da Secretaria de Educação e Cultura. Curso de Aperfeiçoamento Pedagógico (Dois anos).
4. Elfa Freda
c Diplomadas pela Escola Normal.
5. Marianina Freda
(Auxiliares de pesquisas) Professoras do Instituto de Educação. Diplomadas pelo Curso de Psicologia da PUC.
6. Gladys Barth Torelly
(Assistente de Direção) Diplomada por Escola Normal. Diploma do Curso de Administradores Escolares do Instituto de Educação.
7. Ruth Mendes Pratas
(Coordenadora de estágios) Diplomada pelo Instituto de Educação. Curso Normal e Curso de Administradores Escolares.
8. Suely Krieger
(Auxiliar de pesquisas) Diplomada por Escola Normal e Curso Científico.

COMISSÃO CONSULTIVA

7.

No dia 4 de julho, na sala da Biblioteca do CBPE, à rua Voluntários da Pátria nº 107, instalou-se a 1ª sessão da Comissão Consultiva, sob a presidência do prof. Anísio S. Teixeira.

Fizeram-se representar o Centro Regional de São Paulo pelo prof. Joel Martins e dr. Pedro Sebastião Gregório, o do Rio Grande do Sul pelas professoras Eloah Ribeiro Kunz e Gladys Barth Torelli, o de Minas Gerais pelo prof. Mário Casasanta e dr. Vivaldi Moreira e o da Bahia pelo dr. Luiz Ribeiro Sena.

Estavam ainda presentes o co-diretor, indicado pela UNESCO, prof. Robert Havighurst, o colaborador da UNESCO, prof. Charles Wagley, dr. Pericles Madureira de Pinho, coordenador da Divisão de Documentação e Informação Pedagógica e diretor executivo do Centro, prof. J. Roberto Moreira, diretor da Coordenação de Planejamento, dr. Jayme Abreu, coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais, prof. Darcy Ribeiro, coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais e D^a Lucía Pinheiro, coordenador da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério.

Os professores Mário Casasanta, Joel Martins e Luiz Sena e a professora Eloah Ribeiro Kunz deram em resumo o resultado dos trabalhos dos Centros que representam o o desenvolvimento dos mesmos.

O prof. Roberto Moreira relatou as atividades do CBPE.

Em duas reuniões cada dia, a Comissão adotou diversas resoluções sobre comunicação de pesquisas, projetos e informações entre os diversos Centros, coordenação de dados e informações a serem publicadas em boletim mensal, instituição de um periódico mensal "O Correio do INEP" destinado ao professor primário, métodos de contabilidade a serem adotados, organização das Bibliotecas, serviços de Bibliografia, publicações, cadastro de instituições e educadores.

Antes do encerramento da 1ª sessão foi, por proposta do prof. Joel Martins, decidido que a 2ª sessão deverá reunir-se, em princípio, durante a semana de 16 a 23 de dezembro próximo, em dias a serem posteriormente fixados, tendo como tema o plano de trabalho para 1957.

8.

ATIVIDADES DE PESQUISADORES DA UNESCO NO CBPE

Estão novamente entre nós, por um estágio de 3 meses os Profs. Charles Wagley e Jacques Lambert, na qualidade de consultores postos à nossa disposição pela UNESCO, como parte do programa de cooperação que mantém conosco.

O Prof. Charles Wagley, da "Columbia University", de longa data vem se dedicando aos estudos de antropologia brasileira, tendo recentemente publicado um livro sobre estudos realizados em uma comunidade amazônica, o qual acaba de ser traduzido para o português e publicado na Coleção Brasileira, da Cia Editora Nacional, com o nº 290. O Prof. Charles Wagley, da parte da UNESCO, é um dos colaboradores que formularam o projeto inicial do CBPE e foi um dos que deram os passos decisivos para sua instalação, em 1955.

O Prof. Jacques Lambert, da Universidade de Lyon, França, também tem se dedicado a estudos brasileiros, sendo muito conhecido o seu trabalho de sociologia política a respeito das instituições políticas brasileiras e de suas condições econômicas, sociais e demográficas. De 1956 a 1957 dedicou-se à revisão desse trabalho, ampliando-o e aperfeiçoando-o, já agora sob o título de "Les Deux Brésils", trabalho este que já se encontra em fase final de tradução e que será publicado em português pelo CBPE.

Aos dois ilustres cientistas estrangeiros, a equipe de diretores e pesquisadores do CBPE recebeu com a maior simpatia, certa que está do valor de sua cooperação.

9.

O CBPE E O GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO
DO NORDESTE

O CBPE, já antes empenhado em estudos e pesquisas sobre o ensino, em geral, de algumas áreas do Norte do País, foi solicitado, pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, órgão cujas atividades se relacionam com o programa de ação do Conselho Nacional de Desenvolvimento, a realizar, com elementos de seu quadro, uma pesquisa global sobre as condições econômicas, sociais e culturais do Nordeste, a fim de determinar as necessidades da região, em matéria de ensino.

Já foram realizadas duas reuniões, no CBPE, tendo em vista a pesquisa em que se interessa o referido Grupo.

Na 1ª reunião (5/7/57), foram objeto de discussão as bases de um Convênio, entre o CBPE e o GTDN, ficando asentada a redação de um documento preliminar, com as diretrizes de um planejamento de educação para o Nordeste.

Na 2ª reunião (18/7/57), foi lido o documento preliminar e estabelecidas as bases do Convênio, a saber:

- a) - um levantamento geral das condições econômicas, sociais e culturais de um dos Estados do Nordeste, visando a determinações de suas necessidades educacionais, com uma escala de prioridades;
- b) - um plano consequente da educação para o desenvolvimento econômico dessa unidade federativa, não se devendo despendar, nessa fase preparatória de estudos e pesquisas, mais de 6 meses;
- c) - preparo de um Projeto-Piloto a ser efetivado, com base nos estudos e pesquisas anteriormente feitos, por espaço de dois anos, em uma ou mais áreas da unidade federativa escolhida;
- d) - apresentação, pelo CBPE, de relatório geral da experiência colhida, com sugestões de medidas aplicáveis ao Nordeste, no campo da educação, para o desenvolvimento econômico da região.

10.

Nessas bases, foi preparado o ante-projeto do Convênio, agora em análise, pelo GTDN, devendo o texto definitivo ser firmado pelas partes interessadas dentro de breves dias.

Aprovados os termos do Convênio, irá uma equipe constituída de elementos do CBPE e do GTDN ao Nordeste, para início das atividades previamente programadas.

PALÉSTRAS REALIZADAS NO AUDITÓRIO DO CBPE

(Rua Voluntários da Pátria, 107)

No dia 28 de junho, às 14 horas, o Prof. Guy de Holanda, pesquisador do CBPE, realizou uma palestra sobre um projeto de documentação fotográfica impressa, consagrada aos diversos aspectos da natureza e vida brasileira, apresentando, então, a amostra de um fascículo concernente ao "Ciclo do ouro e do diamante no Brasil Colonial". Para melhor ilustração da matéria, levaram-se a efeito projeções luminosas.

Durante o mês de julho, a Seção de Audio-Visuais promoveu duas conferências sobre recursos audio-visuais no ensino. A primeira, pronunciada pelo Dr. A. F. Byrnes, chefe da Divisão de Educação da U.S.A. Operations Mission to Brazil, realizou-se no dia 11 e versou sobre "The Theory of Curriculum Enrichment Through Audio-Visual Education".

No dia 25, teve lugar a segunda, a cargo do prof. Homero P. de Oliveira, chefe do Setor de Treinamento da Divisão de Meios de Comunicação, da U.S.A. Operations Mission to Brazil, que estudou a Comunicação como problema fundamental do educador e o verdadeiro significado de Auxílios Audio-Visuais, fazendo demonstração de algumas técnicas de caráter mais genérico.

ATIVIDADES DA
DIVISÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

(11.)

No decorrer do mês de julho participou a DEPE de:

1. Debate com sugestões a um projeto geral de reforma nos ensinos primário e normal e lei do magistério do Estado do Piauí, trazido pelo Professor Itamar Souza Brito, da Secretaria de Educação daquele Estado.

2. Contactos com o Secretário de Educação da Bahia e com o Professor Raimundo Mata, da Secretaria de Educação daquela Unidade da Federação, em torno da apreciação de um projeto de reorganização do ensino normal da Bahia, que está sendo estudado na Divisão.

3. Contactos com o Secretário de Educação do Rio Grande do Norte, interessado em sugestões para reforma que pretende imprimir no sistema educacional daquele Estado, notadamente no campo do ensino primário e normal.

4. Primeiros estudos a respeito de plano educacional para Brasília, junto à Comissão Urbanizadora da Nova Capital, conforme designação pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura ao Assistente desta Divisão, Professor Paulo de Almeida Campos.

5. Remessa ao Diretor da Revista "La Educación", da Organização dos Estados Americanos, do plano geral da pesquisa que, sobre "relações entre educação e mobilidade social em São Paulo", está sendo realizada sob os auspícios do CBPE.

6. Professor Paulo de Almeida Campos, correspondente no Brasil de "La Educación", recebeu carta do Diretor da citada revista, Dr. Luis Reissig, agradecendo a remessa dos documentos informativos os quais considera "de enorme valor para os educadores do Continente e que constituem uma pauta para futuros estudos noutros lugares da América".

12.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESQUISADORES SOCIAIS

Continuam as atividades do Curso, em tempo integral, consistindo em aulas, pesquisas e seminários.

As sextas-feiras um conferencista expõe aos alunos um assunto referente à matérias do Curso. No mês de agosto, serão conferencistas os professores Roberto Cardoso, J. Roberto Moreira, Charles Wagley, Jacques Lambert e Jayme Abreu, que dissertarão, respectivamente, sobre: "Os Terena", "Estudos em Pernambuco", "Mudança social no Brasil", "Aspectos da estrutura demográfica brasileira" e "As Ciências Sociais e as Pesquisas Educacionais".

VISITA DE PROFESSORES DA SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO COMPARADA (USA)

O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais organizou o programa de visitas e atividades a ser observado pela comissão de professores americanos da Sociedade de Educação Comparada que, no momento, realiza uma viagem de estudos pelos países da América Latina.

Os representantes da Sociedade de Educação Comparada deverão permanecer no Rio de Janeiro de 22 a 26 do presente, ocasião em que visitarão nossas escolas superiores, especialmente os departamentos de Pedagogia, o CREF, a cidade de Petrópolis e lugares pitorescos do Rio. No dia 23, os professores americanos comparecerão ao Instituto Brasil-Estados Unidos onde o Prof. Anísio Teixeira e o Prof. Roberto Moreira tomarão parte num debate sobre os problemas que enfrentam os educadores brasileiros e de qual participarão: Dr. Dulany Terrett, do escritório do Adido Cultural dos EE.UU.; Dr. Elvin Mauch, da I.C.A.; Dr. Thomas Hart, da I.C.A. e Dr. Andrew Pearce, da UNESCO.

Entre os professores que nos visitarão, muitos são os que se dedicam à educação emendativa, à história, à filosofia e à psicologia da educação.

13.

PROFESSORES MILITARES EM VISITA AO CBPE

Por convite do Prof. J. Roberto Moreira, nosso coordenador de planejamento e professor do Curso de Técnica de Ensino, do Estado Maior do Exército, visitaram o CBPE diversos oficiais, professores das instituições educacionais mantidas pelo Exército.

Em sessão realizada no salão de Conferências, foram-lhes explicados os objetivos e diretrizes do CBPE, e relatados alguns de nossos projetos de estudos e pesquisas, em andamento. Tomaram parte nas exposições feitas os Profs. J. Roberto Moreira, Darcy Ribeiro, Guy de Holanda, Aparecida Joly Gouveia e Jo sildeth Gomes.

Ao fim de cada exposição, os ilustres professores militares dirigiram ao expositor perguntas, debatendo os assuntos tratados.

Visitaram, a seguir as dependências do CBPE, sendo oferecido a cada um deles uma coleção das nossas publicações.

Todos os que com eles entramos em contacto, durante as cinco horas que estiveram conosco, guardamos da visita a melhor impressão, pois foi uma oportunidade de conhecermos, pela troca de idéias e de informações, o alto padrão técnico-científico com que o Exército procura orientar suas instituições educacionais.

Estiveram presentes, nessa visita, os seguintes oficiais professores:

Cel. Jacovah Motta - diretor da Divisão de Planejamento da Diretoria de Ensino do Exército.

Major Renato de Moraes Teixeira - Subdiretor do Curso de Técnica de Ensino

Cel. Alberto Soares Neireles - professor do C.M.R.J.

Major Derck Castro Chagas Telles - prof. da Es.P.P.A.

Cap. Jacy Seroa da Motta - D.G.E.

14.

.Cap! Augusto Cezar Daniel - D.O.F.
 Tte.Cel. Mário Carneiro Portes - C.M.M.B.E.U.
 Major Alfredo Augusto Amaral - Professor do C.M.R.J.
 Prof. Hesíodo de Queiroz Facó - Professor da Es.P.F.
 Major José D'Alessandro - D.G.E.
 Cap. Mauricio Zaikowaty - S.E.
 Tte. Cel. Wilson de Freitas - E.M.E.
 Major José Assumpção - Professor do C.M.R.J.
 Major Helenton Saraiva O'Reilly - Professor do C.M.R.J.
 Major Antonio Vicente de Oliveira - P.C.I.P.
 Cap. Ney da Gama Rosa Cardoso - D.E.F.
 Tte. Cel. Glaucio Carvalho - Professor da A.M.A.N.
 Cap. Hugo Xavier Pinto Homem - D.E.F.
 Cap. Fernando de Souza Caminha - D.Rem.
 Cap. Roberto de Castro - D.A.E.
 Tte.Cel.José Maria Figueredo Guedes - Prof. da A.M.A.N.
 Major Amílcar Bezzi B. de Magalhães - Prof. do C.M.R.J.
 Cap. Caio Augusto do Amaral - D.G.E.
 Cap. Athos Prates da Silveira - Esc. A.C.
 Cap. Heitor Carlos F.A. Pimenta - Esc. Eq.Ex.
 Tte. Cel.Darcy de Siqueira Villaga - Prof. do C.M.R.J.
 Cap. Helvio Moreira - D.I.E.
 Cap. Miguel Cirne - D.E.F.
 Cap. Francisco Santos Duarte - Esc. V.E.
 Major Amadeu Martiro - D.G.E.
 Major Paulo Ribeiro de Albuquerque Lima - CIBASTER
 Major Dagoberto Pompílio da Rocha Moreira - Prof.doC.M.R.J.
 Cap. Arydalton José Chavanteb - D.C.M.M.
 Cap. Roberto Pacífico Barbosa - D.P.G.
 Major Gastão Barboza Fernandes - D.E.F.
 Cap. Hélio Larsen Santos - Prof. da Es. P.F.
 Cap.Léo Acyr F. de Sá Britto - Professor da Es.P.S.P.
 Cap. Sérgio Bonecker de Souza Lobo - CIBASTER
 Cap. Paulo Cavalcanti C. Moura - E.S.G.

(15)

*CONFERÊNCIAS DO PROF. GEORGE S. COUNTS

A convite do CBPE, deverá estar no Brasil em fins de Agosto próximo, a fim de aqui pronunciar uma série de conferências sobre Filosofia da Educação, o Prof. George S. Counts, vulto de projeção internacional da moderna pedagogia.

Para se tenha uma ideia da importância do papel desempenhado pelo Prof. George S. Counts na vida educacional de seu país, é suficiente recordarmos que, além de ter ocupado diversas cátedras nas Universidades de Washington, Yale, Columbia e Harvard, este mestre dirigiu, entre 1927 e 1932, o Instituto Internacional do Teachers College, da Universidade de Columbia, tendo sido designado, em 1946, membro especial da comissão educativa americana no Japão. Entre as numerosas obras escritas pelo Prof. George S. Counts, convém mencionar as seguintes: "Princípios da Educação", "Cusará a escola construir uma nova ordem social?", "Perspectivas da democracia americana", "As escolas podem ensinar democracia", "As bases sociais da educação", "América, Rússia, e o partido comunista no mundo de após-guerra".

As conferências que o Prof. George S. Counts pronunciará nesta cidade, sob patrocínio do CBPE, versarão sobre os seguintes temas:

- 1 - A Educação e a Civilização ;
- 2 - A Educação e a Revolução Tecnológica ;
- 3 - A Educação e os Fundamentos da Liberdade;
- 4 - O Espírito da Educação nos Estados Unidos.

(16.)

ATIVIDADES DA
DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO PEDAGÓGICA

Biblioteca (Mês de julho)

Foram adquiridos 63 livros, sendo 56 por compra e 7 por doação. Entraram 258 periódicos, compreendendo 57 nacionais e 201 estrangeiros. Entre estes últimos conta-se o *Annuaire international de l'Education et de l'Enseignement* - 1956, que inclui uma parte sobre o Brasil, elaborada pelo Centro.

Entre os livros novos registrados observa-se a seguinte distribuição:

Educação: 9
Antropologia: 2 (Entre os quais os Anais da Reunião Brasileira de Antropologia, Bahia)
Sociologia: 5 (Entre os quais os Anais do Congresso Brasileiro de Sociologia)
Psicologia: 2 (Atas do Congresso Internacional de Psicologia)
Ciência Política: 2
Economia: 1
Estatística: 1
Geografia e História: 10
Religião: 1
Literatura: 2
Obras sobre o Brasil: 6

Foram ainda adquiridos 29 testes: de inteligência (13), de personalidade (1) e de verificação do rendimento escolar (10).

Serviço de Aquisição e Expedição

Foram adquiridos os seguintes livros para distribuição a bibliotecas escolares:

- 1 - "A língua que falamos", de Herbert P. Fortes
- 2 - "Enciclopédia de cultura", de Joaquim Pimenta
- 3 - "Desenho da criança", de Divo Marinho
- 4 - "Correspondência entre D. Pedro II e o Barão do Rio Branco", do Barão do Rio Branco
- 5 - "A espada contra o Império", de R. Magalhães Jr.

Adquiriram-se também

"Laboratórios de Química" - IBCC - São Paulo.

17.

Publicações expedidas

- 1 - "Boletim de ciências sociais", nº 4
- 2 - "Bibliografia Brasileira de Educação", v. 4 - nº 4
- 3 - "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos", nº 65
- 4 - "Iniciação à Ciência", de Huxley e Andrade, aos professores de ciências.

Sobre a obra "Iniciação à Ciência", que vem sendo muito bem recebida pelo professorado, destacamos, entre as inúmeras cartas recebidas, a seguinte:

"Tenho recebido os dois volumes de "Iniciação à Ciência", já os acusei na forma protocolar. Permito-me, entretanto, enviar-lhe, por meio desta, meus aplausos à valiosa iniciativa do órgão que dirige, pondo nas mãos dos professores de ciências um instrumento de subido valor para suas atividades.

Empregando um velho chavão, de-vo dizer que "Iniciação à Ciência", ótima-mente traduzida e ilustrada, com aquele co-mentário do tradutor que vale por uma aula que ensina a ensinar, preenche uma lacuna.

Realmente: o ensino das ciências naturais nos ginásios brasileiros tem si-do e continua sendo palavroso. Tem muito daquilo a que se referia Bacon citado no referido comentário: o mal do aprendizado das palavras, no lugar dos fatos.

"Iniciação à Ciência" é estran-geiro. Mas sua tradução e publicação a-primorados tornam-no um livro imprescindi-vel, a meu ver, nas mãos dos professores brasileiros.

Ao par de meus agradecimentos , renovo-lhe meus aplausos.

Patrício e admirador

ass.) Joaquim Rosa - Professor
de Ciências - Belo Horizonte."

18.

Documentação, Informação e Intercâmbio

Por solicitação da Unesco, foi reunida uma documentação sobre o ensino técnico e profissional no Brasil, abrangendo: bibliografia analítica; lista das revistas mais importantes que tratam do assunto; 28 números de revistas que incluem matéria significativa a respeito; 2 folhetos; 5 livros.

Continuação da pesquisa, no país, sobre Campos e Colônias de Férias, cujos resultados, até então obtidos, já permitem afirmar que, dentre os 20 Estados, os 5 Territórios e o Distrito Federal, só este último e 5 Estados cuidaram, até hoje, de campos e colônias de férias, a saber, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Bahia. Além das colônias de férias mantidas pelos poderes públicos já obtivemos dados sobre oito colônias mantidas por particulares.

Informação ao Sr. Jeová Barreto Gomes de Jequi-tai, Parque Riachuelo, Belo Horizonte, sobre estudos atinentes à erradicação do analfabetismo, no país, realizados pelo CBPE.

Informação ao Presidente da Câmara Municipal de Santa (São Paulo) sobre a execução do disposto no Art. 168, item II da Constituição Federal.

Informação ao Presidente da Câmara Municipal de Sorocaba (São Paulo) sobre a execução do disposto no Art. 168, item III da Constituição Federal.

Legislação

Levantamentos sobre:

"Reflorestamento" nos programas de ensino primário e normal de todas unidades federadas.

"Magistério" de ensino primário e normal em todas unidades federadas.

SERVIÇO DE BIBLIOGRAFIA E INFORMAÇÃO

19.

Congressos a serem realizadosNacionais

Simpósio sobre anti-bióticos - patrocinado pelas Associações Médicas Paulistas, em São Paulo, de 5 a 10 de agosto.

I Congresso Universitário de Ciências Sociais - com a participação de representantes das Faculdades de Filosofia do Brasil, em Recife, de 7 a 14 de setembro.

Interamericanos

VIII Congresso Latino Americano de Neuro Cirurgia, Medellín, Colômbia.

VI Congresso Histórico Municipal - promovido pelo Instituto Interamericano de História Municipal (Havana), em Madrid (Espanha), de 5 a 10 de outubro.

Internacionais

Congresso Nacional de Pais e Professores - organizado pela UNESCO (local e data não mencionados)

VI Conferência da ONG "Preparação efetiva e integração total dos emigrantes", em Genebra (Suíça), de 5 a 9 de agosto.

X Congresso anual da Federação Mundial pela Saúde Mental, em Copenhague (Dinamarca), de 11 a 17 de agosto.

VIII Conferência Internacional do Instituto de Pedagogia Comparada - "Educação das relações humanas e suas formas", em Salzbourg (Austria), de 30 de julho a 3 de agosto.

Congresso da Federação Internacional dos Professores de Ensino Secundário Oficial, em Frankfurt (Alemanha), 2 de agosto.

Assembléia da Confederação Mundial das Organizações de Profissão Magisterial - "A penúria dos professores, suas causas e seus remédios", em Frankfurt (Alemanha), 2 de agosto.

Congresso Internacional da Juventude Operária Cristã, em Roma (Italia), de 24 de agosto a 4 de setembro.

20.

ATIVIDADES DA
DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO

Seminário sobre Psicologia para professores primários

Terminou a 31 de julho o Seminário sobre Psicologia para professores primários realizado pelo INEP e o CBPE e que reuniu oito professores de Escolas Normais da matéria. Inicia do em 1º de maio, o Seminário abrangeu principalmente os problemas relativos a programa de Psicologia para Escolas Normais, métodos e recursos de ensino da Psicologia a futuros professores primários e medida de rendimento em Psicologia, nas Escolas Normais.

A preocupação dominante no Seminário foi situar a Escola Normal como uma escola profissional, cujo valor está em função do que realizam os professores primários que preparam, e o professor de Psicologia como um dos principais responsáveis por essa preparação. O papel que lhe cabe nesse trabalho, e os recursos de que deve lançar mão para agir de maneira mais eficaz constituíram os grandes temas do Seminário. Na base de material recolhido pelos participantes do Seminário, por outros professores de Psicologia e de material enviado por professores primários sobre problemas de Psicologia que enfrenta o professor primário, foi realizado um estudo crítico dos programas atuais da matéria, na maioria dos Estados brasileiros e organizada uma sugestão de programa para cobrir os problemas principais em que a Psicologia pode auxiliar o professor primário. Esse programa foi precedido de um estudo dos objetivos do ensino da cadeira, inclusive na formação de atitudes do normalista, considerada como uma das principais finalidades das Escolas Normais, a ser obtida pela ação conjunta dos professores e do ambiente escolar em geral.

Os métodos de ensino da Psicologia em Escolas Normais foram, igualmente, estudados, em especial a observação.

Também um estudo dos processos atuais de medida do ensino da Psicologia foi realizado, concluindo-se que ela deve ser realizada, o mais possível, à semelhança do que se realiza em Prática de ensino, através de observação do trabalho do aluno na direção de classe, principalmente.

Foi preparada uma ficha de observação do normalista para seu julgamento, pelo professor de Psicologia, e a qual, parcialmente aplicada, poderá também servir de guia de observação a ser utilizado pelos próprios normalistas, em suas observações na Escola Primária.

Vários problemas de Psicologia foram objeto de estudo especial tais como: Conceito da aprendizagem - Estudo de alunos que apresentam dificuldades especiais ao educador - Medidas em Psicologia e, em especial, medidas de verificação do rendimento na Escola Primária - Formação de atitudes na Escola Primária - As tarefas de idade escolar - Seleção e qualidade do professor primário - Relação professor-alunos: suas causas e conseqüências na educação - Diferenças individuais e suas conseqüências na Escola Primária.

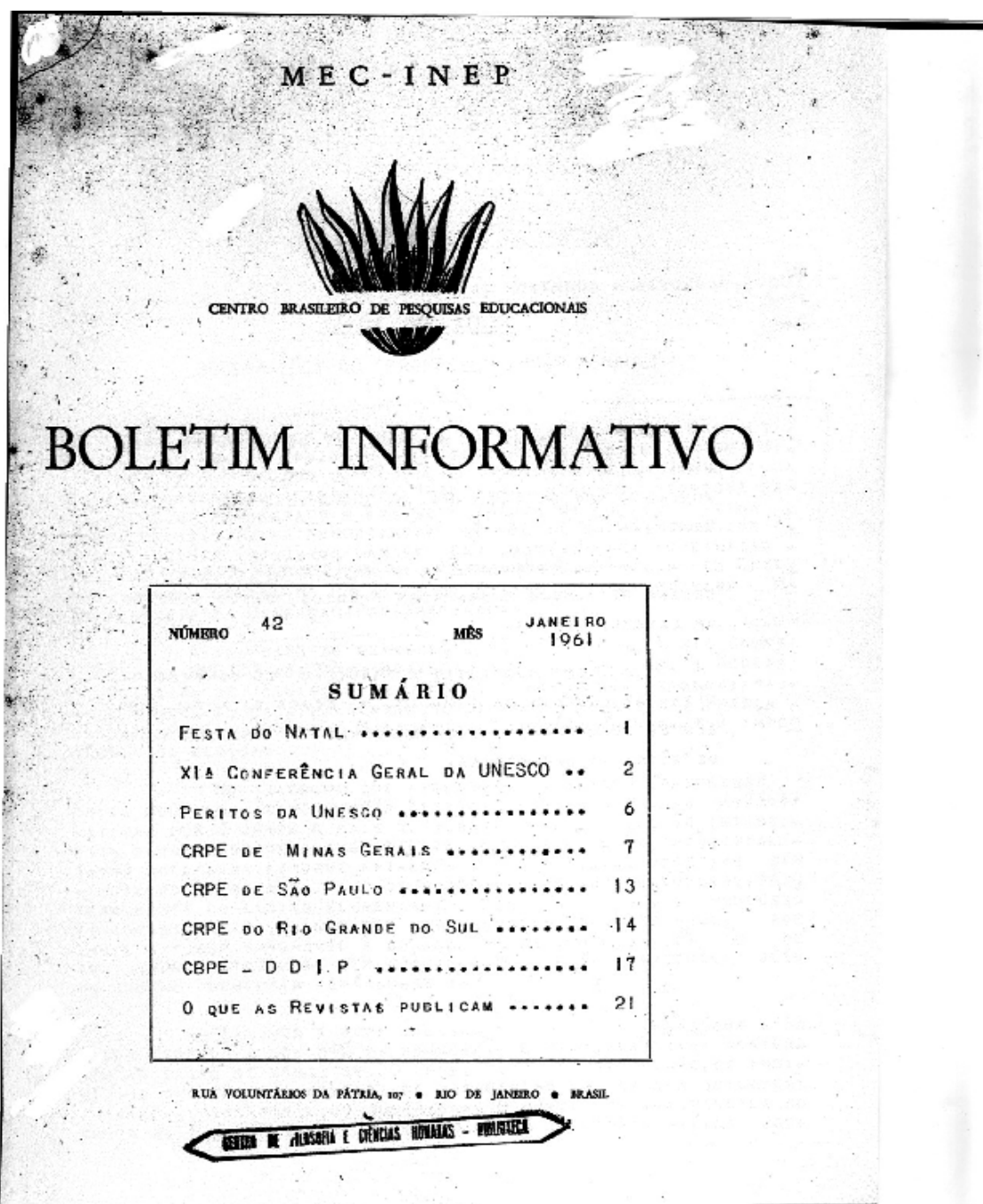
Vários problemas de educação com aspectos psicológicos foram, igualmente, abordados. Assim: Objetivos do ensino primário; Organização de currículos e programas para o ensino primário; Promoção na Escola Primária; Medida de aprendizagem na Escola Elementar.

Problemas relativos à organização das Escolas Normais foram, igualmente, objeto de discussão. Assim: Nível em que deve ser feita a preparação do normalista; Entrosamento dos professores das Escolas Normais; Organização de programas de Escolas Normais; Necessidade de seguimento do professor primário para verificação da eficiência e adoção de medidas de renovação das Escolas Normais; Contacto com professores de Escolas Normais com a Escola Primária e os Centros de Pesquisas; Formação da personalidade do normalista. Foi constatada a necessidade de aliviar os programas de material sem significação para o futuro professor ou excessivo para o período de que dispomos para sua preparação.

Cada bolsista foi encarregado de estudar um dos problemas do programa sugerido, do ponto de vista de recursos de ensino e bibliografia para o professor e o aluno.

O Seminário contou com a colaboração dos professores Harizhurst, Mira Y Lopes, Ofélia Boisson Cardoso, Roger Seguin, Nicéa Maria Bessa, Maria José Starling e Lucia Marques Pinheiro.

ANEXO 07



FESTA DO NATAL

NA MANHÃ DE DOMINGO, 17 DE DEZEMBRO, REUNIRAM-SE NOS JARDINS DO C.B.P.E. AS FAMÍLIAS DOS FUNCIONÁRIOS DO I.N.E.P., DA C.A.P.E.S E DÊSTE CENTRO.

AS CRIANÇAS, MUITO NUMEROSAS, ASSISTIRAM SESSÃO DE CINEMA E GANHARAM PRÊMIOS, SENDO SERVIDO UM LANCHE A TODOS.

CONTINUA ASSIM A TRADIÇÃO DE CONFRATERNIZAR A FAMÍLIA DO I.N.E.P., NA ÉPOCA DO NATAL, PRESENTES DIRETORES, COORDENADORES E FUNCIONÁRIOS DE TÔDAS AS CATEGORIAS.

* * *

ESTATÍSTICA SOBRE OS CURSOS DE ENGENHARIA

O BOLETIM CAPES, DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, PUBLICA EM SEU Nº 93 UMA ESTATÍSTICA SOBRE OS CURSOS DE ENGENHARIA. VERIFICA-SE, POR ESSA ESTATÍSTICA, QUE, EM 1959, FORAM MATRICULADOS 10.696 UNIVERSITÁRIOS NOS DIVERSOS CURSOS DE ENGENHEIROS, REPRESENTANDO, PORTANTO, 12,2% DOS ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR. FORAM OS SEQUINTE OS ESTADOS QUE MAIS CONCORRERAM PARA OS CURSOS DE ENGENHARIA: SÃO PAULO - 2.664; GUANABARA - 2.548; MINAS GERAIS - 1.728; RIO GRANDE DO SUL - 828; PERNAMBUCO - 780. QUANTO ÀS ESPECIALIZAÇÕES, A ESTATÍSTICA PUBLICADA NO MEC DÁ O SEQUINTE RESULTADO: EM ENGENHEIROS CIVIS - 6.113; ENGENHEIROS DE AERONÁUTICA - 371; MINAS E METALURGIA - 187; MINAS - 16; CIVIS E ELETRÔNICOS - 431; INDUSTRIAIS - 81; PETRÓLEO - 106; ELETRICISTAS - 876; GEÓLOGOS - 237; MECÂNICOS - 829; QUÍMICOS - 480; QUÍMICOS INDUSTRIAIS - 15, ALÉM DE OUTRAS ESPECIALIDADES MENOS CONCORRIDAS. DEPOIS DISTO, O MESMO ÓRGÃO FAZ A SEQUINTE OBSERVAÇÃO: "DE ACÓRDO COM OS DADOS ESTATÍSTICOS APRESENTADOS, EM RECENTE PUBLICAÇÃO, PELO SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA, PERCEBE-SE O ESTACIONAMENTO DO CURSO DE ENGENHEIROS CIVIS, AO MESMO TEMPO EM QUE SE NOTA A ELEVACÃO PRONUNCIADA DOS CURSOS ESPECIALIZADOS, COMO UMA DECORRÊNCIA DA PROCURA ESTIMULADORA POR PARTE DAS NOVAS INDÚSTRIAS E DAS QUE SE ESTÃO AMPLIANDO E APERFEIÇOANDO".

UMA COMUNIDADE PARAIBANA ATRAVÉS DO CINEMA

SEGUNDO NOTICIOU O BOLETIM MENSAL DO CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DO RECIFE, EXIBIU-SE NAQUELA CAPITAL UM FILME SOBRE A COMUNIDADE DE ORIGEM NEGRA QUE SE FIXOU NA SERRA DO TELHADO, EM SANTA LUZIA DO SBUGUI, NA PARAIBA, INTITULADO "ARUANDA". A INICIATIVA É DO INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS JUNTO À EMPRESA CINEMATOGRAFICA "SÃO LUIZ". O CINEMA ESTÁ SENDO MUITO UTILIZADO, ATUALMENTE, E COM BASTANTE PROVEITO, PARA FIXAR ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS E SOCIAIS, PERMITINDO A OBJETIVAÇÃO DE ASSUNTOS CONCERNENTES A CERTAS REGIÕES, ONDE AINDA SUBSISTEM INFLUÊNCIAS REMOITAS DA CULTURA AFRICANA OU DE OUTRAS CULTURAS.

FORMAÇÃO CLÁSSICA

A REVISTA KRITERION (ÓRGÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA DE MINAS GERAIS), Nº 51-52, DE 1960, PUBLICA LONGO ARTIGO DO PROF. ANTONIO PINTO DE CARVALHO SOBRE "O VALOR FORMATIVO DOS CLÁSSICOS", FAZENDO APRECIACÕES SOBRE O ENSINO DO LATIM NO ENSINO SECUNDÁRIO, BEM COMO O DE OUTRAS DISCIPLINAS CLÁSSICAS. O AUTOR CONFRONTA AS OPINIÕES PRÓ E CONTRA O ENSINO CLÁSSICO, COMEÇANDO POR LEIBNIZ, CITA BERGSON E MENDEZ PELAYO, MOSTRANDO QUE OS PEDAGOGOS ESTÃO DIVIDIDOS QUANTO À NECESSIDADE

A ARGENTINA, O CHILE, O URUGUAI E A COSTA RICA E ATINGE 80% NO HAITÍ. Em 1950, QUASE 50% DA POPULAÇÃO DO BRASIL ERAM DE ANALFABETOS, AO PASSO QUE NA AMÉRICA CENTRAL A PERCENTAGEM OSCILAVA ENTRE 60 E 70%. NESTE MOMENTO, 18 A 20 MILHÕES DOS 40 MILHÕES DE CRIANÇAS DA AMÉRICA LATINA NÃO PODEM ESTUDAR AS TÉCNICAS ELEMENTARES DA ESCRITA, DA LEITURA OU DO CÁLCULO - POR FALTA DE ESCOLAS. ISTO QUER DIZER QUE 18 OU 20 MILHÕES SOMENTE TÊM O PRIVILÉGIO DE ESTUDAR. ÉIS O QUADRO DA AMÉRICA LATINA, QUANDO ELA CONTA COM 200 MILHÕES DE HABITANTES, POPULAÇÃO QUE CRESCE 2,6% CADA ANO, SÓ ENCONTRANDO PARALELO NA ÁSIA. NO CASO DE UMA NATALIDADE MÉDIA, ESTA POPULAÇÃO SERÁ, EM 1980, DE 296.500.000 HABITANTES. NOSSO PAÍS - SEGUNDO ALFREDO SAUVI, NA OBRA "DE MALTHUS A MAO TSÉ-TUNG" - PODERÁ, EM 1980 TER 98 311 000 OU 105 527 000 HABITANTES. CONFORME OS ÍNDICES DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO SEJAM BAIXOS, NORMAIS OU ELEVADOS, SENDO DE NOTAR QUE ÊSSES SÃO OS QUE PREDOMINAM NO MOMENTO.

DISSE AINDA O DELEGADO BRASILEIRO À REUNIÃO DA UNESCO QUE, "AO CONTRÁRIO DO QUE SE PROPALOU EM ALGUNS JORNAIS DO RIO, OS DELEGADOS TIVERAM TRABALHO ÁRDUO QUE MUITAS VÉZES SE INICIOU ÀS 10 HORAS DA MANHÃ E SE ESTENDEU ATÉ 11 HORAS DA NOITE". E AFIRMOU QUE O ÊXITO DA DELEGAÇÃO BRASILEIRA DEVEU-SE, PRINCIPALMENTE, AO TRABALHO DE COORDENAÇÃO E DIREÇÃO DO SEU CHEFE, O EMBAIXADOR PAULO CARNEIRO."

* * *

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE MASSAS

(CONDENSADO DE "LE MONDE -
SELECTION HEBDOMADAIRE. PARIS,
22/28 DEZEMBRO, 1960).

A XII CONFERÊNCIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, REUNIDA DURANTE UM MÊS EM PARIS, FOI CONSIDERADA UM SUCESSO NA SUA SEDE À PRAÇA FONTENAY.

ALI ACENTUA-SE QUE A ENTRADA DOS NOVOS ESTADOS DA ÁFRICA - ELEVANDO A 98 O NÚMERO DE ESTADOS MEMBROS DA UNESCO - NÃO DEU LUGAR AOS INTERMINÁVEIS LANCES POLÍTICOS QUE MUITOS PREVIAVAM, E QUE TAL CONFERÊNCIA CONTRIBUÍ, EM LARGA MEDIDA, PARA ACENTUAR, COM VIGOR, A AMPLITUDE DA TAREFA ESSENCIAL DA UNESCO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS.

SEM DÚVIDA, O QUE SE CONVENCIONA CHAMAR POLÍTICA NÃO ESTÊVE COMPLETAMENTE AUSENTE DOS DEBATES DE PLÊNÁRIO, NEM DOS TRABALHOS DAS COMISSÕES ESPECIALIZADAS. MAS, DE UMA MANEIRA GERAL, PODE-SE DIZER QUE TODAS AS TENTATIVAS DE POLITIZAR A CONFERÊNCIA MALOGRARAM, DEIXANDO ISOLADOS SEUS AUTORES: A PROPOSTA SOVIÉTICA VISANDO SUBSTITUIR O DIRETOR GERAL POR UMA DIREÇÃO COLEGIADA DE TRÊS MEMBROS (UM PELO BLOCO DO LESTE, OUTRO PELO DO OESTE E O ÚLTIMO PELO "TERCEIRO MUNDO") COMO EM NEW YORK, NÃO TEVE ÊXITO. A CONFERÊNCIA REJEITOU O PEDIDO DE ADMISSÃO DA CHINA COMUNISTA, APRESENTADO PELA UNIÃO SOVIÉTICA, E RECUSOU, DEPOIS DE DEBATE LONGO E CONFUSO, INSCREVER EM SUA ORDEM DO DIA O EXAME DA QUESTÃO DO DESARMAMENTO, SUGERIDA PELO BLOCO DO LESTE.

OUTRA RESOLUÇÃO SOBRE A DESCOLONIZAÇÃO, SUBMETIDA IGUALMENTE PELOS SOVIÉTICOS, NÃO FOI ADOTADA, SENÃO DEPOIS DE MODIFICADA NO SENTIDO DE MODERAÇÃO, POR UMA COMISSÃO EM QUE FIGURAVAM REPRESENTANTES DO "TERCEIRO MUNDO".

OUTRO PONTO SOBRE O QUAL INSISTIU-SE, PARTICULARMENTE, NA PRAÇA FONTENAY, FOI A PRIORIDADE DADA À EDUCAÇÃO NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS, ESPECIALMENTE NA ÁFRICA. É ASSIM QUE UMA PARTE MUITO IMPORTANTE NO ORÇAMENTO 1961-62, O MAIS ELEVADO DA HISTÓRIA DA UNESCO, DESTINA-SE À EDUCAÇÃO. A UNESCO SERÁ, NO CURSO DESSSES DOIS ANOS, O AGENTE DE EXECUÇÃO DE 17 PROJETOS FINANCIADOS PELO FUNDO ESPECIAL DAS NAÇÕES UNIDAS E RELATIVOS AO ENSINO.

OUTROSSIM, POR PROPOSTA DO SR. VERONESE, DIRETOR GERAL, A CONFERÊNCIA ACEITOU UMA FORMA DE ASSISTÊNCIA AOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS, JÁ APLICADA SOB A SIGLA OPEX, NAS NAÇÕES UNIDAS: CONSISTE EM FORNECER AOS ESTADOS, NÃO MAIS CONSULTORES TEMPORÁRIOS, MAS EXECUTANTES PERMANENTES REMUNERADOS PELOS GOVERNOS.

DIANTE DA EVIDENTE MODÉSTIA DOS RECURSOS DA UNESCO, FACE AS NECESSIDADES DO CONTINENTE AFRICANO, A CONFERÊNCIA ADOTOU, UNÂNIMEMENTE, RESOLUÇÃO PARA QUE A ASSISTÊNCIA À EDUCAÇÃO RECEBA DE PARTE DOS ORGANISMOS FINANCEIROS DAS NAÇÕES UNIDAS, A MESMA ATENÇÃO QUE O AUXÍLIO AOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS.

COMPETE AGORA AO CONSELHO EXECUTIVO E AO DIRETOR GERAL COORDENAREM ESSAS MEDIDAS E APLICÁ-LAS SEGUNDO UM PLANO DE CONJUNTO.

SERÃO ELAS SUFICIENTES E ADAPTÁVEIS ÀS EXIGÊNCIAS? - "SE NÓS QUEREMOS - DECLAROU O SR. GUILLAUMAT, MINISTRO INTERINO DA EDUCAÇÃO NACIONAL DA FRANÇA, DA TRIBUNA DA UNESCO - QUE A DENSIDADE ESCOLAR SEJA, DENTRO DE 40 ANOS, COMPARÁVEL EM TODO O PLANETA A QUE EXISTE ATUALMENTE NA EUROPA E NOS ESTADOS UNIDOS, SERÁ NECESSÁRIO, EM DUAS GERAÇÕES, FORMAR 25 MI-

5.

LHÕES DE PROFESSORES A MAIS DO EFETIVO ATUAL, E CONSTRUIR MAIS DE TRÊS MILHÕES DE ESCOLAS NOVAS, ADMITINDO QUE A POPULAÇÃO NÃO CRESÇA. SE O PROGRESSO DEMOGRÁFICO PROSSEGUIR NO RITMO ATUAL, ESSAS CIFRAS DEVEM SER DOBRADAS ... A LUTA CONTRA O ANALFABETISMO E PELO ACESSO DE TODOS À CULTURA NÃO PODE SE CONTENTAR COM OS PROCESSOS TRADICIONAIS. SEM ABANDONAR ÊSSES, CONVÉM, POR UM TRABALHO DE PROFUNDIDADE, DE PESQUISA FUNDAMENTAL, ENCONTRAR NOS MEIOS NOVOS, PRODIGIOSAMENTE EFICAZES, QUE NOS DÁ O PROGRESSO DAS TELECOMUNICAÇÕES, DOS MEIOS DE INFORMAÇÃO COLETIVA E DE PESQUISA ESPACIAL, AS ARMAS DE NOSSA LUTA CONTRA A IGNORÂNCIA".

ESSA PROPOSTA FRANCESA SERÁ OBJETO DE UM ESTUDO PARTICULAR DURANTE A CONFERÊNCIA, PREVISTA PARA A PRÓXIMA PRIMAVERA, EM CIDADE AINDA NÃO ESCOLHIDA: UMA AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DAS NECESSIDADES DA ÁFRICA SERÁ ALI EXECUTADA E TALVEZ UMA REGIÃO DAQUELE CONTINENTE SEJA ESCOLHIDA COMO TERRENO DE EXPERIÊNCIA DOS MEIOS MODERNOS DE EDUCAÇÃO DE MASSA.

SERÁ DURANTE A REUNIÃO DA PRIMAVERA DE 1961 QUE SE CONHECERÃO OS RESULTADOS VERDADEIROS DA XIª CONFERÊNCIA GERAL DA UNESCO.

* * *

(6)

PERITOS DA UNESCO

DEPOIS DE TERMINADAS SUAS TAREFAS NOS CENTROS DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DO INEP, SEGUIRAM DE REGRESSO A FRANÇA, OS PERITOS DA UNESCO - MME. HELENE BRULÉ E MR. CLÉMENT FÉRAUD.

AMBOS DEIXARAM LARGO CÍRCULO DE SIMPATIA E APRÊÇO, NÃO SÓ NESTE CENTRO, COMO TAMBÉM NOS CENTROS REGIONAIS QUE VISITARAM DURANTE O PRESENTE ANO.

A DESPEDIDA DOS DOIS PERITOS DA UNESCO CONSTOU DE ALMOÇO QUE LHEZ FOI OPERECIDO, NO RESTAURANTE DO CBPE, PELO DIRETOR, PROFESSOR ANÍSIO TEIXEIRA, E COORDENADORES DE DIVISÃO, PRESENTES CHEFES DE SERVIÇO DO INEP E DO CENTRO.

* *

IIIA REUNIÃO DE DIRETORES DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, REALIZOU, EM DEZEMBRO, NO AUDITÓRIO DO CBPE, REUNIÃO QUE SE PROLONGOU DURANTE TRÊS DIAS, A ELA COMPARECENDO DIRETORES DE ESCOLAS DOS ESTADOS DA UNIÃO.

O PROF. ALFREDO COLOMBO, DIRETOR DA DIVISÃO, OFICIOU AO DIRETOR EXECUTIVO DO CBPE, MANIFESTANDO SEUS AGRADECIMENTOS PELA COOPERAÇÃO PRESTADA.

* * *

7.

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DE MINAS GERAIS

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PESQUISAS DE LINGUAGEM

LUCIA MONTEIRO CASASANTA

O LEVANTAMENTO DE LINGUAGEM INFANTIL LEVADO A EFEITO PELO CRPE DE MINAS GERAIS, MEDIANTE ATENTA ANÁLISE DE ALGUMAS CENTENAS DE COMPOSIÇÕES DE CRIANÇAS DO 3º E 4º ANOS DE ESCOLAS PRIMÁRIAS DE BELO HORIZONTE, REPRESENTA UM DOCUMENTO DE ALTO VALOR PEDAGÓGICO, PELO QUE NOS INFORMA ACERCA DA LINGUAGEM DAS CRIANÇAS BRASILEIRAS. MAIS AINDA, CERTOS ASPECTOS, QUE NELA SE ENTREVÊEM, PODEM MESMO CONTRIBUIR PARA O CONHECIMENTO DA LINGUAGEM INFANTIL EM GERAL, TRANSPONDO A ORBITA PURAMENTE BRASILEIRA.

ALÉM DESSA CONTRIBUIÇÃO INESTIMÁVEL, ABRE NOVAS PERSPECTIVAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRESSO DA ESCOLA PRIMÁRIA, SOBRETUDO QUANDO À COMPOSIÇÃO, À LINGUAGEM ORAL, À DRAMÁTICA E À LEITURA.

NÃO SÃO POUCOS, IGUALMENTE, OS ELEMENTOS QUE DE TAL ESTUDO SE PODEM COLHER PARA A ORGANIZAÇÃO DE UM PROGRAMA MAIS FUNCIONAL PARA AS ESCOLAS NORMAIS.

IMEDIATAMENTE, DEVE SER ÊLE APROVEITADO PARA PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO PROFESSORADO EM SERVIÇO, JÁ QUE MUITOS ERROS DECORREM DA LINGUAGEM DO MEIO E, POR VÉZES, DO PRÓPRIO PROFESSOR.

NÃO HÁ, NESSA MATÉRIA, EXAGÊRO ALGUM, PORQUE EXERCE A LINGUAGEM PAPEL TÃO IMPORTANTE NA FORMAÇÃO HUMANA QUE NÃO FALTAM PEDAGOGOS QUE A ELA QUEIRAM REDUZIR TODO O PROGRAMA, NA ESCOLA PRIMÁRIA E ATÉ, EM BOA PARTE, NA ESCOLA SECUNDÁRIA.

NÃO NOS PARECE DEMASIADO, POR ISSO, QUE NOS FUNDEMOS NUM ESTUDO PRECISO E OBJETIVO DESSA ORDEM, PARA IMPRIMIRMOS NOVOS RUMOS AO ENSINO, SABIDO QUE CABE ÀS ESCOLAS UMA FUNÇÃO DE REAÇÃO E DE PRESERVAÇÃO DAS FORMAS ACONSELHÁVEIS.

SABER QUAIS AS FORMAS ACONSELHÁVEIS E QUAIS AS DESACONSELHÁVEIS É O PASSO INICIAL PARA UMA REFORMA, E É PRECISAMENTE

MENTE ISSO O QUE NOS OFERECE A PESQUISA FEITA, QUE SE IMPÕE À NOSSA ATENÇÃO POR TER SIDO ORIENTADA POR FILÓLOGOS, POR SE BASEAR EM DADOS SEGUROS E POR ABRANGER GRUPOS DISTINTOS DE CRIANÇAS, FACILITANDO O DIAGNÓSTICO DE CERTAS PARTICULARIDADES.

ALGUNS ASPECTOS

NÃO SE PODE DISSOCIAR A LINGUAGEM DE SEU MEIO, E ESSA VERDADE MAIS UMA VEZ SE COMPROVA COM A DIVERSIDADE, A FREQUÊNCIA E A PREDOMINÂNCIA DE CERTOS TIPOS DE ERROS EM CERTOS GRUPOS ESCOLARES DE DETERMINADAS ZONAS.

A PRIMEIRA OBSERVAÇÃO QUE NOS OCORRE É QUE O ENSINO DA LINGUAGEM NÃO ESTÁ OBEDECENDO, EM CERTAS CLASSES, A UMA BOA ORIENTAÇÃO. NÃO SÃO POUCAS AS FALHAS DA LINGUAGEM ORAL E DA LEITURA, QUE A PESQUISA NOS DÁ A VER.

POR OUTRO LADO, O ENSINO DAS DEMAIS MATÉRIAS DO PROGRAMA - GEOGRAFIA, HISTÓRIA DO BRASIL, CIÊNCIAS - PARCELA-NOS DEMASIADAMENTE VERBALÍSTICO, FUGINDO A UM PRINCÍPIO VELHO DE SÉCULOS E É QUE SE DEVE, QUANTO POSSÍVEL, POR OS ALUNOS EM CONTACTO COM AS CAUSAS E OS FATOS, DE FORMA QUE POSSAM ELABORAR, POR SI MESMOS, IDÉIAS, CONCEITOS, JUÍZOS.

O QUE É MAIS, A PESQUISA REVELA QUE BOA PARTE DO PROFESSORADO PRIMÁRIO NÃO TEM ATENTADO DEVIDAMENTE PARA UM PONTO DE PARTIDA FUNDAMENTAL, E É A UNIDADE DA LÍNGUA.

POR UNIDADE DA LÍNGUA ENTENDE-SE QUE OS FENÔMENOS LINGÜÍSTICOS TÊM UM FUNDAMENTO COMUM, EMBORA SE REVISTAM DE IMPORTÂNCIA DESIGUAL, PORQUE VARIAM DESDE OS INSTRUMENTAIS ATÉ AOS CULTURAIS.

A EVOLUÇÃO LINGÜÍSTICA DA CRIANÇA, QUE NORMALMENTE SE PERFAZ AOS 12 ANOS, PASSA POR FASES BEM DEFINIDAS, IMPOSTO-SE, POR ISSO, QUE SE CONSIDEREM ESSAS FASES, JÁ QUE SE DESENVOLVEM REGULARMENTE, SEM INVERSÕES.

ESSA EVOLUÇÃO SE FUNDA NO PENSAMENTO, DE SORTE QUE NÃO SE PODE ADMITIR O ENSINO DA LINGUAGEM, SEM QUE SE OBSERVEM AS CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO. LINGUAGEM É EXPRESSÃO DO PENSAMENTO, E, SE ESTE FOR ERRÔNEO OU DEFICIENTE, ERRÔNEA OU DEFICIENTE SERÁ ELA.

POR ISSO, É NECESSÁRIO QUE SE CRIEM SITUAÇÕES QUE OBRIGUEM OS ALUNOS A EXPRESSAREM OS SEUS PENSAMENTOS.

ESSA LINGUAGEM, QUE DECORRE DA NECESSIDADE IMPERIOSA DE AÇÃO E COMUNICAÇÃO É O ÚNICO RECURSO PARA TREINAR OS ASPECTOS LÓGICOS DO PENSAMENTO, E ESSE TREINO QUE SE VAI REVELAR NA ESTRUTURA DAS FRASES, DETERMINANDO OS FENÔMENOS DE REGÊNCIA E CONCORDÂNCIA.

NADA MAIS FÁCIL DO QUE FAZER FALAR AS CRIANÇAS, POIS NESTA IDADE O DIFÍCIL É O SILÊNCIO. O MAIS GRAVE DEFEITO DAS

ESCOLAS ANTIGAS CONSISTIA PRECISAMENTE NO DESCONHECIMENTO DESSA NECESSIDADE DE COMUNICAÇÃO. O QUE ORA SE RECOMENDA É NÃO SÓ QUE ELAS FALEM POR CONTA PRÓPRIA, MAS QUE SE LHEM PROVOQUE A TAREFAS, APROVEITANDO-SE DAS SITUAÇÕES NATURAIS E CRIANDO NOVAS OPORTUNIDADES DE PENSAMENTO E EXPRESSÃO. SEM INUTILIZAR - MOS AS SOLICITAÇÕES DO MEIO, IMPEDINDO OS ALUNOS DE FALAR, QUANDO QUEIRAM FALAR, PARA DIZEREM ALGUMA COISA E SEREM CONPREENDIDOS, NADA MAIS ESTAMOS DO QUE EMBARAÇANDO-LHES O DESENVOLVIMENTO LINGÜÍSTICO.

RELEVEM-SE-NOS ÊSSES REPAROS PREAMBULARES COM A CONSIDERAÇÃO DE QUE SÓ SE PODEM INTERPRETAR DEVIDAMENTE OS RESULTADOS DA PESQUISA, SE SE PONDERAR O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA LÍNGUA.

A EVOLUÇÃO LINGÜÍSTICA DA CRIANÇA

EMBORA ÍNTIMO, O FENÔMENO LINGÜÍSTICO SE EXTERIORIZA ATRAVÉS DE MANIFESTAÇÕES DEFINIDAS E COERENTES, TÃO CERTAS COMO AS QUE OCORREM NO DESENVOLVIMENTO FÍSICO.

ASSIM, QUANDO A CRIANÇA ATINGE OS SEIS MESES, AGUARDA-SE O APARECIMENTO DO PRIMEIRO DENTE, SE, SE NÃO APARECER DENTRO DOS 3 A 4 MESES SEQUINTE, CONSULTA-SE UM MÉDICO, NA CERTEZA DE QUE O DESENVOLVIMENTO FÍSICO NÃO ESTÁ SEGUINDO A MARCHA NORMAL.

DAÍ POR DIANTE, OS MARCOS DO DESENVOLVIMENTO FÍSICO SUCEDEM EM FASES CONHECIDAS E DETERMINADAS: SENTAR-SE SÓ, PÔR-SE DE PÉ, DAR OS PRIMEIROS PASSOS, LEVAR A COLHER À BOCA, ETC..

A MESMA REGULARIDADE NA SUCESSÃO DOS FENÔMENOS DO DESENVOLVIMENTO FÍSICO PRESIDE AO DESENVOLVIMENTO DA LÍNGUA - GEM DA CRIANÇA.

AOS NOVE MESES, AGUARCA-SE O APARECIMENTO DA PRIMEIRA PALAVRA, QUE TEM O SENTIDO DE UMA FRASE, POIS AS CRIANÇAS APRENDEM A EXPRESSAR-SE MEDIANTE FRASES E NÃO VOCÁBULOS, COMO É DO CONHECIMENTO DE TÔDA GENTE. QUANDO, POR VOLTA DOS NOVE MESES, DIZEM DÁ - ESTA SIMPLES PALAVRA CONDENSE TÔDAS AS PARTES DA ORAÇÃO, QUE VAO APARECENDO POSTERIORMENTE À PORÇÃO QUE OS FALANTES SE DESENVOLVEM.

COM EFEITO, ÊSSE DÁ NÃO É APENAS VERBO, É TAMBÉM SUJEITO, PREDICADO, OBJETO DIRETO E INDIRETO, PARTES ESSAS QUE SE COMPLETAM COM OS GESTOS, COM OS OLHOS, COM O PRÓPRIO JÔGO DA FISIONOMIA.

PARA O BOM OBSERVADOR, CASO NÃO SE MANIFESTE A PALAVRA-FRASE ENTRE OS NOVE MESES A UM ANO, DEVE SER OUVIDO UM MÉDICO, PORQUE URGE CONSIDERAR O DESENVOLVIMENTO FÍSICO, DEVENDO-SE OBSERVAR QUE OS DOIS ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO FÍSICO E LINGÜÍSTICO OCORREM EM FASES ALTERNADAS E NÃO PARALELAS.

AO ATINGIR UM ANO E DOIS A TRÊS MESES, A PALAVRA-FRASE DESDOBRA-SE EM SUJEITO E OBJETO COMO EM NENÊ-PÃO, COM OMISÃO DO VERBO. DAÍ POR DIANTE, ATÉ AOS 12 ANOS, POUCO MAIS OU MENOS, OS MARCOS DO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM QUE CORRESPONDEM A VERDADEIROS MARCOS DO DESENVOLVIMENTO MENTAL, SUCEDEM-SE EM ORDEM INVARIÁVEL, DESDE QUE NÃO HAJA INTERFERÊNCIAS QUE O PERTURBEM.

O DESDOBRAMENTO SUCESSIVO DA PALAVRA-FRASE, ATÉ QUE SE COMPLETE A ESTRUTURA DA ORAÇÃO SIMPLES, O DESDOBRAMENTO DESTA EM PERÍODOS, OS FATOS DE COORDENAÇÃO E DE SUBORDINAÇÃO, A ORDEM DIRETA E A INVERSA, O APARECIMENTO DE DETERMINADOS CONECTIVOS, ASSIM COMO NOVOS VOCÁBULOS DENTRO DE CADA CLASSE DE PALAVRAS, TUDO ISSO OCORRE A SEU TEMPO, EM ORDEM CERTA E EM PRAZOS QUE PODEM SER PERFEITAMENTE FIXADOS.

A EVOLUÇÃO DA LINGUAGEM INFANTIL COMPREENDE NÃO SÓ O DESDOBRAMENTO DO PERÍODO, ISTO É, A ORDENAÇÃO DO PERÍODO, A COMEÇAR PELA PALAVRA-FRASE E A TERMINAR POR CONSTRUÇÕES MAIS ELABORADAS, MAS ABRANGE POR IGUAL, FENÔMENOS DE REGÊNCIA, ORDEM OU CONCORDÂNCIA.

SE SE PERGUNTAR A UMA CRIANÇA DE DOIS ANOS "VOCÊ QUER DOCE OU BISCOITO?" A RESPOSTA É ESPERAR PELAS DUAS COISAS. ENTRETANTO, UM ANO DEPOIS, JÁ FARÁ A ESCOLHA.

O MESMO ACONTECE QUANDO A CRIANÇA DIZ: "AMANHÃ EU FUI AO PARQUE". PODE-SE INSISTIR NA SUBSTITUIÇÃO DO AMANHÃ POR HOJE OU ONTEM, POR MUITO TEMPO, MAS DEBALDE SE INSISTIRÁ, PORQUE ESSA CORREÇÃO, MESMO ASSÍDUA, NÃO TERÁ INFLUÊNCIA NA LINGUAGEM DA CRIANÇA.

A AQUISIÇÃO DOS VÁRIOS SECTORES EVOLUTIVOS EXIGE AMADURECIMENTO MENTAL E DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO PRÓPRIO, DEPENDENDO, POR ISSO, CADA FASE DA LINGUAGEM DE PROCESSO OU PROCESSOS MENTAIS CORRESPONDENTES. É ESSE O MOTIVO POR QUE NÃO SE PODE FAZER ANTECIPAÇÃO DE FRASES DA EVOLUÇÃO LINGÜÍSTICA. QUANDO UMA CRIANÇA DE QUATRO ANOS DIZ "QUE VOCÊ SAIR, EU CHORO", É INÚTIL CORRIGI-LA, INSISTINDO NO USO DA CONJUNÇÃO SE, PORQUE AINDA NÃO ALCANÇOU A MATURIDADE MENTAL EQUIVALENTE.

A MESMA COISA ACONTECE COM AS DEMAIS CONJUNÇÕES, PRONOMES RELATIVOS E CERTAS ESPÉCIES DE PALAVRAS DENTRO DE CADA CLASSE DE PALAVRAS.

UMA CRIANÇA DO 3º ANO, QUE APRESENTE O USO CORRETO DO PRONOME CUJO, EM QUE, POR SINAL, ATÉ ADULTOS COSTUMAM ERRAR, DENOTA UM ALTO NÍVEL DE LINGUAGEM, AO MESMO PASSO QUE A CRIANÇA DE 4º ANO, QUE SE SERVISSE DA CONJUNÇÃO CONCESSIVA EMBORA, APRESENTARIA UM NÍVEL LINGÜÍSTICO AINDA NÃO ULTRAPASSADO. ALGUMAS CONJUNÇÕES EXORBITAM EVIDENTEMENTE DA ESFERA DE NOSSA ESCOLA PRIMÁRIA, E, NÃO RARO, SÃO PRIVILÉGIO DOS GRANDES ESPRITOS.

QUER ISSO DIZER QUE CADA CLASSE DE PALAVRA E CADA PALAVRA DE CADA CLASSE DEPENDEM DE ESTRUTURAS MENTAIS E DO PENSAMENTO.

MENTO, QUE, POR SUA VEZ, ESTÃO NA DEPENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO MENTAL GERAL, EM QUE CERTAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE EXERCEM VISÍVEL INFLUÊNCIA.

EXIGIR-SE, POIS, DE CRIANÇAS DE CERTA IDADE O QUE NORMALMENTE SE PEDE A CRIANÇAS DE IDADE MAIOR VALERIA O MESMO QUE PEDIR-SE A UMA DELAS QUE CARREGASSE CERTO PÊSO ACIMA DA SUA CAPACIDADE FÍSICA.

EM SUMA, PARA A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM CONTRIBUEM TÃO DA A VIDA MENTAL DA CRIANÇA, A PARTICIPAÇÃO DOS SENTIDOS, A SOLICITAÇÃO DO MEIO, A DEPENDÊNCIA DA CRIANÇA EM RELAÇÃO A PESSOAS E COISAS, OS INTERESSES PELAS COISAS QUE A CERCAM, O CONVÍVIO COM AS OUTRAS CRIANÇAS, A BOA VONTADE DOS ADULTOS EM SATISFAZER A TAIS INTERESSES, PONDO-LHE AS COISAS AO ALCANCE DOS SENTIDOS E CHAMANDO-LHE A ATENÇÃO PARA OS VÁRIOS ASPECTOS QUE ELA OFERECE. TUDO E TODOS, QUE A RODEIAM, EXERCEM-LHE INFLUÊNCIA NA LINGUAGEM. DAÍ, UM COLABORADOR DA REVISTA LA EDUCACION AFIRMAR QUE AS CRIANÇAS PARISIENSES PARECEREM GÊNIOS, EM CONTRASTO COM AS CRIANÇAS DE OUTRAS PARTES DO MUNDO. É PERGUNTA DE POIS: "QUE FOI FEITO DESSSES GÊNIOS"? VISTO QUE, ATINGINDO A ADOLESCÊNCIA DESAPARECEM NA MASSA E A SUA GENEALIDADE PERDE A EXPRESSÃO.

ISTO ESCLARECE BEM O NOSSO PONTO DE VISTA: NÃO ERAM GÊNIOS. VIVIAM NUM MUNDO RICO DE COISAS, AO ALCANCE DOS SENTIDOS, ESTIMULANTE, PORQUE CHEIO DE CÔR, DE MOVIMENTO, DE SOM, BEM COMO DE PESSOAS QUE AS FORÇAVAM A VER E SENTIR, A GANHAR MELHOR TODAS AS EXPERIÊNCIAS DA IDADE, A COMPOR E A DECOMPOR AS COISAS PARA TORNÁ-LAS MAIS ACESSÍVEIS. DAÍ O DESENVOLVIMENTO MARAVILHOSO DA LINGUAGEM DA CRIANÇA PARISIENSE QUE, COMPARADA COM OUTROS PADRÕES, SE ELEVAVA MUITO ACIMA DO NÍVEL COMUM.

DE PASSAGEM, NÃO VIRÁ DENAIS OBSERVAR QUE, SE NEM TÓDAS AS CRIANÇAS PARISIENSES VÊM A PRODUZIR NA MADUREZA OS FRUTOS QUE AS FLORES DA INFÂNCIA PRENUNCIAM, NÃO É MENOS CERTO QUE OS FRANCESES MANTÊM, ATRAVÉS DAS VICISSITUDES DE SUA MOVIMENTADA HISTÓRIA, UMA PRIMAZIA NAS LETRAS QUE A CRÍTICA MAIS EXIGENTE NÃO LHE PODE CONTESTAR. TRATA-SE DE UM VERDADEIRO MANEIRADO, CUJA FORMAÇÃO SÓ CIRCUNSTÂNCIAS ESPECIAIS PODEM EXPLICAR. O MEIO QUE TANTO ELEVA AS CRIANÇAS NÃO PODE DEIXAR DE INFLUIR NO ADOLESCENTE E NO ADULTO.

LÍNGUA É VIDA. POR VÊZES, UMA EXPERIÊNCIA FARTA E DILATADA, MAS SUPERFICIAL; OUTRAS VÊZES, O CONTRÁRIO, UMA EXPERIÊNCIA LIMITADA, MAS PROFUNDA, TUDO SE REFLETE NA LINGUAGEM INFANTIL, QUE É O ESPELHO DE SUA VIDA MENTAL.

CUMPRE ACRESCENTAR, PORÉM, QUE, SE NÃO SE PODE ALTERAR A ORDEM DE APARECIMENTO DOS FATOS LINGÜÍSTICOS, PODE APRESENTAR-SE E DIRIGIR O RÍTIMO DO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM, MEDIANTE A CRIAÇÃO DE DETERMINADAS CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO. NÃO SAINDO DO NOSSO GÊNIO, ACÉLERAR-SE O RÍTIMO DO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM, COMO SE APROPRIA A SAÚDE, ATRAVÉS DE MELHORES CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO FÍSICO.

NESSA TAREFA, CABE À ESCOLA UM PAPEL DE SINGULAR IMPORTÂNCIA.

EM SUMA

DIANTE DESSAS CONSIDERAÇÕES, O MAIS QUE PODE A ESCOLA FAZER PARA ATENDER AO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA UNIDADE LINGÜÍSTICA CONSISTE EM APROXIMAR, QUANTO POSSÍVEL, OS MÉTODOS E PROCESSOS DAS VÁRIAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO—GEOGRAFIA, MATEMÁTICA, HISTÓRIA DO BRASIL E CIÊNCIAS—DOS MÉTODOS E PROCESSOS DE ENSINO DA LÍNGUA.

NÃO HÁ CONHECIMENTO QUE NÃO SE REFITA NA LINGUAGEM E, PORTANTO, QUE NÃO ENRIQUEÇA O PATRIMÔNIO LINGÜÍSTICO DA CRIANÇA. APRESENTAR ESSAS VÁRIAS MATÉRIAS DE CONTEÚDO, LEVANDO-SE EM CONTA O VOCABULÁRIO E A SINTAXE QUE ELAS ACARRETAM, É MEDIDA DE PROFUNDO ALCANCE, QUE INFLUIRÁ NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E, POSTERIORMENTE, DO ADOLESCENTE E DO ADULTO.

TODO O PROGRAMA DA ESCOLA PRIMÁRIA SE PODE TRADUZIR NUM PROGRAMA ÚNICO DE LINGUAGEM, DE TAL SORTE CONTEÚDO E FORMA NÃO SE SEPARAM. O ESTUDO DAS DIVERSAS MATÉRIAS ABRE MARGEM À AQUISIÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS NECESSÁRIAS DO DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO, E A ESSA MULTIPLICIDADE E DIVERSIDADE CORRESPONDE NECESSARIAMENTE UMA DIFERENCIAÇÃO EQUIVALENTE DE VOCABULÁRIO E SINTAXE.

NESSE SENTIDO A ESCOLA PRIMÁRIA LEVA VANTAGEM À SECUNDÁRIA, PORQUE A UNICIDADE DO PROFESSOR TRAZ CONSIGO A UNIDADE DA ATIVIDADE EDUCATIVA, NÃO SE DESPREZANDO, CONSEQUENTEMENTE, O ASPECTO LINGÜÍSTICO NO ENSINO DE TODAS AS MATÉRIAS.

O PROBLEMA ASSUME MAIOR DIFICULDADE, NO ENSINO SECUNDÁRIO, EM QUE HÁ, VIA DE REGRA, UM PROFESSOR PARA CADA MATÉRIA. POR ISSO, NADA MAIS PLAUSÍVEL DO QUE O ASSERTO HOJE CORRENTE, NOS MELHORES CENTROS DE CULTURA, DE QUE TODOS OS PROFESSORES SÃO PROFESSORES DE LINGUAGEM. ACENTUA-SE, DESSA MANEIRA, A NECESSIDADE IMPERIOSA DE UMA ESTREITA COOPERAÇÃO DE TODOS OS PROFESSORES PARA O FIO COMUM E ESSENCIAL DA OBTENÇÃO DE UMA BOA LINGUAGEM.

* * *

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DE SÃO PAULO

FOI SOLENEMENTE INAUGURADO, NO DIA 14 DE DEZEMBRO P. PASSADO, O SERVIÇO DE RECURSOS AUDIO VISUAIS DO CRPE DE SÃO PAULO EM SUA SEDE, NA CIDADE UNIVERSITÁRIA.

DAMOS A SEGUIR O PROGRAMA DA SESSÃO INAUGURAL :

14:00 HORAS - RECEPÇÃO AOS CONVIDADOS, NA DIRETORIA DO CRPE

14.30 HORAS - ABERTURA DA SESSÃO NO SALÃO DE FESTAS

- DISCURSO DO DR. HORACE C. HARTSELL, ASSESSOR TÉCNICO DO SERVIÇO DE RECURSOS AUDIO-VISUAIS, DO CRPE.

- DISCURSO DO SR. LAWRENCE J. TATE, DIRETOR DO SERVIÇO DE MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA MISSÃO DO PONTO IV NO BRASIL.

- DISCURSO DO DR. FERNANDO DE AZEVEDO, DIRETOR DO CRPE DE SÃO PAULO

15:30 HORAS - ABERTURA OFICIAL DO SERVIÇO DE RECURSOS AUDIO - VISUAIS.

PALAVRAS DO SR. SCOTT C. LYON, REPRESENTANTE DO CONSUL GERAL, DOS E.U.A., EM SÃO PAULO.

VISITA ÀS INSTALAÇÕES.

COQUETEL OFERECIDO PELO DIRETOR DO CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DE SÃO PAULO.

* * *

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL

DIVISÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

PROJETO I

PROF.^a GRACIEMA PACHECO, DIRETORA

VISA O PROJETO A UMA SONDAGEM NOS ASPECTOS QUALITATIVOS DO RENDIMENTO NAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO, DE MANEIRA A DOCUMENTAR OS PADRÕES EFETIVAMENTE REALIZADOS NA APRENDIZAGEM INICIAL DA LEITURA E, CONCOMITANTEMENTE, IDENTIFICAR AS CONDIÇÕES, DE ORDEM PEDAGÓGICA E SOCIAL, QUE PREVALECEM NESSE SETOR ESCOLAR, EXPLICANDO DIFERENCIAÇÕES SIGNIFICATIVAS.

O ESTUDO PROPOE-SE, AINDA, A CONSIDERAR AS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO NA CONTEXTURA GERAL DA ESCOLA A QUE PERTENCEM, E, ASSIM, VERIFICAR QUE IMPLICAÇÕES NELAS MANIFESTAM AS PROPRIEDADES DO CONJUNTO ESCOLAR. O MESMO PROCEDE COM REFERÊNCIA A TODAS AS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO AS QUAIS, GLOBALMENTE, VÃO APOIAR AS AVERIGUAÇÕES COM RESPEITO ÀS CARACTERÍSTICAS QUE AFIRMAM A ESTRUTURA E A DINÂMICA DA NOSSA REALIDADE ESCOLAR.

MEDIANTE CRITÉRIOS E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO, PENSASE FAZER O LEVANTAMENTO DAS VARIÁVEIS SIGNIFICATIVAS DO CASO, SEJA ELE UMA UNIDADE OU UM CONJUNTO, E BEM ASSIM EXPLICITAR A LHE OS SENTIDOS PELA ORGANIZAÇÃO SEGUNDO A QUAL ESSAS VARIÁVEIS SE AGRUPAM E RELACIONAM.

AS EXPLORAÇÕES DE CARÁTER NORMATIVO, DESCRITIVO OU INFERENCIAL DESTINAM-SE A ESCLARECER QUANTO A POSSÍVEIS SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS, SOCIAIS, ASSISTENCIAIS OU DIDÁTICAS E QUANTO À NECESSIDADE DE NOVAS INVESTIGAÇÕES EM ÁREAS OU PROBLEMAS COORDENADOS.

ORIENTAÇÃO DA PESQUISA

O ESTUDO ENVOLVERÁ AS ESCOLAS PRIMÁRIAS ESTADUAIS DE PORTO ALEGRE, BASEANDO-SE EM DADOS DE INVESTIGAÇÕES DIRETA E EM LEVANTAMENTOS NOS ARQUIVOS DAS INSTITUIÇÕES OU SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MEDIANTE O

DEVIDO ACÓRDO DAQUELE ÓRGÃO DA NOSSA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL, ALÉM DA SITUAÇÃO CORRESPONDENTE AO ATUAL ANO LETIVO, LEVAR-SE-ÃO EM CONTA OS DADOS DAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO E DAS ESCOLAS, EM ANOS ANTERIORES, COM O OBJETIVO DE FIXAR ANTECEDENTES, TENDÊNCIAS, CORRELAÇÕES.

DUAS ETAPAS ESTÃO PREVISTAS COMO DESDOBRAMENTOS PRINCIPAIS DO PROJETO:

PRIMEIRA ETAPA - SETEMBRO E OUTUBRO

CUMPRIR-SE-Á COM AS CLASSES DE PRIMEIRO ANO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE, COM APÓIO - NASQUAIS SE FAZÁ A EXPERIÊNCIA DO LEVANTAMENTO DE DADOS E DA DISTRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADES ENTRE OS MEMBROS - DAS EQUIPES DE TRABALHO.

DURANTE O MÊS DE OUTUBRO, SERÃO LOCALIZADOS E CONSULTADOS OS ARQUIVOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ELABORADAS E PREENCHIDAS AS FICHAS COM OS DADOS DE INTERESSE PARA O PROJETO.

SEGUNDA ETAPA - NOVEMBRO E DEZEMBRO

CORRESPONDERÁ À EXTENSÃO DOS LEVANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS DA REDE ESCOLAR PRIMÁRIA DA CIDADE, UMA DE CADA QUALIFICAÇÃO ADMINISTRATIVO-SOCIAL.

A EQUIPE DE TRABALHO DEVERÁ REUNIR DOIS TIPOS DE COLABORADORES:

- COLABORADORES COM RESPONSABILIDADE NO PLANEJAMENTO, NA DIREÇÃO DOS TRABALHOS E NO ESTUDO E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E,
- COLABORADORES PARA AS TAREFAS DE EXECUÇÃO.

DEVERÁ INCLUIR O PRIMEIRO GRUPO:

- DUAS PROFESSORAS COM EXPERIÊNCIAS EM CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO
- UM PSICÓLOGO ESCOLAR
- UM VISITADOR
- CONSULTORES: UM SOCIOLOGO, UM MÉDICO ESCOLAR, UM ADMINISTRADOR ESCOLAR, UM PROFESSOR DE ENSINO NORMAL DO SETOR DE DIREÇÃO DA APRENDIZAGEM DA LINGUAGEM, UM ASSISTENTE SOCIAL.

NAS TAREFAS EXECUTIVAS SERÃO APROVEITADOS DE PREFERÊNCIA COLABORADORES VINCULADOS AO TRABALHO DAS INSTITUIÇÕES SOBRE AS QUAIS O ESTUDO VAI INCIDIR.

O PROCESSAMENTO DO TRABALHO IMPLICARÁ NOS SEGUINTE ESTUDOS E EMPREENDIMENTOS:

DOCUMENTAÇÃO, COM RECURSO AO PARECER DO PROFESSOR E POR MEIO DE PROVAS DE ESCOLARIDADE, DAS ETAPAS CUM-

PRIDAS NA APRENDIZAGEM DA LEITURA PELOS ALUNOS DOS PRIMEIROS ANOS DO I.E., PARA, COM OS DADOS ASSIM RECOLHIDOS, PROPOR UMA ESCALA INICIAL QUE LEVE EM CONTA OS NÍVEIS DE RENDIMENTO E OS CONTEÚDOS DE CADA UM DOS NÍVEIS ORDENADOS.

LEVANTAMENTO CONFIGURACIONAL DE CADA CLASSE, ATRAVÉS DE :

- O PROFESSOR - ANOS DE MAGISTÉRIO E EXPERIÊNCIA EM CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO; RESULTADOS QUE TEM ALCANÇADO; QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E OPORTUNIDADES DURANTE O EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO; MÉTODO NO ENSINO DA LEITURA; REMUNERAÇÃO E OUTRAS OCUPAÇÕES REMUNERADAS; PONTO DE VISTA SOBRE A CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO E A ESCOLARIDADE PRIMÁRIA; ASPIRAÇÕES E AUTO-AVALIAÇÃO; CRITÉRIO QUE UTILIZA NA APRECIÇÃO DA CLASSE E DOS ALUNOS; CONCEITO NA ESCOLA.
- OS ALUNOS - NÚMERO, SEXO, CÔR, IDADE, ESCOLARIDADE; NÍVEL DE MATURIDADE ESPECÍFICA PARA A LEITURA; DESENVOLVIMENTO MENTAL, EMOCIONAL E SOCIAL; PADRÕES DE COMPORTAMENTO; SITUAÇÃO E ANTECEDENTES NA FAMÍLIA; MEIO LINGÜÍSTICO; FREQUÊNCIA, SAÚDE, ALIMENTAÇÃO; OCUPAÇÕES EXTRA-ESCOLARES; STATUS RELATIVOS NA CLASSE; INTERESSES ESPONTÂNEOS.
- A SALA DE AULA - DIMENSÕES, EQUIPAMENTO, MATERIAL PARA O ENSINO DA LEITURA; LOCALIZAÇÃO, OCUPAÇÃO, INSTALAÇÕES E RECURSOS COMPLEMENTARES.

ESTUDO DA ESCOLA EM SUA FUNÇÃO DE CONTEXTO:

PRÉDIO, SITUAÇÃO; CATEGORIA ADMINISTRATIVA; HISTÓRICO; NÚMERO DE ALUNOS, MATRÍCULA INICIAL E REAL; DURAÇÃO DO DIA ESCOLAR, TURNOS, CLASSES DE CADA NÍVEL; PROFESSORES, DIPLOMADOS OU NÃO; MOVIMENTO DOS PROFESSORES NAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO E NAS OUTRAS; CLASSES PRÉ-PRIMÁRIAS; CRITÉRIO NA ESCOLHA DOS PROFESSORES E NA DISTRIBUIÇÃO DAS TURMAS; OPORTUNIDADES QUE OFERECE PARA O RELACIONAMENTO E O DESENVOLVIMENTO DOS PROFESSORES; SERVIÇOS ASSISTENCIAIS; ÍNDICES DE PROMOÇÃO; FREQUÊNCIA; ORGANIZAÇÕES DE ALUNOS; CONTEÚDOS DO PLANO EDUCACIONAL; CAPACIDADE DE RENOVAÇÃO; RELACIONAMENTO COM O MEIO PRÓXIMO; STATUS SÓCIO-CULTURAL DOS PROFESSORES E PAIS DE ALUNOS; CUSTO; CRITÉRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO; MUDANÇAS MAIS SIGNIFICATIVAS NOS ANOS PRÓXIMOS; SUPERVISÃO; NECESSIDADES ASSUMIDAS; PADRÕES DIDÁTICOS.

* * *

L.F. C.B.P.E.

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO PEDAGÓGICA

SERVICO DE BIBLIOGRAFIA -

1. CURSOS DE FÉRIAS

A DOUTORA FERNANDA BARCELOS VAI REALIZAR, NO DECORRER DAS PRÓXIMAS FÉRIAS, NO AUDITÓRIO DO PALÁCIO DA CULTURA (ANTIGA SEDE DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA), MAIS ALGUNS DOS SEUS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.

PROGRAMA - INSCRIÇÕES

OS DOIS PRIMEIROS CURSOS - "RELAÇÕES HUMANAS E "HIGIENE MENTAL" - SERÃO INICIADOS NO DIA 3 DE JANEIRO, SEGUINDO-SE OS DEMAIS NESTA ORDEM: "ORGANIZAÇÃO E MANEJO DE JARDINS DE INFÂNCIA", "PSICOLOGIA INFANTIL E DO ADOLESCENTE" E "ORGANIZAÇÃO E MANEJO DE CLASSES PRIMÁRIAS" (INÍCIO DIA 9) - "A PERSONALIDADE ATRAVÉS DO DESENHO" E "PROBLEMAS INFANTIS E DO ADOLESCENTE" (INÍCIO DIA 16) - "EDUCAÇÃO SEXUAL NOS CURSOS SECUNDÁRIOS E "PSICOLOGIA DOS MOTIVOS HUMANOS" (INÍCIO DIA 25).

AS INSCRIÇÕES PODEM SER FEITAS PELOS SEGUINTE TELEFONES, COM A SECRETÁRIA DOS CURSOS: NO RIO, 57-5534. EM NITERÓI, 2-7985. POR CARTA OU TELEGRAMA: RUA GENERAL BARBOSA LIMA, 91, 3º ANDAR - COPACABANA, RIO DE JANEIRO, GB.

CURSOS NOTURNOS -

HAVERÁ, AINDA, DOIS CURSOS NOTURNOS, COM AULAS NOS DIAS 3, 11, 13, 19, 30 E 31 E QUE ABORDARÃO:

- A PSICOLOGIA DA PROPAGANDA E
- RELAÇÕES PÚBLICAS.

* * *

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ANTROPOLOGIA CULTURAL

ATRAVÉS DE CONVÊNIO ENTRE O INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MUSEU NACIONAL, SERÁ REALIZADO, EM 1968, UM CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ANTROPOLOGIA CULTURAL, COM A DURAÇÃO DE 12 MESES, DIVIDIDO EM TRÊS PERÍODOS DE QUATRO MESES. O PRIMEIRO SERÁ DESTINADO A CURSOS-BÁSICOS, VISANDO A CAPACITAR OS ALUNOS A OPERAREM COM SISTEMAS CONCEITUAIS ADEQUADOS À INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA. ESSES CURSOS SERÃO OS SEGUINTE:

- ① - ANÁLISE FUNCIONAL-ESTRUTURAL (TEORIA GERAL DA SOCIOLOGIA COMPARADA OU ANTROPOLOGIA SOCIAL);
- ② - ELEMENTOS DE ANÁLISE QUANTITATIVA (PROCEDIMENTOS DE QUANTIFICAÇÃO COM VISTAS À FORMULAÇÃO DE PROBLEMAS);
- ③ - PARENTESCO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL (ESTUDO COMPARADO DOS SISTEMAS SOCIAIS, COM ÊNFASE NA ESTRUTURA SOCIAL);
- ④ - SISTEMAS ECONÔMICOS ABORÍGENES (ESTUDO DE TECNOLOGIAS E DE SUAS RELAÇÕES COM A ORDEM SOCIAL, NO PROCESSO DE PRODUÇÃO E CONSUMO);
- ⑤ - SISTEMAS MÍTICO-MÁGICO-RELIGIOSOS (ESTUDO COMPARADO DE SISTEMAS IDEOLÓGICOS, COM VISTAS NAS SUAS CONEXÕES COM A ORDEM SOCIAL).

OS CURSOS ACIMA SERÃO DADOS EM AULAS E SEMINÁRIOS.

O SEGUNDO PERÍODO SERÁ DEDICADO À REALIZAÇÃO DE PESQUISAS EM ÁREAS URBANAS, RURAIS E COM GRUPOS INDÍGENAS, RECRUTANDO-SE OS ALUNOS DE ACÓRDO COM ENTENDIMENTOS ENTRE CADA UM DELES, INDIVIDUALMENTE, E O PROFESSOR RESPONSÁVEL PELA PESQUISA E O COORDENADOR DO CURSO. CADA ALUNO, PORTANTO, PARTICIPARÁ DE UMA PESQUISA DE CONFORMIDADE COM OS INTERESSES DE ESPECIALIZAÇÃO E EM FUNÇÃO DE SEU APROVEITAMENTO NOS DIVERSOS CURSOS-BÁSICOS. PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA, AS EQUIPES SERÃO CUIDADOSAMENTE PREPARADAS PELOS RESPECTIVOS PROFESSORES RESPONSÁVEIS.

O TERCEIRO PERÍODO SERÁ VOLTADO PARA OS INTERESSES MAIS ESPECÍFICOS DE ESPECIALIZAÇÃO, CONTANDO COM CURSOS OPTATIVOS. CADA ALUNO ESCOLHERÁ DOIS CURSOS DENTRE UMA LISTA DE QUATRO OU CINCO A SEREM OFERECIDOS. ESSAS UNIDADES-CURSOS SERÃO, POSSIVELMENTE, AS SEGUINTE:

- 1 - ÁREAS CULTURAIS INDÍGENAS NO BRASIL
- 2 - POPULAÇÕES ESTRANGEIRAS NO BRASIL E A IMIGRAÇÃO
- 3 - A INTEGRAÇÃO DAS POPULAÇÕES NEGRAS NO BRASIL
- 4 - HISTÓRIA E NATUREZA DA POLÍTICA INDIGENISTA NO BRASIL
- 5 - REGIÕES CULTURAIS DO BRASIL.

O RECRUTAMENTO DOS ALUNOS FAR-SE-Á MEDIANTE PROVAS OBJETIVAS, INCLUINDO UM TRABALHO ESCRITO SOBRE TEMA ESCOLHIDO DE UMA LISTA QUE LHE SERÁ PROPORCIONADA COM ANTECEDÊNCIA E UMA ENTREVISTA COM O COORDENADOR E PROFESSORES DO CURSO. OS ALUNOS SERÃO BOLSISTAS, OBRIGANDO-SE A TEMPO INTEGRAL NO CURSO. É PREVISTO O PREENCHIMENTO MÁXIMO DE VINTE (20) VAGAS.

OS CANDIDATOS À INSCRIÇÃO NO CURSO DEVERÃO SER PÓS-GRADUADOS (BACHARÉIS OU LICENCIADOS) DAS SEÇÕES DAS FACULDADES DE FILOSOFIA OU ESCOLAS DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA, EM CUJO CURRÍCULO TENHA SIDO MINISTRADA UMA DISCIPLINA ANTROPOLÓGICA OU SOCIOLÓGICA (EXEMPLOS: SEÇÕES DE CIÊNCIAS SOCIAIS, DE HISTÓRIA, DE GEOGRAFIA). OS CANDIDATOS NÃO DEVERÃO TER MAIS DE 35 ANOS, NEM PODERÃO TER MAIS DE 5 ANOS DE FORMADOS, SALVO EM CASOS EXCEPCIONAIS QUANDO O CANDIDATO JÁ ESTIVER TRABALHANDO NO CAMPO DA ANTROPOLOGIA CULTURAL, NUMA INSTITUIÇÃO CIENTÍFICA, E QUE POR ESTA SEJA RECOMENDADO AO CURSO.

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES PODERÃO SER SOLICITADAS À DIREÇÃO DE PROGRAMAS DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (AV. ALMIRANTE BARROSO, 72, 11º ANDAR, SALA 1107, RIO DE JANEIRO) OU À DIVISÃO DE ANTROPOLOGIA DO MUSEU NACIONAL (QUINTA DA BOAVISTA, SÃO CRISTÓVÃO, RIO DE JANEIRO).

2. INDICAÇÕES SOBRE CONFERÊNCIAS, CONGRESSOS, SEMINÁRIOS, ETC.

NACIONAIS -

- ① - XIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROMOVIDA PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO
LOCAL: SÃO PAULO
DATA: DEZEMBRO DE 1960
- ② - ENCONTRO REGIONAL DOS EDUCADORES BRASILEIROS
LOCAL: RIO DE JANEIRO (ESTADO DA GUANABARA)
DATA: 4 A 5 DE JANEIRO DE 1961
- 3 - II CONGRESSO NACIONAL DE DIREITO, PATROCINADO PELA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS, DESTINADO A ESTUDAR QUESTÕES JURÍDICAS DE RELÉVO E DE INTERESSE PARA ESSA ESPECIALIDADE NO BRASIL.
LOCAL: MINAS GERAIS
DATA: 1961
- 4 - III SIMPÓSIO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL PROMOVIDO PELA DIRETORIA DO ENSINO SECUNDÁRIO, ATRAVÉS DA CADES.
TEMA: "A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E SUAS RELAÇÕES DENTRO DO GRUPO EDUCATIVO"
LOCAL: RECIFE (PERNAMBUCO)
DATA: 9 A 13 DE JANEIRO DE 1961.

- 5 - I SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR, PROMOVIDO PELA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. SERÃO DISCUTIDOS PROBLEMAS RELATIVOS À ORIENTAÇÃO DA CADEIRA E ESTABELECIMENTO DE UM INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.
LOCAL: SÃO PAULO (CAPITAL)
DATA: 14 QUINZENA DE JANEIRO DE 1961

INTERNACIONAIS :

- 1 - X CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL
LOCAL: ROMA (ITÁLIA)
DATA: 4 A 15 DE JANEIRO DE 1961 (+)
- 2 - X CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL
LOCAL: ROMA (ITÁLIA)
DATA: 5 A 7 DE JANEIRO DE 1961 (+)
- 3 - ASSEMBLÉIA GERAL DA JUVENTUDE UNIVERSAL
LOCAL: PARIS (FRANÇA)
DATA: JANEIRO - MAIO DE 1961 (+)
- 4 - CONFERÊNCIA DOS POVOS AFRICANOS (III REUNIÃO PLENÁRIA)
LOCAL: CAIRO (EGITO)
DATA: JANEIRO DE 1961 (+)

- (+) ASSOCIATIONS INTERNATIONALES
LA REVUE MENSUELLE DES ORGANIZATIONS ET REUNIONS INTERNATIONALES.
12 ANO - SETEMBRO DE 1960 - Nº 9.

* * *

O QUE AS REVISTAS PUBLICAM

ESCOLAS DE ALFABETIZAÇÃO EM SÃO PAULO

O BOLETIM EDUCAÇÃO DE ADULTOS (ÓRGÃO DA CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS E ADOLESCENTES, DO MEC) EM SEU NÚMERO 9, PUBLICA UM TRABALHO DA PROFª NOEMY DA SILVEIRA RUDOLFER SOBRE "PSICO-PEDAGOGIA DO ADOLESCENTE E DO ADULTO ANALFABETO", EXAMINANDO AS DIFERENÇAS RELATIVAS À NATURALIDADE E NACIONALIDADE DOS ALUNOS. QUANTO AOS CURSOS NOTURNOS DE SÃO PAULO, NOTA QUE HÁ PREDOMINÂNCIA DE BRASILEIROS, COM APENAS 5% DE ESTRANGEIROS. AINDA COM RELAÇÃO AOS CURSOS DE ALFABETIZAÇÃO DE SÃO PAULO, OBSERVA QUE O MAIOR CONTINGENTE ESTRANGEIRO É DE PORTUGAL, COM 57%, SEGUINDO-SE A ESPANHA, COM 15% E A ITÁLIA, COM 6%. É MAIOR O NÚMERO DE MULHERES NESES CURSOS: 64% SOBRE O NÚMERO DE HOMENS QUE É APENAS DE 36%. AS PROFISSÕES PREDOMINANTES NOS HOMENS SÃO DE ARTÍFICE E INDUSTRIÁRIO, ENQUANTO NO ELEMENTO FEMININO AS MAIS FREQUENTES SÃO AS DE DOMÉSTICA E TAMBÉM INDUSTRIÁRIA.

EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS BRASILEIROS NA HOLANDA

INAUGUROU-SE EM ULTRECHT, HOLANDA, SOB OS AUSPÍCIOS DO INSTITUTO NEERLANDÊS DE RELAÇÕES CULTURAIS INTERNACIONAIS E DO CENTRO LOCAL DA UNESCO, UMA EXPOSIÇÃO DE DESENHOS DE AUTORIA DE CRIANÇAS BRASILEIRAS, INCLUINDO TRABALHOS DA "ESCOLA DE LINHA DE ARTE DO RIO DE JANEIRO". FIGURARAM NA EXPOSIÇÃO DUAS COLEÇÕES DE DESENHOS, TAMBÉM ORIUNDOS DO BRASIL: UMA DE ALUNOS DA "ESCOLA HOLANDA", DA ILHA DO GOVERNADOR E OUTRA DE TRABALHOS FEITOS POR FILHOS DE ÍNDIOS CARAJÁS, DA ILHA DE BANANAL. O ATO INAUGURAL MERECEU PALAVRAS DE LOUVORES DO SR. W. VAN AREND, SECRETÁRIO DA UNESCO (NOTA NO BOLETIM EDUCAÇÃO DE ADULTOS, Nº 9).

*

*

ESTATÍSTICA SOBRE OS CURSOS DE ENGENHARIA

O BOLETIM CAPES, DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, PUBLICA EM SEU Nº 93 UMA ESTATÍSTICA SOBRE OS CURSOS DE ENGENHARIA. VERIFICA-SE, POR ESSA ESTATÍSTICA, QUE, EM 1959, FORAM MATRICULADOS 10.696 UNIVERSITÁRIOS NOS DIVERSOS CURSOS DE ENGENHEIROS, REPRESENTANDO, PORTANTO, 12,2% DOS ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR. FORAM OS SEQUINTE OS ESTADOS QUE MAIS CONCORRERAM PARA OS CURSOS DE ENGENHARIA: SÃO PAULO - 2.664; GUANABARA - 2.548; MINAS GERAIS - 1.728; RIO GRANDE DO SUL - 828; PERNAMBUCO - 780. QUANTO ÀS ESPECIALIZAÇÕES, A ESTATÍSTICA PUBLICADA NO MEC DÁ O SEQUINTE RESULTADO: EM ENGENHEIROS CIVIS - 6.113; ENGENHEIROS DE AERONÁUTICA - 371; MINAS E METALURGIA - 187; MINAS - 16; CIVIS E ELETRÔNICOS - 431; INDUSTRIAIS - 81; PETRÓLEO - 106; ELETRICISTAS - 876; GEÓLOGOS - 237; MECÂNICOS - 829; QUÍMICOS - 480; QUÍMICOS INDUSTRIAIS - 15, ALÉM DE OUTRAS ESPECIALIDADES MENOS CONCORRIDAS. DEPOIS DISTO, O MESMO ÓRGÃO FAZ A SEQUINTE OBSERVAÇÃO: "DE ACÔRDO COM OS DADOS ESTATÍSTICOS APRESENTADOS, EM RECENTE PUBLICAÇÃO, PELO SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA, PERCEBE-SE O ESTACIONAMENTO DO CURSO DE ENGENHEIROS CIVIS, AO MESMO TEMPO EM QUE SE NOTA A ELEVÇÃO PRONUNCIADA DOS CURSOS ESPECIALIZADOS, COMO UMA DECORRÊNCIA DA PROCURA ESTIMULADORA POR PARTE DAS NOVAS INDÚSTRIAS E DAS QUE SE ESTÃO AMPLIANDO E APERFEIÇOANDO".

UMA COMUNIDADE PARAIBANA ATRAVÉS DO CINEMA

SEGUNDO NOTICIOU O BOLETIM MENSAL DO CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DO RECIFE, EXIBIU-SE NAQUELA CAPITAL UM FILME SOBRE A COMUNIDADE DE ORIGEM NEGRA QUE SE FIXOU NA SERRA DO TELHADO, EM SANTA LUZIA DO SBUGUI, NA PARAIBA, INTITULADO "ARUANDA". A INICIATIVA É DO INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS JUNTO À EMPRESA CINEMATOGRAFICA "SÃO LUIZ". O CINEMA ESTÁ SENDO MUITO UTILIZADO, ATUALMENTE, E COM BASTANTE PROVEITO, PARA FIXAR ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS E SOCIAIS, PERMITINDO A OBJETIVAÇÃO DE ASSUNTOS CONCERNENTES A CERTAS REGIÕES, ONDE AINDA SUBSISTEM INFLUÊNCIAS REMOITAS DA CULTURA AFRICANA OU DE OUTRAS CULTURAS.

FORMAÇÃO CLÁSSICA

A REVISTA KRITERION (ÓRGÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA DE MINAS GERAIS), Nº 51-52, DE 1960, PUBLICA LONGO ARTIGO DO PROF. ANTONIO PINTO DE CARVALHO SOBRE "O VALOR FORMATIVO DOS CLÁSSICOS", FAZENDO APRECIÇÕES SOBRE O ENSINO DO LATIM NO ENSINO SECUNDÁRIO, BEM COMO O DE OUTRAS DISCIPLINAS CLÁSSICAS. O AUTOR CONFRONTA AS OPINIÕES PRÓ E CONTRA O ENSINO CLÁSSICO, COMEÇANDO POR LEIBNIZ, CITA BERGSON E MENDEZ PELAYO, MOSTRANDO QUE OS PEDAGOGOS ESTÃO DIVIDIDOS QUANTO À NECESSIDADE

ANEXO 08

MEC - INEP



CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

BOLETIM INFORMATIVO

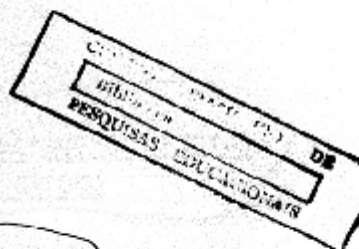
NÚMERO 81

MÊS abril
1964

SUMÁRIO.....

Nôvo Governo da República	
Vª Reunião do Comitê Consultivo Intergovernamental do Projeto Principal da Unesco	1
Conselho Federal de Educação	2
Bureau Internacional de Educação ..	8
CRPE - Recife	16
CRPE - Minas Gerais	17
Visita do Vice-Reitor da Universidade de Wales - Inglaterra	18
Visita de Professôras Argentinas ..	18
Educação e Pesquisa na Inglaterra ; em 1964	19
CBPE - D D I P	23

RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 107 • RIO DE JANEIRO • BRASIL



NOVO GOVERNO DA REPUBLICA

Em face dos recentes acontecimentos políticos e militares, assumiu a Presidência da República o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Paschoal Ranieri Mazzilli.

Assumiram as respectivas Pastas os seguintes Ministros:

Guerra	- General Arthur Costa e Silva
Marinha	- Almirante Augusto Rademaker
Aeronáutica	- Brigadeiro Francisco Correia de Mello
Justiça	- Prof. Gama e Silva
Pazenda	- Sr. Otávio Gouveia de Bulhões
Trabalho	- Sr. Arnaldo Sussekind
Exterior	- Embaixador Vasco Leitão da Cunha

Cumulativamente, estes mesmos titulares assumiram as Pastas de Minas e Energia, Viação, Educação, Indústria e Comércio, Agricultura e Saúde.

* * *

Vª REUNIÃO DO COMITÊ CONSULTIVO INTERGOVERNAMENTAL
DO PROJETO PRINCIPAL DA UNESCO

Reuniu-se em Brasília, de 3 a 6 de março, a Vª Reunião do Comitê Consultivo Intergovernamental do Projeto Principal da Unesco. Representaram-se 22 países, conforme noticiário em número anterior.

O presidente da Reunião foi o Professor Anísio Teixeira, chefe da delegação brasileira, que ao instalá-la pronunciou o seguinte discurso:

"Cabe-me a honra de dirigir aos Delegados das Nações amigas deste Continente a saudação cordial do Governo Brasileiro e os votos mais afetuosos de boas vindas. O Brasil, muito particularmente, se alegrou ao ver-se escolhido para sede desta reunião da Unesco, cujos esforços pela mobilização da América Latina para completar a obra da educação elementar compulsória constituem motivos de nosso profundo reconhecimento.

Muitos talvez dos que hoje aqui se acham entre nós ainda se recordam do calor com que René Maheu, Diretor-Geral da Unesco, julgou do seu dever dirigir, há alguns anos, na reunião conjunta, em Lima, da Organização dos Estados Americanos e da Unesco, aquela tocante advertência às elites latinoamericanas com que a todos comoveu. Advertiu-nos de que não poderíamos, sem preigo para a própria segurança de nossos países, retardar mais o cumprimento do primeiro dos deveres políticos, ou seja, o da integração social dos nossos povos em um sistema de educação que a todos unisse numa consciência comum da cultura nacional.

Vários anos já decorreram desde que se pronunciou essa advertência histórica e aqui hoje nos encontramos, novamente reunidos, ainda em torno desse problema, sob a mesma liderança da Unesco, para refletirmos mais uma vez sobre a gravidade de nossa situação. Os fatos, os duros fatos nada mais fizeram do que confirmar a advertência lúcida do diretor-geral da Unesco.

O estado de transição e de crise apenas esboçado por ocasião da reunião de Lima agravou-se em todos os nossos países, salvo aqueles poucos que conseguiram levar o esforço escolar de suas Nações até os limites da educação universal compulsória, e hoje nos debatemos nas convulsões da explosão de expectativas, que então se previa, e que hoje nos ameaça de subversão, por faltar-lhe o controle e a direção que somente a consciência educada, ou seja, reflexiva, pode dar-nos.

2.

Muito aprendemos no curso destes anos para compreendermos a eloquência profética de René Maheu e despertarmos. Sob essa inspiração, a Unesco levantou a situação educacional de todos os países do mundo. Estudos econômicos e sociais, fundados em fatos e números, interpretados com lucidez e imaginação, iluminaram a consciência de nossos povos e todos hoje nos deparamos entregues a esforços de planejamento e de organização que nem sequer antes prevíamos. A nossa reunião vem proceder a uma avaliação de todo esse esforço e ajudar-nos a incrementá-lo. A Unesco aqui está presente como a grande força catalítica de toda essa fecunda fermentação.

O Governo de meu País, pelo seu Presidente e pelo seu Ministro da Educação, impossibilitados de aqui estar presentes, pediu-me para transmitir aos altos funcionários da Unesco, organização promotora desta reunião, e aos Delegados dos países da América, que acorreram ao seu chamado, a segurança de sua mais estreita cooperação e a saudação mais reconhecida.

Vai a Unesco ajudar-nos a pensar, a pesquisar e a descobrir, por meio do diálogo entre as Nações do Continente, as soluções para o nosso grande problema comum da educação primária, base e chave para o próprio problema de desenvolvimento nacional. Os votos do Governo Brasileiro são, neste momento, os mais calorosos para a eficácia de nossa reunião, que ficamos a dever à liderança esclarecida e ao sentimento de missão que tão alto caracterizam a Organização para a educação, a ciência e a cultura das Nações Unidas".

* * *

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

NOVOS MEMBROS DO C.F.E.

Em decreto na pasta da Educação, o Presidente da República nomeou para um mandato de seis anos os seguintes membros do Conselho Federal de Educação:

Deolindo Couto
Valmir Cavalcanti Chagas
Celso Ferreira da Cunha
José Borges dos Santos
Rubens Naciel
Duarte Pacheco
Durmeval Triunfiro Mendes

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DA FACULDADE DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE SANTA CRUZ DO SUL, R.G.S.

Parecer nº 19/64, da Câmara do
Ensino Superior.

A Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul, R.G. do Sul, requer autorização para funcionamento da Faculdade com respectivo curso de Ciências Contábeis daquela cidade. A verificação das condições do novo estabelecimento esteve a cargo da Diretoria do Ensino Superior, que para tanto designou o professor Albino Mathias Steinstrasser, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul. O competente relatório conclui favoravelmente ao pedido, considerando a "predominância dos aspectos positivos sobre os negativos" apurados na verificação.

Aspecto Institucional

A Faculdade tem como instituição mantenedora a "Associação Pró-Ensino em Santa Cruz", cujo Estatuto foi publicado no Diário Oficial do Estado (fls. 9 do processo) e registrado no cartório próprio daquela cidade (fls. 10). Satisfazida está, portanto, a exigência do art. 85 da Lei de Diretrizes e Bases, consignada no art. 4º da Portaria nº 4/63 deste Conselho.

Edifício e Instalações

A Faculdade funcionará no prédio do Ginásio Santa Cruz, localizado no centro da cidade, com 12 salas de aula, dependências de administração, biblioteca e auditório com 850 poltronas, bem como instalações de serviço e higiene. Esse prédio foi cedido à APESC pela União Sul-Brasileira de Educação e Ensino, mediante convênio (fls. 38), durante o prazo de cinco anos.

As aulas e demais atividades do Curso de Ciências Contábeis se desenvolverão, assim, em horário noturno, já que durante o dia está o edifício ocupado pelo Ginásio. Seja como for, atendeu-se à exigência constante do art. 5º, § 1º, da Portaria nº 4/63.

Biblioteca

Há escassa menção, no processo, à existência de uma biblioteca especializada. A de que dispõe a Faculdade, ao que parece, é mesmo a do próprio Ginásio, "com um acervo de 5.000 volumes" em que se compreendem "obras didáticas, dicionário e revistas pedagógicas nacionais e estrangeiras". Com destinação expressa para o curso, conforme salienta o relatório de verificação (fls. 254), existe apenas "um número relativo de obras especializadas... adquiridas recentemente".

Capacidade Financeira

O patrimônio líquido da entidade mantenedora somava, em 2 de julho de 1963, a importância de Cr\$5.650.927,50, "representada principalmente por apólices de emissão do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Cr\$4.136.000,00) e depósitos bancários (Cr\$1.123.240,90)", segundo o relatório do verificador, que atesta "uma situação financeira favorável, havendo na localidade "condições positivas para obter contribuições de empresas e entidades públicas e privadas capazes de eliminar qualquer constrangimento financeiro".

Condições, Localidade e Oportunidades do Curso

Santa Cruz do Sul figura hoje entre as mais importantes cidades do Rio Grande do Sul. É cabeça de uma região que abrange 16 municípios com uma população de 570.000 habitantes. Conta com número avultado de empresas industriais e comerciais, sendo particularmente importante o seu parque manufatureiro, que compreende desde as grandes indústrias de tabaco (famosas em todo o país), artigos de borracha, couros, etc. onde trabalham centenas de operários, até o seu rico e variado artesanato. Dispõe de 149 escolas primárias, com 11.138 alunos, e seis estabelecimentos de grau médio, com 1.685 estudantes, funcionando ali uma delegacia estadual de ensino. É sede de bispado e comarca de 3ª entrância como Pelotas, Rio Grande, Bagé, Uruguaiana, Santa Maria, Ijuí, Santo Angelo, Caxias do Sul, etc.

Mas ao contrário dessas grandes cidades gaúchas, que de há muito já possuem estabelecimentos de ensino superior e mesmo universidades (vg. Sta. Maria, Pelotas), o Curso de Ciências Contábeis que ora se pleiteia será o primeiro a funcionar em Santa Cruz do Sul. A rigor, a sua criação significa, de certo modo, o restabelecimento de um curso de Contador que ali funcionou de 1934 a 1945 e, pelo decreto lei 7988/45, foi equiparado, como outros então existentes no País, ao de Ciências Contábeis.

5.

A capacidade local para alçar-se ao ensino de terceiro grau é, pois, evidente. O que se poderia discutir seria talvez, em que pese à tradição contábil do meio, o acerto do próprio curso escolhido; mas deixamos de lado esse ângulo do problema, considerando inclusive a observação do verificador, para quem a solução encontrada já parece melhor que a fundação de mais uma Faculdade de Ciências Econômicas, por exemplo, e significa uma primeira correção da tendência dominante no Rio Grande do Sul, onde é muito alto o número de aquelas escolas, começando mesmo a saturar o mercado de trabalho para os respectivos profissionais.

Corpo Docente

O corpo docente proposto para o curso compreende 17 professores, todos residentes na cidade, cujos títulos e experiência passaremos a comentar em relação com as disciplinas de que deverão encarregar-se:

1. Alfredo Zimmer - Economia, Direito Tributário. Bacharel em Direito; curso de extensão universitária sobre Geografia. Promotor de Justiça, Juiz de Direito. Professor do ensino médio de História e Prática Jurídica e Comercial. Trabalhos publicados sobre Direito. Pode ser aceite para Direito Tributário; não, porém, para Economia - o que não prejudica o pedido de autorização, porquanto há outro professor indicado para essa disciplina.
2. Milton Mandelli - Complementos de Matemática. Engenheiro Civil; curso sobre produtividade, TPI e Relações Humanas, no SENAI. Professor de Matemática e Ciências no SENAI. Atividades profissionais. Nada a opor.
3. Enio Antenor Wild - Contabilidade Geral. Diplomado em Ciências Econômicas; técnico em Contabilidade, Bancário, comerciário. Participou de Seminário sobre simplificação do Trabalho, promovido pelo SENAI. Nada a opor.
4. Gibran Behlis - Instituições de Direito Público. Bacharel em Direito. Professor do Ensino Médio de História e Legislação Trabalhista (SENAI). Aprovado em concurso para Inspetor do Ensino Secundário. Promotor de Justiça, por Concurso. Nada a opor.
5. Pe. Benno Deimling - Doutrina Social Cristã. Curso superior de Filosofia e Teologia no ex-Seminário Central de São Leopoldo; especialização em Sociologia Pastoral e no "Centrum Internationale pro Societati Institutioni Cleri", de Roma. Nada a opor.
6. Raul Alcides Waechter - Estatística, Contabilidade Pública. Diplomado em Ciências Econômicas. Curso técnico de

Contabilidade. Professor de Estatística e Matemática em cursos técnicos de nível médio. Atividades profissionais no campo da Estatística. Nada a opor.

7. Arthur Germano Pott - Instituições de Direito Civil e Comercial. Bacharel em Direito, ex-juiz de Direito. Nada a opor.
8. Arnyllo Borba Frantz - Técnica Comercial. Diplomado em Direito e Ciências Contábeis. Fiscal estadual de impostos, admitido por concurso. Atividades profissionais relacionadas com a especialidade. Nada a opor.
9. Clóvis Luiz Baumhardt - Ciências da Administração, Economia. Diplomado em Ciências Econômicas; cursos de extensão promovidos pela Faculdade de Ciências Econômicas do R.G.S. e pelo SINAI. Professor de Economia em Escola Técnica de Comércio. Nada a opor.
10. Arno Willy Schmidt - Instituições de Direito Social. Bacharel em Direito; juiz e Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Santa Cruz do Sul. Atividades profissionais no campo de Direito Social. Nada a opor.
11. Bruno Guilherme Muller - Contabilidade de Custos. Diplomado em Ciências Contábeis. Atividades profissionais. Trabalhos relacionados com a especialidade. Nada a opor.
12. Nestor José Keercher - Contabilidade Comercial de Empresas Diversas. Diplomado em Ciências Contábeis e Atuariais; curso técnico de Contabilidade. Magistério de nível médio. Atividades profissionais. Nada a opor.
13. Paulo Jorge Backes - Auditoria e Análise de Balanços. Bacharel em Ciências Econômicas e Ciências Contábeis; curso de aperfeiçoamento em Contabilidade de Custos, promovido pelo Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre; Exercício de magistério em cursos técnicos de comércio. Atividades profissionais. Nada a opor.
14. Leopoldo Morsch - Organização e Contabilidade Bancária. Bacharel em Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. Cursos de extensão universitária. Exercício de magistério, na especialidade, em cursos técnicos de Comércio. Atividades profissionais. Nada a opor.
15. Ralph Harry Bartholomy - Prática de Processo Civil e Comercial. Bacharel em Direito. Atividades profissionais. Nada a opor.

7.

Regimento

O projeto de Regimento da escola atende a todas as exigências da Lei de Diretrizes e Bases e deste Conselho, podendo ser aprovado.

Conclusão

Em face do exposto, somos de parecer que se conceda autorização para funcionamento da Faculdade de Ciências Contábeis de Santa Cruz do Sul, R.G.S., fixando-se em cinquenta - (50) o número de vagas para a primeira série nos termos do pedido.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 1964.

(a) A. Almeida Júnior, Presidente
Valnir Chagas, relator;
Clóvis Salgado,
Péricles M. de Pinho,
+ Hélder Câmara,
Alceu Amoroso Lima,
Newton Sucupira,
José Barreto Filho

* * *

BUREAU INTERNACIONAL DE EDUCACIÓN

RECOMENDACIÓN Nº 57

XXVIª CONFERENCIA INTERNACIONAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Carência de Professores Primários

A Conferência Internacional de Instrução Pública, reunida em Genebra por convocação da UNESCO, em sua 26ª Sessão, de 1º de julho de 1963, adotou a 12 de julho de 1963 a seguinte Recomendação:

A Conferência, considerando

que a falta de professores primários e a crise de recrutamento que dela resulta se fazem sentir na maioria dos países,

que esta carência não somente constitui um obstáculo ao desenvolvimento quantitativo da escola também afeta perigosamente a qualidade do ensino,

que a crise de recrutamento para o nível de ensino primário acarreta graves consequências a todos os países e principalmente àqueles que ainda não atingiram o período da escolaridade obrigatória,

que na maioria dos países em pleno desenvolvimento, os professores primários desempenharão tarefas importantes no que concerne à expansão das comunidades situadas em zonas rurais,

que urge analisar a fundo as causas diversas e as características da falta de mestres nos países em que isto ocorre,

o grau das necessidades educativas e o desenvolvimento contínuo dos efetivos escolares que se manifestam em todos os países do mundo,

que, entre as medidas a tomar na luta contra a carência de professores primários, convém dar prioridade às que apresentam menos falhas do ponto-de-vista da qualidade do ensino,

Recomendações anteriores, principalmente as de nºs 36, 37 e 55 adotadas nas 16ª e 25ª Sessões e relativas respectivamente à formação do professor primário, situação desse pessoal docente e o aperfeiçoamento dos mestres em exercício,

que a despeito de aspirações semelhantes, países diferentes devem contribuir de maneiras diversas para a solução do problema em questão,

submete aos ministérios de instrução pública dos diferentes países a seguinte recomendação:

Estudo das causas

1. As medidas tomadas para remediar a falta de professores primários devem se basear em dados objetivos resultantes de pesquisas e estudos científicos consagrados às causas econômicas, sociais e culturais que determinam essa necessidade e também as vantagens e inconvenientes ligados a cada solução, particularmente no que concerne à utilidade prática e oportunidade dessas medidas.
2. Nos países onde esta carência é geral, e sobretudo naqueles em que isto constitui grave ameaça ao desenvolvimento e à eficácia do ensino de 1º grau, é indispensável proceder a estudos desse gênero usando a contribuição dos órgãos interessados.
3. Nos países que dispõem de um ou mais órgãos encarregados do planejamento do ensino, são esses departamentos os mais indicados para empreender ou pôr em execução tais estudos visando a aplicação das medidas que se impõem.
4. Dada a complexidade do problema, os estudos sobre a natureza e evolução da necessidade de professores primários não se limitarão a pesquisa das causas de ordem puramente escolar mas considerarão outros fatores que possam ser igualmente originários dessa carência.
5. Além disso, deve-se procurar definir o caráter permanente ou passageiro de cada uma das causas assim apuradas, relações porventura existentes entre elas e o sentido provável de sua evolução: tendência a se agravarem, a se estabilizarem ou a se extinguírem.

6. A situação demográfica constitui um dos pontos essenciais em que se deve apoiar qualquer estudo prévio sobre o problema; assim, convém avaliar até que ponto a crise de recrutamento está ligada ao índice de natalidade e aos movimentos da população e enfrentar as consequências da evolução demográfica ulterior.

7. Nos países em que o princípio da escolaridade obrigatória não é integralmente aplicado, tais estudos deverão de terminar em que grau esta carência pode impedir ou retardar a realização dessa medida.

8. Quanto aos países em que o prolongamento da escolaridade obrigatória constitui uma das causas determinantes da carência de professores primários, devem eles empreender a análise das necessidades de professores.

9. As condições de vida dos professores e sua remuneração são muitas vezes insuficientes e com frequência consideradas uma das causas principais da falta de mestres; assim, deve-se iniciar o mais cedo possível estudos que permitam comparar a situação de professores primários com a de membros de outras profissões que tenham qualificações e responsabilidades equivalentes.

10. A carência de mestres pode ser notada de maneira de sinal em um mesmo país, devendo ser encarado o estudo de sua distribuição seja por regiões ou por zonas, urbanas ou rurais, e mesmo no interior de cada uma dessas zonas; além disso convém determinar se esta carência é de maior ou menor incidência em relação ao elemento masculino ou feminino.

11. Cabe investigar outros casos que, sem se enquadrarem de modo geral nos itens enumerados, possam desempenhar papel importante na crise de recrutamento por que passam certos países, tais como o prolongamento da duração dos estudos dos candidatos ao magistério, a diminuição do efetivo das classes, redução das horas de serviço, o desejo de seguir cursos superiores, a transferência de professores primários para outras funções, outros graus ou tipos de ensino e também outras ocupações.

Medidas Destinadas a Melhorar a Situação dos Mestres

12. Enquanto os professores primários de alguns países não conhecem as condições de vida à altura de suas qualificações e responsabilidades, será necessário atender às dificuldades de recrutamento ou de desinteresse pelo magistério; também, dentre as medidas propostas convém garantir que a situação material seja pelo menos tão boa quanto a dos membros da comunidade que tenham a mesma formação e responsabilidades equivalentes.

13. A melhoria da situação material dos professores se justifica aos olhos dos responsáveis pelo financiamento da educação para as quais a afluência escolar constitui, de agora em diante, elemento fundamental intimamente ligado ao desenvolvimento econômico e social dos povos.

14. É indispensável que todos os países estabeleçam normas relativas às condições econômicas, sociais e profissionais do pessoal docente, contribuindo assim para o reconhecimento do valor dos professores primários perante a coletividade.

15. Além disso, em toda parte onde esse regulamento e as condições de previdência social (seguro médico, seguro de vida, condições de aposentadoria, etc.) realçam a situação das favorecidas do pessoal docente em relação a outras categorias de serviços públicos, convém extinguir, na medida do possível, essa desigualdade prejudicial.

16. Nos países em que a carência de professores primários é mais acentuada no meio rural ou regiões isoladas, deve-se oferecer aos professores rurais vantagens compensadoras: abonos especiais, limitação da permanência nas regiões isoladas ou insalubres, facilidades de moradia e abastecimento, gratuidade de meios de transporte, de serviços de assistência médica para a família, facilidade de internato e educação para os filhos, autorização de cultivar parte do terreno pertencente à escola, etc.

Medidas Para Facilitar a Formação de Mestres

17. Manter o equilíbrio entre as necessidades atuais e futuras quanto ao número de professores e as possibilidades de garantir a formação regular deve ser preocupação constante das autoridades escolares; principalmente nos países em que a carência de mestros é consequência da introdução, generalização e o prolongamento da escolaridade obrigatória, convém iniciar estabelecimentos de formação indispensáveis ao reforço de pessoal qualificado que será necessário no futuro.

18. Essa falta se fazendo sentir, na maioria das vezes, em zonas rurais, é preferível que se criem estabelecimentos de formação nessas regiões, devendo seus programas considerar as características do meio sem, entretanto, serem inferiores em dimensões e qualidade, aos estabelecimentos situados em áreas urbanas; onde não houver a possibilidade de se criarem tais estabelecimentos, constituir-se-iam equipes móveis de inspetores escolares para facilitar a formação e o aperfeiçoamento dos mestres rurais ou daqueles em exercício nas áreas de difícil acesso.

19. Onde o magistério não atraia número suficiente de candidatos, devem as autoridades responsáveis pelo recrutamento de alunos-mestres, as associações profissionais e os próprios mestres, organizar campanhas que tornem mais conhecidas as características da profissão. Pode-se recorrer a difusão de publicações, palestras, conferências, artigos na imprensa, emissões radiofônicas e de televisão, visitas a escolas e, mesmo, curtos períodos de estágio para os futuros mestres, com a colaboração eventual de serviços de orientação profissional.

20. Convém seguir com interesse as experiências feitas em alguns países visando facilitar aos trabalhadores e empregados o acesso a estudos pedagógicos, quer em escolas normais noturnas, centros de formação funcionando com horário apropriado, cursos por correspondência ou rádio, exercícios práticos, estágios, seminários, demonstrações; todas as facilidades devem estar ajustadas pelas companhias empregadoras, com a colaboração eventual das autoridades escolares a esta categoria de candidatos ao ensino primário.

21. Bom meio de favorecer o recrutamento de candidatos ao ensino primário seria a concessão de ajuda material aos alunos-mestres: gratuidade de estudos e material, bolsas, redução de preços ou gratuidade para internato, abono a fim de compensar a falta de rendimentos.

Medidas Urgentes para a Formação Mais Rápida, Aperfeiçoamento e Recrutamento de Professores

22. Apesar das lacunas evidentes que apresenta, a formação acelerada ou de urgência deve ser adotada em alguns países como solução provisória até que se completem os quadros; é preciso ainda encorajar os professores assim formados a completarem sua preparação ulteriormente.

23. Na medida do possível, as condições de admissão de candidatos à formação de urgência não devem ser inferiores às requeridas para os estabelecimentos de regime normal.

24. E pelo período de estudos que a formação dita de urgência pode diferir dos estudos pedagógicos de tipo corrente, convindo diminuir a duração prevista o menos possível.

25. Atenção especial deve ser dada à elaboração do plano de estudos e de programas de cursos acelerados; escolha rigorosa de matérias e de seu conteúdo permitirá eliminar os conhecimentos considerados secundários conservando apenas o essencial do que deve conferir valor a esta preparação intensiva; dadas as dificuldades inerentes a esta espécie de prepara

ção, convém que ela seja confiada a professores particularmente qualificados e experientes, tanto do ponto-de-vista cultural como didático.

26. Em muitos casos, as autoridades escolares foram obrigadas a recorrer a professores sem a menor preparação profissional; mas esta medida de exceção é apenas temporária, sobretudo em países que podem dispor de outros meios para sanar essa carência de professores.

27. Uma vez provada a necessidade absoluta de se recorrer a esse tipo de professores, cuidado especial deve ser tomado na escolha dos candidatos; é sempre indispensável que eles tenham, pelo menos, boa cultura geral e que se submetendo a prova de aptidões pedagógicas, sintam-se atraídos pelo ensino; os interessados deverão ter a possibilidade de se formar ou se aperfeiçoar no decorrer do exercício a fim de adquirir as qualificações necessárias e atingir o nível profissional requerido.

28. Para a formação de mestres ainda sem preparação profissional, as autoridades escolares devem escolher a fórmula que melhor convém a seu país: cursos regulares, cursos de férias, por correspondência, seminários, estágios, demonstrações, etc., todas as facilidades organizadas visando oferecer aos professores a oportunidade de aperfeiçoamento sem prejudicar, no entanto, o recrutamento regular de mestres.

29. Os professores que fizeram curso de formação de urgência de nível equiparado ao dos cursos regulares devem se beneficiar dos mesmos estatutos e salários dos mestres qualificados; os que não atingirem o mesmo nível dos cursos regulares mas que compensem suas deficiências em cursos de aperfeiçoamento, deverão ter os mesmos direitos; os mestres sem prévia formação profissional que, durante o seu exercício, frequentem com proveito os cursos de formação para eles organizados devem usufruir de estatutos e remuneração equivalentes aos de professores regulares qualificados.

Medidas Diversas

30. Desde que exista forte desequilíbrio entre as possibilidades de recrutamento de professores de ambos os sexos, medidas apropriadas (campanhas de propaganda, por exemplo) devem ser tomadas visando cessar esse inconveniente. Entre essas medidas figura a possibilidade de oferecer às professoras casadas o direito de continuar em seu posto ou retomá-lo se, por acaso, o abandonaram; convém permitir, se houver interesse, a transferência de um posto para outro mais próximo de sua residência ou do trabalho do marido.

31. O aproveitamento de mestres aposentados na medida em que seu estado de saúde e equilíbrio psicológico o permita, é uma das contribuições indicadas para a solução do problema; nos países carentes de professores em que a aposentadoria é dada relativamente cedo, deve-se procurar persuadir esses professores a continuarem no serviço ativo.

32. Algumas providências de organização escolar que contribuam para o melhor aproveitamento do pessoal disponível devem ser adotadas onde pareçam indicadas; reorganização da rede escolar, reagrupamento de pequenas escolas desde que os meios de transportes ou a criação de internatos o permita, criação de escolas de mestre único onde o efetivo escolar não exija a presença de dois ou três professores, adoção do ensino misto, desde que a presença de um professor e uma professora não se justifique.

33. Havendo extrema necessidade, deve-se dar aos professores primários especializados no ensino de uma só matéria os meios de completar sua formação para que possam transmitir conhecimentos gerais.

34. Para remediar a falta de professores deve-se buscar a aplicação de novos métodos do ensino que exijam menor número de professores do que os métodos tradicionais como, por exemplo, o sistema de monitores e instrução programada.

35. A exemplo de muitos países, os cursos noturnos para adultos devem ser confiados a professores de ensino primário mediante um abono especial que contribuirá para a melhoria de sua situação material sendo dada preferência aos professores primários em exercício.

36. Nos países em que exista a tendência de generalizar com rapidez a escolaridade primária, a necessidade de recorrer a medidas especiais como o aumento do número de alunos por classe ou por professor, a redução do horário de presença dos alunos na escola ou a adoção do sistema de classes alternadas, estas providências devem ser consideradas provisórias em face dos inconvenientes que daí possam resultar tanto para os alunos como para os professores.

Colaboração Internacional

37. Toda assistência técnica e financeira capaz de permitir a abertura de novos estabelecimentos de formação de professores primários constitui um dos mais eficazes meios no combate à falta de mestres, especialmente nos países em que a escolaridade obrigatória ainda não se realizou.

38. Convém que as organizações internacionais de educação como a Unesco possam continuar a experiência já tentada com sucesso nos países em desenvolvimento que lutem com o problema, colocando à sua disposição quando solicitados, técnicos e especialistas encarregados de estudar o assunto nos seus diversos aspectos e sugerir as providências a serem adotadas; a organização de cursos de aperfeiçoamento para mestres insuficientemente qualificados e produção de material didático adaptado às necessidades dos países considerados devem constar do programa de atividades a cargo desses especialistas, assim como colocar à disposição destes países uma documentação referente às experiências realizadas por outros.

39. A assistência técnica deve se empenhar sobretudo no aperfeiçoamento de professores e na fórmula capaz de dar, a cada um desses países em desenvolvimento, a solução para o provimento de suas próprias necessidades; apesar das vantagens inegáveis das trocas internacionais de professores nos casos em que se faça necessário o contrato de professores estrangeiros, esta medida deve ser acompanhada do desenvolvimento intensivo da formação dos professores nacionais a fim de evitar que o país dependa estritamente de assistência exterior.

Aplicação da Presente Recomendação

40. É necessário que o texto desta recomendação seja objeto de divulgação por parte dos ministérios de instrução pública, das autoridades escolares de nível de ensino mais diretamente interessadas, centros de documentação pedagógica, associações internacionais e nacionais de pais e mestres, etc.; a imprensa pedagógica oficial ou particular, deve desempenhar papel importante na difusão desta recomendação junto aos serviços interessados, pessoal administrativo e do ensino, e também junto ao grande público.

41. Nos países em que se julgue necessário, os ministérios de instrução pública são convidados a encarregar os órgãos competentes de proceder a diversos trabalhos, por exemplo:

- a) examinar a presente recomendação e comparar seu conteúdo com o estado de direito e de fato existente em seu país;
- b) considerar as vantagens e inconveniências da eventual aplicação de cada um dos artigos que ainda não estão em vigor;
- c) adaptar cada artigo à situação do país, caso sua aplicação seja julgada útil;

CENTRO BRASILEIRO DE
Bibliotecas

d) enfim, propor as disposições e medidas de ordem prática que assegurem a aplicação do artigo considerado.

41. Os centros regionais da Unesco são convidados a facilitar, com a colaboração dos ministérios interessados, e na medida de suas posses, o exame desta recomendação e sua adaptabilidade às características regionais.

* * *

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DO RECIFE

BOLETIM

O C.R.P.E. do Recife lançou há pouco mais dois números de seu Boletim, correspondendo a setembro-outubro-novembro-dezembro de 1963 e janeiro-fevereiro de 1964. O nº de 1963 traz uma síntese das atividades da DEPE e DEPS e, em seguida, um noticiário geral, como também a relação das publicações recebidas.

O volume correspondente a janeiro-fevereiro de 1964 publica, além das atividades da DEPE e da DEPS e de várias notícias do Centro, o movimento de bolsistas do Curso de Professores-Supervisores, cujos estágios, como acentua o Boletim, tiveram o seu "ponto culminante" nos trabalhos de campo, de acordo com as atividades que irão desenvolver em seus Estados. Os bolsistas pernambucos atingiram o total de 51. Houve também 6 bolsistas de Pernambuco.

* * *

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DE MINAS GERAIS

BOLETIM

Já está em circulação o nº 5 do Boletim do C.R.P.E. de Minas Gerais, com 208 páginas. Abre o volume um artigo de Abgar Renault, sobre o Prof. Mário Casasanta na Diretoria do Centro. Além de um longo estudo sobre admissões nas Universidades, do Prof. Frank Bowles, traduzido pelo Prof. Abgar Renault, com referência à França, o Boletim publica ainda outra tradução, de um artigo sobre "Currículo", de W. Ray Smittle. Seguem-se três artigos, bastante desenvolvidos: "Levantamento do Vocabulário Infantil, da Profª Gilka Fontoura Cardão", "Fatores na Formação de Atitudes Referentes à Matemática", do Journal of Educational Research, traduzido pelo Prof. Edgar Renault Coelho; "Classificação de Alunos Novatos na 1ª Série Primária em Minas Gerais", da Profª Elisa Ordones Franco de Oliveira.

O Boletim é impresso na própria Gráfica do Centro, em Belo Horizonte. No "Levantamento do Vocabulário Infantil", que vai da pág. 75 à 171, a Profª Gilka Fontoura Cardão apresenta o resultado de uma pesquisa realizada no Centro, entre 300 crianças dos Jardins de Infância do Instituto de Educação Delfim Moreira e Bueno Brandão, de Belo Horizonte, com o objetivo de encaminhar os educandos "para novas experiências reais". Disto decorreu a verificação dos seguintes dados: 1º período 48 a 60 meses de idade; 2º período - 60 a 72 meses; 3º período - 72 a 84 meses. Vem depois um vocabulário muito numeroso, correspondendo aos três períodos. A maior parte do volume é constituída de matéria de ordem técnica, oferecendo subsídios para várias pesquisas.

* * *

(18.)

VISITA DO VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE DE WALES - INGLATERRA

No dia 11 de março, visitou o C.B.P.E. o Vice-Reitor da Universidade de Wales, Dr. J.H. Parry, que atualmente percorre a América do Sul com estadas também no Uruguai, Argentina, Chile e Perú.

É uma observação em torno do Ensino Superior na América Latina e seu desenvolvimento. Visa o intercâmbio entre as universidades inglesas e da América do Sul, projetando-se trocas de professores e estudantes entre esses estabelecimentos.

O Prof. Parry percorreu o C.B.P.E. em companhia do Prof. Anísio Teixeira e o Sr. J. Cayton, representante do Conselho Britânico no Brasil, tendo depois almoçado no restaurante do Centro com os diretores do INEP, CAPES e C.B.P.E.

* * *

VISITA DE PROFESSORAS ARGENTINAS

Visitaram o C.B.P.E., durante o mês de março, as professoras Josefa del Carmen Dominguez e Maria del Carmen R. J. Mastropiero Tellechea, que se encontram no Brasil a fim de realizar estudos sobre o sistema educacional brasileiro.

Assessoradas pelos técnicos de educação Norma e Pery Pôrto, tiveram contato com os diversos setores do Centro, e também com outras instituições, como escolas experimentais, institutos de pesquisas, não só federais como estaduais e particulares. A viagem de observação tem por finalidade a fundação de um Centro de Educação e Pesquisas na Província de Tucumã, Argentina.

* * *

EDUCAÇÃO E PESQUISA NA INGLATERRA EM 1964

O Jornal "O Globo", desta cidade, publicou entrevista com Quintin Hogg, Ex-Lord Hailsham, atual Ministro da Ciência, da qual reproduzimos o seguinte trecho:

Londres, fevereiro — O Arquiteto da vitória dos conservadores nas últimas eleições inglesas foi um homem que já se chamou Lord Hailsham. Foi ele quem remodelou a filosofia dos "torics" e que, como presidente do Partido Conservador, lançou, nas últimas eleições, uma vigorosa campanha em que apresentou o programa do partido como "progressista" — tão progressista quanto o programa trabalhista, e mais prático.

Com uma maioria de cem votos no Parlamento, os conservadores asseguraram sua volta ao poder de maneira esmagadora. Muitos observadores tinham como certo que, após a renúncia de Harold Macmillan, o mesmo homem que garantira a maioria conservadora no Parlamento seria o novo primeiro-ministro. Lord Hailsham já renunciara a seu título e retornara à Câmara dos Comuns com o nome de Quintin Hogg. Contudo, na batalha pela liderança dos "torics" o vencedor foi Lord Home, agora Sir Alec Douglas-Home, que conquistou a preferência dos líderes do partido, receosos talvez da exuberância de Quintin Hogg e até mesmo de seu temperamento.

No Ministério da Ciência

Em fins de janeiro houve um acontecimento incomum na vida política inglesa: uma revelação sobre as manobras nos bastidores, feita por dois homens bem conhecidos. Um foi Randolph Churchill, jornalista, filho de Sir Winston, que publicou um livro intitulado "A Luta Pela Liderança Tory". O outro foi Iain Macleod, antigo membro do gabinete, que escreveu sua história para o "Spectator". Embora tenham contado muitas coisas, não completaram o quadro. "Uá, estou certo, muita coisa ainda que desconheço", declarou Randolph Churchill.

Pode-se dizer que pouca gente conhece o processo de nascimento de um novo líder — como Sir Alec agora o é. Mas

de uma coisa pode-se estar certo, sem nisso estar implícita uma diminuição das enormes qualidades do novo Primeiro-Ministro e de suas idéias sobre justiça social, aplicadas de maneira tranqüila: a maior personalidade do Partido Conservador é o homem que não conseguiu tornar-se Primeiro-Ministro (embora Macmillan o quisesse, mudando de idéia depois), Quintin Hogg. Hoje Ministro da Ciência, Hogg renunciou ao título de Lord Hailsham, embora fôsse o "Lord Presidente do Conselho".

Como Ministro da Ciência está preparando o caminho da nova geração inglesa. Na ocasião em que publicou seu livro "Ciência e Política", foi apresentado pelo editor como - "uma das mais vivas e discutidas personalidades da vida política atual, sendo escolhido, em 1959, para primeiro Ministro da Ciência na história da Inglaterra". Foi Lord Hailsham quem levantou o problema das relações entre a ciência e o Governo.

O Homem e a Tecnologia

Em seu livro, Quintin Hogg indicou o papel do Governo na era tecnológica. "Há muitos que não acompanham o ritmo em que vivemos". E isto não é uma verdade? Do lado de dentro, muitos não conseguem ver o crescimento da floresta. Nas quem está de fora pode observar muito bem. A cada ano a Inglaterra parece diferente e, graças à excelente qualidade do material humano de que dispõe, representa a mais alta expressão da era moderna. Não há discrepância entre a evolução do inglês médio e o desenvolvimento tecnológico. Ele participa do progresso e não se distancia das elites, ao contrário do que ocorre em muitos países. De tempos a tempos, sabemos que alguma coisa está errada em muitas sociedades do mundo: violência, assassinatos, extermínio e liquidação de homens e nações. Assemelha-se a um relâmpago na escuridão, revelando o primitivismo de uma imensa parte da população mundial nesta era de incalculável progresso, de computadores eletrônicos e de ensino superior.

Passei uma hora conversando com Quintin Hogg em seu gabinete no Ministério da Ciência, localizado em um daqueles velhos e cinzentos prédios de Whitehall, em frente à Abadia de Westminster e ao Big Ben, em todo o esplendor da história da Grã-Bretanha. Sentamo-nos em seu gabinete, ficando ele atrás de uma enorme escrivaninha, cheia de papéis, vestido à vontade num velho terno cinzento, parecendo mais um estudioso, um homem educado em Oxford (como, de resto, é). Começamos nossa entrevista falando sobre a era tecnológica e o papel nela reservado ao indivíduo. Disse eu que encontrava, na Inglaterra, menos discrepância entre a elite e o homem comum, significando isto que o país está preparado para a nova era.

Rápida Transformação

Quintin Hogg declarou-se satisfeito com a observação, acrescentando: "Creio que estamos todos preparados para esta era e que as transformações estão-se processando com bastante rapidez. Apesar disso, o homem as está acompanhando. Estamos convencidos de que a tecnologia está transformando a nossa vida e, gradualmente, influenciará o modo de vida das futuras gerações. Estamos mudando nossos métodos de trabalho e adquirimos uma espécie de filosofia sobre o papel dos melhoramentos tecnológicos através da distribuição de seus benefícios, com o objetivo de ajudar as pessoas a viver melhor. Mobilizamos a cooperação e contribuição dos melhores cientistas para a realização desse trabalho de planejamento. E acreditamos que a pesquisa no setor do petróleo, da eletrônica e da aviação está bem avançada. Um cidadão médio já pode observar o progresso realizado, mas os resultados a longo prazo só serão visíveis dentro de cinco a oito anos, talvez mais. O que se verá, por exemplo, mais no futuro que atualmente, é a utilização do progresso tecnológico na construção civil, possibilitando à população melhores condições habitacionais. Já se pode observar que estamos construindo rodovias e túneis, novas casas e fábricas. Mas o que temos em mente para o futuro é um vasto programa habitacional. Nossa política é a política do serviço. Uma coisa é a ciência na política e outra coisa é a política para a ciência. E nossa política é distribuir o mais amplamente possível o progresso da ciência, em benefício de todos".

E a entrevista prosseguiu, com as seguintes perguntas e respostas:

— Em sua opinião, qual o papel das elites?

— O papel das elites é facilitar ao povo o conhecimento dos fatos. E creio que você está certo; ao dizer que o povo inglês conhece bem os fatos de nossa era. O papel das elites não é apenas o de distribuir riqueza material, devendo também proporcionar educação. Além disso, as elites e também o povo não devem esquecer o papel da cultura no país. As elites devem estimular a cultura, mas o povo deve possuí-la. A vida de um intelectual é muito parecida com a vida de um cientista. O cientista assemelha-se ao artista. Subitamente descobre o processo de desenvolvimento, como um artista, e cria. Surge aí a filosofia da era. A emoção que sentimos ao falar sobre o progresso nuclear não é apenas instintiva, é também concreta. Neste país, conhecemos o ilimitado progresso que se pode alcançar pela utilização da energia atômica para fins pacíficos. Este é o motivo pelo qual o inglês entusiasma-se ao falar do assunto, seja filósofo ou não, pensando na experiência do presente e nas perspectivas do futuro. E é por is

to que o programa educacional é tão importante, para que se sintam não apenas por instinto, compreendendo-se também como oferecimento ao povo de fatos e números. Melhorar a educação no todo, este é o objetivo. E é também o papel do governo.

Pesquisa

— Qual o papel do governo em relação ao povo, no campo educacional? Como encara as obrigações dos responsáveis pela Comunidade para com ela?

— As obrigações são imensas. Evidentemente, em nossa sociedade, o papel dos empresários e dos trabalhadores é um só, e no governo cabe atuar como árbitro, ajudando e protegendo os interesses de cada um, tornando o progresso disponível a todos.

Quintin Hogg fez, então, uma explanação sobre o trabalho que o Ministério da Ciência vem desenvolvendo, informando que existem 15 estações de pesquisas no setor industrial e 46 no setor agrícola. "Assistimos financeiramente cerca de 50 associações de pesquisa, com a contribuição da Sociedade Real. Eu, pessoalmente, sou assistido por um conselho consultivo de destacados cientistas", informou.

— Segundo os líderes trabalhistas, a filosofia do Partido Conservador está baseada na idéia de que "tudo deve render". O gigantesco trabalho de pesquisa a que se refere está sendo realizado com tal idéia em mente ou como uma contribuição humanitária que pode não render dividendos?

Hogg sorriu e disse:

— No campo da pesquisa, nada rende dividendos que se possam determinar de início. A opinião de que nos aproximamos de todos os problemas visando ao lucro não é exata. Se nosso trabalho científico não proporcionar progresso, não pagará dividendos. Mas, se melhorar nossa vida em cinco ou oito anos, o que é o meu objetivo, então, a longo prazo, vai render bastante.

* * *

C.B.P.E.

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO PEDAGÓGICASEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INTERCÂMBIOConferência Internacional do Livro Juvenil

A Conferência Internacional do Livro Juvenil, patrocinada pela "International Association on Books for Young People", sob os auspícios da UNESCO, realizar-se-á em Madri, em outubro de 1964.

Na ocasião da Conferência haverá uma exposição internacional de livros infantis e juvenis, para a qual o Brasil enviará material adequado.

* *

SERVIÇO DE BIBLIOGRAFIA

Indicações sobre Congressos, Conferências, etc.

Nacionais

- 1 - Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (VIII), promovido pela Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.
Local: Salvador (Bahia)
Data: 1964 (não mencionada)

- (2) Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (XVI), da qual participarão cientistas, professores de Ciências e pessoas interessadas em diversos ramos do ensino e da pesquisa.
Temas especializados em matéria de educação: 1. Missão da Universidade; 2. Bases educacionais do ensino experimental; 3. Filosofia e ciência; 4. O valor da pesquisa no ensino universitário.
Local: Ribeirão Preto (São Paulo)
Data: 2 a 11 de junho de 1964

- 3 - Congresso Brasileiro de Esperanto (XXIII), promovido pela Liga Brasileira de Esperanto.
O programa constará de sessões de trabalho, debates de teses, exposições, excursões, atos religiosos.
Local: Fortaleza (CE)
Data: 1964 (não determinada)
- 4 - Colóquio Brasileiro de Micologia e Reunião Nacional de Professores de Filopatologia do Brasil (I), da Universidade do Recife. Consta do programa a exibição de um documentário sobre a contribuição do Instituto de Micologia ao desenvolvimento científico, notadamente na Medicina, na América Latina.
Local: Recife (Pernambuco)
Data: 10 a 15 de abril de 1964

Interamericanas

- 1 - Reunião da Conferência Interamericana de Segurança Social VII
Local: Assunção (Paraguai)
Data: abril de 1964 (+)
- 2 - Sessão da Sub-Comissão da "COINS" para o Programa Interamericano de Estatísticas Básicas.
Local: Washington (U.S.A.)
Data: abril de 1964 (+)
- 3 - Sessão da Comissão de Melhoramento das Estatísticas Nacionais (COINS), do Instituto Interamericano de Estatística - (VIII).
Local: Panamá (Panamá)
Data: junho de 1964 (+)

Internacionais

- 1 - Congresso da Associação Internacional Montessori (XII)
Temário: A educação do homem para uma comunidade mundial pacífica.
Local: Amsterdan (Holanda)
Data: 1 a 4 de abril de 1964 (++)
- + Futuras Conferencias y Reuniones Interamericanas
Lista n. 57 - out. 1963
- ++ Associations Internationales
15º ano - n. 7 - julho de 1963

* * *